

**Fundação Casa de Rui Barbosa**  
Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos  
Mestrado Profissional em Memória e Acervos

Clarice Maria Silva Campos

**Carolina Maria de Jesus: a preservação da memória e o impacto na contemporaneidade  
da literatura produzida pela mulher negra brasileira**

Rio de Janeiro

2022

Clarice Maria Silva Campos

**Carolina Maria de Jesus: a preservação da memória e o impacto na contemporaneidade  
da literatura produzida pela mulher negra brasileira**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa, para obtenção do grau de Mestre em Memória e Acervos.

Área de Concentração: Práticas Críticas em Acervos: Difusão, Acesso, Uso e Apropriação do Patrimônio Documental Material e Imaterial.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Herculano Lopes

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE

FCRB

C198c Campos, Clarice Maria Silva  
Carolina Maria de Jesus: a preservação da memória e o impacto na contemporaneidade da literatura produzida pela mulher negra brasileira / Clarice Maria Silva Campos – Rio de Janeiro, 2022.  
153 p.: il., color

Orientador: Prof. Dr. Antônio Herculano Lopes.  
Dissertação (Mestrado em memória e acervos) – Programa de pós-graduação em memória e acervos, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2022.

1. Literatura Brasileira. 2. Mulheres negras. 3. Memória. I. Lopes, Antônio Herculano. II. Título.

CDD: 809.89287

*Responsável pela catalogação:*

*Bibliotecária – Raquel Cristina da Silva Tiellet Oliveira.*

CRB 6557

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a fonte.

  
Assinatura

  
Data



Clarice Maria Silva Campos

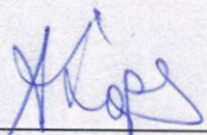
**Carolina Maria de Jesus: a preservação da memória e o impacto na contemporaneidade da literatura produzida pela mulher negra brasileira**

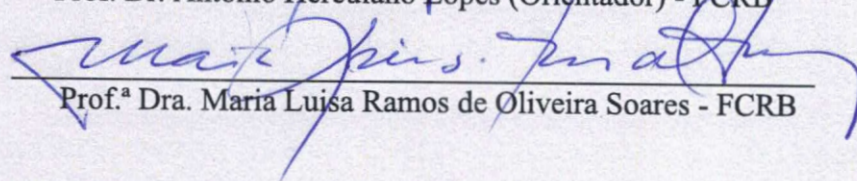
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa, para obtenção do grau de Mestre em Memória e Acervos.

Área de Concentração: Práticas Críticas em Acervos: Difusão, Acesso, Uso e Apropriação do Patrimônio Documental Material e Imaterial.

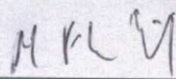
Aprovado em 24 de março de 2022.

Orientadores:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Antonio Herculano Lopes (Orientador) - FCRB

  
\_\_\_\_\_  
Prof.ª Dra. Maria Luísa Ramos de Oliveira Soares - FCRB

\_\_\_\_\_  
Prof.ª Dra. Lia Calabre de Azevedo - FCRB - Suplente

  
\_\_\_\_\_  
Prof.ª Dra. Maria Flora Sússekind - Unirio

\_\_\_\_\_  
Prof.ª Dra. Vera Lúcia de Oliveira Lins - UFRJ – Suplente

Rio de Janeiro

2022

## DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho às mulheres pretas da  
minha vida.*

*Minhas avós, minha mãe, minhas tias, minha  
filha, minhas irmãs e minhas sobrinhas.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela proteção e permissão para que esta pesquisa se realizasse.

À Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), oportunidade de aprendizagens tão valorosas.

Ao professor e orientador Dr. Antonio Herculano Lopes, pela paciência, ensinamentos e sensibilidade.

Aos professores da Banca Examinadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Luisa Ramos de Oliveira Soares, Prof.<sup>a</sup> Dra. Lia Calabre de Azevedo, Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Flora Sússekind e Prof.<sup>a</sup> Dra. Vera Lúcia de Oliveira Lins pela leitura do meu trabalho e pelas propostas de caminhos na construção desta pesquisa.

Aos colegas de turma do mestrado e em especial ao aluno Ricardo do Paraizo, cuja vida foi interrompida durante o nosso curso.

Às escritoras Anamô Soares, Elisa Pereira, Geni Guimarães, Kiusam de Oliveira, Simone Ricco, Sonia Rosa e Taís do Espírito Santo, entrevistadas, que com generosidade me ajudaram neste trabalho de pesquisa.

Aos colegas, professores e à Prof.<sup>a</sup> Dra. Cintia Cecília Barreto, coordenadora da Pós-graduação em Literatura Infantil e Juvenil e da Pós-graduação em Literatura Brasileira de Autoria Feminina da Universidade Cândido Mendes.

À minha mãe Delcéa Silva (*in memoriam*), por não me deixar desistir dos sonhos e por fazer-me lembrar todos os dias quem eu sou.

Ao meu companheiro Ricardo Campos pela paciência e pela compreensão das ausências.

À minha filha Vitória Ariel pelo incentivo e por seguir ao meu lado na persistência para saber os outros lados das histórias.

Aos meus enteados Richard Campos, Robsons Campos e Rennée Campos por vibrarem comigo a cada etapa vencida.

Aos demais membros da minha família por manterem acesa a chama da ancestralidade.

À amiga Rosely Coutinho e sua filha Cindy Coutinho por segurarem a minha mão com tanto carinho.



Aos amigos Alvineia Canicio, Ana Paula Busquê, Andréa Vieira, Alessandra de Pinho, Ana Louzada, Bruno Trezeguet, Lúcia Florencio, Maira Ferreira, Martha Gomes, Rita de Cássia Alves, Rita Florencio, Rosangela Santos, Sandra Vergasta e Vanice Bilion pela escuta e por tornarem o percurso mais leve.

Aos amigos dos grupos Poesia encena e Repertório emoção, pela inspiração e pela poesia.

À Carolina Maria de Jesus, que mesmo sem saber o que significava interseccionalidade abriu caminhos com romances, diários, música e poesia.

É um convite a todas nós, mulheres, para que possamos parir a nós mesmas e nascer a qualquer momento.

*Cristiane Sobral*



## RESUMO

CAMPOS, Clarice Maria Silva. *Carolina Maria de Jesus: a preservação da memória e o impacto na contemporaneidade da literatura produzida pela mulher negra brasileira*. 2022. 153f. Dissertação (Mestrado) – Curso do Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2022.

A presente pesquisa busca evidenciar a importância na atualidade do resgate da vida e obra literária da escritora negra Carolina Maria de Jesus, num momento de discussões sobre interseccionalidade e em que mulheres buscam seu espaço e sua voz na sociedade. Faremos uma investigação da trajetória e obra da autora, considerando o estrondoso sucesso do seu livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, o tempo de ostracismo no final da vida, e após a morte da autora, o resgate dessa voz que faz parte de uma minoria dentro de uma sociedade em que a produção literária consumida é principalmente produzida pela elite econômica, masculina e branca. As fontes principais para a pesquisa serão os livros de autoria de Carolina e os textos de cunho biográfico sobre a escritora. Ao tematizar sobre as questões vividas por mulheres negras e faveladas, Carolina apresenta uma narrativa contra-hegemônica, capaz de visibilizar e inspirar mulheres negras brasileiras ainda na atualidade, após mais de 60 anos da publicação do seu livro mais famoso.

Palavras-chave: Carolina Maria de Jesus. Literatura negra. Interseccionalidade. Memória. Identidade. Representatividade.

## ABSTRACT

CAMPOS, Clarice Maria Silva. *Carolina Maria de Jesus: her memory preservation and the impact on contemporary literature produced by black Brazilian women*. 2022. 153f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2022

This research intends to highlight the importance of rescuing the life and literary work of the black writer Carolina Maria de Jesus today, at a time of discussions of intersectionality and in which women search for their space and voice in society. We will investigate the author's trajectory and work, considering the success of her book “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, the time of ostracism at the end of life, and after the author's death, the rescue of this voice that is part of a minority within a society in which the literary production consumed is mainly produced by the economic, male and white elite. The main sources for the research will be Carolina's books and biographical texts about the writer. By thematizing the issues experienced by black women, Carolina presents a counter-hegemonic narrative, capable of making visible and inspiring black Brazilian women even today, more than 60 years after the publication of her most famous book.

Keywords: Carolina Maria de Jesus. Black literature. Interseccionalidade. Memory, Identity. Representativeness.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CECAN</b>	Centro de Cultura e arte negra
<b>FLUP</b>	Festa literária das periferias
<b>FNLIJ</b>	Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IFCS</b>	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
<b>IMS</b>	Instituto Moreira Salles
<b>MNU</b>	Movimento Negro Unificado
<b>MNUCDR</b>	Movimento Negro Unificado contra Discriminação Racial
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
<b>SNEL</b>	Sindicato Nacional dos Editores de Livros
<b>UERJ</b>	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
<b>UFRJ</b>	Universidade Federal do Rio de Janeiro
<b>UNB</b>	Universidade Federal de Brasília
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
<b>UNILA</b>	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
<b>GPLADe</b>	Grupo de Pesquisa Literatura, Alteridade e Decolonialidade

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Fachada do Arquivo Público Municipal Cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Bruonswik .....	75
<b>Figura 2:</b> Parte do acervo documental de Carolina Maria de Jesus em Sacramento .....	75
<b>Figura 3:</b> Instituto Moreira Salles Rio de Janeiro.....	76
<b>Figura 4:</b> Fachada da Biblioteca Nacional.....	77
<b>Figura 5:</b> Museu Afro Brasil.....	78
<b>Figura 6:</b> Biblioteca Carolina Maria de Jesus.....	79
<b>Figura 7:</b> Biblioteca Carolina Maria de Jesus.....	79

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1 CAROLINA MARIA DE JESUS EM SEU MOMENTO .....</b>	<b>23</b>
1.1 A poeta emparedada – Construção em alvenaria.....	23
1.2 A favela: quarto de surpresas, de desejos e de desprezos .....	31
1.3 O lugar social e étnico – Carolina, a cinderela saída do borrarho do lixo, sob a luz da cidade.....	36
1.4 Pode uma mulher negra, pobre e com pouca escolaridade escrever literatura? .....	44
<b>2 INTERSECÇÕES NO QUARTO DE DESPEJO.....</b>	<b>60</b>
2.1 Interseccionalidade.....	64
2.2 Raça .....	67
2.3 Classe .....	69
2.4 Gênero .....	71
<b>3 EMERGIR DOS ESCOMBROS - CAROLINA MARIA DE JESUS REDESCOBERTA.....</b>	<b>74</b>
3.1 Circuito Caroliniano .....	74
3.2 Entrevistas Comentadas – vozes contemporâneas .....	86
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>106</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>110</b>
<b>ANEXO A.....</b>	<b>116</b>
<b>ANEXO B.....</b>	<b>122</b>
<b>ANEXO C.....</b>	<b>128</b>
<b>ANEXO D.....</b>	<b>130</b>
<b>ANEXO E.....</b>	<b>135</b>
<b>ANEXO F .....</b>	<b>146</b>
<b>ANEXO G .....</b>	<b>150</b>



## INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem sua origem nos vestígios da minha memória. Em 2009, quando eu atuava como professora da educação básica em escolas públicas de classes populares do Rio de Janeiro, no final de cada aula eu propunha aos alunos uma breve escrita de si. Não havia um tema específico. “Ler, escrever, viver textos e preservação da memória”<sup>1</sup> era a versão escrita das nossas conversas, acontecimentos, experiências significativas, sonhos ou apenas desabafos. No mês de outubro daquele ano, um artigo em um jornal impresso me chamou atenção. O texto assinado pelos professores Sérgio Barcellos<sup>2</sup> e Pina Coco<sup>3</sup>, com o título *Narrativas íntimas*, discorria sobre a escrita de diários.

Considerado por alguns como um gênero menor da literatura, os diários são popularmente conhecidos como substitutos de um interlocutor possível, auxiliares da memória, registros de compromissos ou resoluções da vida de um indivíduo. O artigo fazia referência ao francês Philippe Lejeune<sup>4</sup> e seus estudos sobre diários de pessoas comuns, enfatizando a tradição brasileira de manter arquivos e preservação de documentos apenas de personagens históricos ou escritores consagrados da literatura.<sup>5</sup>

Escrevi para o jornal com o intuito de agradecer a leitura e falar sobre a conexão que eu pensava existir entre a matéria que eu acabava de ler e as atividades que eu desenvolvia com meus alunos. Então, convidada pelo professor Barcellos, apresentei para os alunos de uma turma de especialização em Literatura Brasileira na Universidade do Estado do Rio de

---

<sup>1</sup> Ler, escrever e viver textos – projeto realizado com alunos das turmas 1901 e 1902 (9º Ensino Fundamental) – Escola Municipal Eunice Weaver em 2009.

<sup>2</sup> Sérgio Barcellos é pesquisador independente, mestre e doutor em Estudos de Literatura pela PUC-Rio. Realizou estágio pós-doutoral junto à Hofstra University, em Nova York, com o tema “Tempo, memória e escrita diarística”. É autor do livro *Toque de Silêncio - Uma história de homossexualidade na Marinha do Brasil*, e de *Armadilhas para a narrativa-Estratégias narrativas em dois romances de Carlos Sussekind*. É um dos membros fundadores da IABA – Américas (*International Auto/Biography Association*). Organizou e publicou em 2015 *Vida por escrito: guia do acervo de Carolina Maria de Jesus*, pela editora Bertolucci. O guia é resultado do projeto *Vida por escrito: Organização, classificação e preparação do inventário de arquivo de Carolina Maria de Jesus*, iniciado em 2013 pelo professor e pesquisador com financiamento do Edital Prêmio Funarte de Arte Negra. Além do livro, há também o portal *Vida por escrito*, que mapeia e descreve o acervo disponível da escritora em seus locais de guarda. No portal [www.vidaporescrito.com](http://www.vidaporescrito.com) é possível obter muitas informações sobre a biografia, bibliografia, fortuna crítica e as instituições de custódia do acervo de Carolina Maria de Jesus.

<sup>3</sup> Pina Maria Araldi Coco. Professora formada em Letras neolatinas pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Lettres – Université Aix-Marseille III (Droit, Econ. Et Sciences) e doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, (PUC-Rio).

<sup>4</sup> O francês Philippe Lejeune foi professor e pesquisador. Desde a publicação de *L'autobiographie en France* (1971), trabalhou em torno da expressão autobiográfica em suas mais variadas formas. Escreveu ensaios teóricos e análises tratando da autobiografia. Centrou-se no conceito de “pacto biográfico”, elemento textual que permitiria ao leitor fazer a distinção entre uma narrativa ficcional e um relato da vida.

<sup>5</sup> Ver também: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=200020091010>. Acesso em: 09 dezembro 2021.

Janeiro (UERJ), onde ele lecionava um módulo sobre escrita diarística, o percurso e o material resultante da atividade pedagógica desenvolvida por mim com meus alunos.

Naquele dia, o professor Barcellos, que é um importante pesquisador da obra de Carolina Maria de Jesus, apresentou-me à autora. Do nome passei à obra literária e a admiração pela escritora mineira. A partir de então, mais que um objeto de estudo, Carolina passou a ser presença constante em minhas aulas, possibilitando importantes reflexões sociais, além de emocionar a mim e aqueles jovens leitores.

Delineou-se, assim, o tema dessa dissertação: O fascínio pela literatura se somou ao desejo e à necessidade de saber mais e mais sobre a vida e a obra desta escritora. Daí, eu fui buscar o diário de Carolina. Ela me deu o testemunho de que certos silêncios precisam ser rompidos e que para isto, a escrita pode ser um instrumento eficaz. Assim, esta pesquisa relaciona-se com o discurso da mulher negra no âmbito da literatura, tendo como ponto de partida a obra de Carolina Maria de Jesus (1914-1977), especialmente o livro *Quarto de despejo*: diário de uma favelada, o primeiro livro publicado de Carolina e também o primeiro da autora lido por mim.

Embora o meu repertório de leitura fosse amplo, a autoria e as personagens das histórias que eu lia, em geral, apresentavam padrões físicos e sociais recorrentes e distantes dos meus. Inquietava-me e ainda me inquieta, o conteúdo da narrativa e o modo como Carolina usava as palavras. Fernanda Miranda nos chama a atenção para o fato de que:

Por um lado o leitor pode compartilhar o sentido do texto por meio do seu próprio lugar no mundo, arregimentado no ato da leitura. Por outro, o leitor pode estar (até o momento da leitura) totalmente ausente do universo de experiências que o texto enuncia, e, exatamente por isso, ser por ele (trans)formado. (MIRANDA, 2019, p.39).

Os registros das lembranças de Carolina em muitos fatos e aspectos constituem uma ligação com as minhas próprias memórias. Trata-se de uma espécie de elo, relacionando espaços, identidades, origens e pontos comuns das nossas histórias. De acordo com Jacques Le Goff, “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.” (LE GOFF, 1990, p. 410).

A leitura de *Quarto de despejo* me levou a entender que além da minha motivação particular por eu, assim como Carolina, ser uma mulher e negra, necessitava me aprofundar em estudos e dados que envolvessem a invisibilidade histórica da população negra no Brasil e o contexto dentro do qual Carolina viveu e produziu. Passados um pouco mais de 10 anos

desse meu primeiro “encontro” com a autora, o cenário mudou bastante. A obra da escritora mineira, que naquela época estava bastante esquecida, tem sido resgatada no meio acadêmico e entre os leitores de um modo geral. E o que fez Carolina em seu momento que ainda hoje continua provocando o fortalecimento de causas e ao mesmo tempo, tensões e polêmicas?

Ainda que a resposta para esta pergunta seja tão múltipla quanto às buscas feitas por pesquisadores e acadêmicos, é certo afirmar que os eventos envolvendo a vida e a obra de Carolina, as homenagens, as festas literárias, a reedição de livros e os lançamentos de textos inéditos estão recuperando a importância da escritora e acendendo luzes sobre as muitas carolinas do cotidiano brasileiro.

No dia 25 de fevereiro de 2021, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em homenagem póstuma, reconheceu, com a concessão do título de *Doutora Honoris Causa*, o enorme mérito literário da escritora Carolina Maria de Jesus com aprovação da outorga por unanimidade do Conselho Universitário. A imprensa, as personalidades, os leitores, os alunos e os professores festejaram a honraria que é concedida a pessoas que se destacam por seus méritos independentemente do grau de instrução. O agraciado passa a ter os mesmos privilégios daqueles que recebem o título de doutor acadêmico por vias convencionais.

A homenagem póstuma, de acordo com a matéria publicada no sítio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ, foi sugerida pela direção do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) e o parecer assinado pela Comissão Acadêmica do Conselho de Coordenação do Centro (COUTINHO, 2021). A comissão destacou como justificativa para a proposta de titulação, o fato de a escritora aparecer como tema em mais de 58 teses e dissertações nos últimos seis anos no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Apesar de Carolina ser conhecida e divulgada, temos ainda muito o que descobrir sobre a autora. Primeiro, porque parte de sua obra está presa aos manuscritos e não foi publicada e segundo, porque o que temos acesso, desde *Quarto de despejo*, são fragmentos de seus cadernos editados<sup>6</sup>.

Esse aumento nas pesquisas tendo Carolina como objeto demonstra uma mudança conceitual dentro da academia, pois até muito recentemente, ao observar a história brasileira, verifica-se que há um discurso colonizador e hegemônico, centrado na figura masculina e europeia, carregado de significados que, há muito, vem sendo imposto e fixado em nosso

---

<sup>6</sup> O livro *Quarto de despejo*: diário de uma favelada constitui um fragmento da edição de 35 cadernos manuscritos editados pelo jornalista Audálio Dantas (1929-2018). Esses cadernos manuscritos estão hoje no arquivo da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. (MIRANDA, 2021).

cotidiano. Nesse discurso histórico, identifica-se a mulher como minoria, sobretudo, a negra.

Mas afinal, quem foi esta mulher que tinha audácia e não sorte como ela mesma dizia? E quem foi essa escritora que à revelia dos lugares que lhes eram impostos, seguiu escrevendo durante toda a vida? Carolina Maria de Jesus é uma das escritoras brasileiras mais reeditadas, traduzidas e conhecidas no mundo. Nascida em Minas Gerais, mãe solteira de três filhos, moradora de uma favela na cidade de São Paulo, ela constrói esse livro como um diário, um depoimento de sua vida com seus filhos e vizinhos da favela, com a intenção de pensar a escrita e a própria percepção sobre a sua condição social.

*Quarto de despejo* foi publicado pela primeira vez pela Livraria Francisco Alves em 1960, e, como destaca Joel Rufino dos Santos, “por meio de Carolina Maria de Jesus, podemos avistar melhor acontecimentos, tão distantes entre si como a qualidade literária, o populismo, a origem das favelas, o racismo, o golpe de 64, o êxodo rural, etc.” (SANTOS, 2009, p.22).

Esta pesquisa procurou abordar a relevância na contemporaneidade da obra de Carolina Maria de Jesus, que, mesmo não se encaixando na norma culta, é reconhecida como uma grande escritora, capaz de emocionar ao revelar a situação da vida nas favelas. Seu livro de estréia é um dos maiores *best-sellers* da história editorial do Brasil. A narrativa de Carolina apresenta questões da urbanização e dos problemas sociais que dela resultam, como as acomodações impróprias e precárias, questões relacionadas à saúde dos moradores, à fome, à higiene, ao acesso à água e eletricidade, à política, à violência e às desigualdades, além da falta de privacidade.

Assim, para o desenvolvimento desta dissertação, aqui submetida ao processo de aprovação, ocupamo-nos da invisibilidade da mulher, dos preconceitos raciais, das questões resultantes da interseccionalidade, da memória e da identidade. Buscamos analisar a presença desses temas na trajetória de vida e na obra caroliniana, como lugar de resistência e representação do cotidiano. Ao descrever a realidade da comunidade de onde fala, como moradora da favela do Canindé, Carolina, em alguma medida, descreve também a situação das favelas brasileiras, que surgem no cenário pós-fim da escravidão no Brasil. A escritora escreve com o olhar de dentro da favela, confrontando a marginalidade, a negligência política e uma herança de preconceitos contra as mulheres.

Por suas maneiras contraditórias, Carolina era capaz de se encaixar em todas e ao mesmo tempo em nenhuma frente. “Por isso é provável que tenha sido deixada por todos. De qualquer forma, não se rendeu ao Estado ou a instituições, nem a maridos, ainda que muitas vezes estivesse tão próxima de adúlá-los como de feri-los.” (MEIHY; LEVINE, 2015, p.21).

Focamos a discussão a respeito da dicotomia entre a língua padrão e a informal utilizada por Carolina Maria de Jesus. As expressões da língua popular e as marcas da oralidade presentes em sua obra com efeitos, traços e manifestações de alguém com baixa escolaridade. O texto da autora apresenta “erros” de português que revelam a sua condição de alguém com pouca escolaridade formal e, falar uma Língua, como nos mostra Frantz Fanon, psiquiatra francês, nascido em 1925, na ilha da Martinica, significa “estar em condições de empregar uma certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização.” (FANON, 2008, p.33).

A exclusão identificada em outros setores da sociedade aparece também na literatura, indicando que alguns não estão autorizados a expor seus conteúdos. O processo de produção literária está vinculado à elite dominante. Assim, a obra de Carolina, sob o ponto de vista da utilização de variantes não padrão, pelo conteúdo da narrativa e pelo lugar de onde ela fala, é menos prestigiada em detrimento do cânone. Buscamos analisar a obra de Carolina sob o ponto de vista da utilização de variantes menos prestigiadas, usando para tanto, os estudos de Marcos Bagno na obra *Preconceito Linguístico* (2015) e os estudos de Gabriel Nascimento na obra *Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo* (2019).

O preconceito linguístico é poderoso, pois como nos mostra Marcos Bagno, é um problema social grave, porém, reconhecido por poucos. Vivemos numa sociedade marcada pelas profundas desigualdades sociais, dominação e exploração do outro, garantindo a manutenção de privilégios por parte de opressores e da condição de subalternizado dos que ocupam esse lugar.

Uma mulher negra, por exemplo, mesmo que se apodere completamente das formas prestigiadas de falar e de escrever, continuará tendo oportunidades infinitamente menores de ascensão social do que qualquer homem branco, mesmo que ele não domine tão bem assim a “língua certa”. (BAGNO, 2015, p. 108).

Com a contribuição da obra *A integração do negro na sociedade de classes* de Florestan Fernandes, publicada pela primeira vez em 1964, refletimos sobre os mecanismos de controle sociais exercidos pelas classes burguesas, a marginalização do negro na sociedade, a desconsideração de suas histórias e suas culturas. Por fim, analisaremos a produção e recepção das obras de Carolina e de outras escritoras negras contemporâneas a partir do conceito de interseccionalidade.



Nascida provavelmente em 1914<sup>7</sup>, em Sacramento, interior do estado de Minas Gerais, onde passou a infância, Carolina Maria de Jesus estudou até o segundo ano primário. No tempo em que aí residiu, trabalhou na roça com a mãe e como empregada doméstica. Como descreve Joel Rufino dos Santos, “numa rua de terra, serpenteando um córrego, a heroína passou a infância, canelas altas e finas, marcadas de feridas. Todas as casas eram ali marcadas com capim” (SANTOS, 2009, p.31).

Em 1937, mudou-se para São Paulo, habitou em cortiços na região central da cidade e trabalhou como empregada doméstica em diversas casas até que, grávida de seu primeiro filho, já não a aceitavam para esse tipo de serviço. Mudou-se para a favela do Canindé, às margens do rio Tietê e teve mais dois filhos. Três ao todo, dois meninos e uma menina, cada um de um pai diferente.

A escritora faz parte de uma população rural que migrava para as cidades. Pobres que passam a dormir sob viadutos ou em albergues noturnos ou a residir em cortiços ou em favelas.

Hoje moradores da favela preferem chamar seu bairro de comunidade, mas nem sempre foi assim. Há cinquenta anos atrás, favela era um nome aceitável, talvez por não estar ainda malsinado pelos moradores do asfalto como refúgio do “crime organizado”. (SANTOS, 2009, p. 49).

O dinheiro da venda dos livros permitiu que Carolina comprasse uma casa no bairro de Santana, onde morou com os filhos até 1964, quando se mudaram para Parelheiros, a quarenta quilômetros de São Paulo. Lá viveu de uma pequena plantação e criação de animais (porcos e galinhas).

Carlos Vogt compara a situação de Carolina aos negros do Cafundó, que tiveram dificuldades para encontrar trabalho após terem sido colocados em evidência por pesquisadores e jornalistas pelo fato de conservarem o dialeto africano em suas comunidades. Os patrões alegavam que eles eram artistas e não precisavam trabalhar. Carolina também teria voltado a ser notícia no jornal quando, em 1966, tentou voltar a catar papéis na rua, porém, “os comerciantes da pobreza se recusam a negociar o lixo da cidade com uma estrela.” (VOGT, 1983).

Falecida no dia 13 de fevereiro de 1977, na casa do filho José Carlos, a escritora

---

<sup>7</sup> Carolina coloca a questão da data do seu nascimento em dúvida. Poderia ter sido em 1914, 1915 ou 1919, não havia sido registrada em cartório à época do nascimento em Sacramento. O registro de nascimento não era uma prática aos negros nascidos na antiga cidade escravocrata de Sacramento, em Minas Gerais (FERNANDEZ, 2019).

deixou um legado literário que representa bem mais do que a descrição dos seus dias, abrindo espaço para reflexões profundas a respeito da realidade da mulher negra na sociedade brasileira.

Atualmente, a obra publicada de Carolina soma um total de dez livros. *Quarto de despejo*: diário de uma favelada, publicado em 1960; *Casa de Alvenaria*: diário de uma ex-favelada, publicado em 1961; *Provérbios*, publicado em 1963 por iniciativa própria; *Pedaços da fome*, único romance publicado de Carolina e que foi lançado em 1963 também por iniciativa própria; *Diário de Bitita*, publicação póstuma de 1986; *Meu estranho diário*, publicado em 1996; *Antologia pessoal*, que é uma compilação de poemas, publicado em 1996; *Onde estaes felicidade*, publicado em 2014; *Meu sonho é escrever* e *Cliris*, ambos publicados em 2019. Além dos livros, acrescenta-se, o disco *Quarto de despejo*, que Carolina gravou com canções autorais.

Examinando as questões abordadas por Carolina em 1960, verifica-se que continuam extremamente atuais. Entretanto, diante das transformações sociais e da luta pela conquista de espaço, buscando ter sua voz ouvida pela sociedade, há modificações no discurso empregado pelas autoras negras hodiernamente, bem como na própria forma de manifestação e nos meios empregados para tal (considerando os adventos tecnológicos e as novas maneiras de disseminação de informação).

Nesse diapasão, desenvolve-se a seguinte questão: considerando a sociedade brasileira, que viveu um grande ciclo da escravidão negra e foi constituída sob o modelo patriarcal, de que maneira a literatura produzida pela mulher negra pode ser compreendida como uma ferramenta de resistência social num momento de discussões sobre interseccionalidade e em que mulheres negras – não necessariamente pobres como Carolina – buscam seu espaço e sua voz na sociedade e na cultura brasileiras? Qual a importância do resgate da vida e da obra da autora para mulheres negras e para a sociedade como um todo hoje, após um tempo de ostracismo no final da vida e após a morte?

Pretendo responder a pergunta com a investigação da literatura desenvolvida por Carolina Maria de Jesus, que com papel e caneta traduziu de forma tão palpável sua realidade, culminando nos atuais meios de comunicação e pontos de vista mais recentes desenvolvidos pelas mulheres negras que se incumbem de trazer à literatura seus conhecimentos e vivências.

A hipótese é a de que tanto pela obra, quanto pela própria trajetória de mulher negra que alcançou notoriedade utilizando a literatura como ferramenta de resistência, Carolina, inspira outras mulheres na escrita literária e na vida. Além disso, o vasto e variado repertório de temas presentes em sua narrativa possibilita discussões sobre pautas ainda atuais.

Até então, para a mulher era reservado o lugar da escuta e do silêncio. O resgate da voz transgressora de Carolina incorporada à ideia de enfrentamento a fatores de opressão e hierarquização gerados por questões de gênero, raça, sexualidade e classe, alicerça o cenário atual de desejo e luta de mulheres negras para que suas vozes sejam ouvidas. O objetivo desta pesquisa é contribuir com os estudos a respeito da literatura produzida pela mulher negra como forma de resistência social e preservação de sua memória, tendo como ponto de partida a obra de Carolina Maria de Jesus, especialmente, o livro *Quarto de despejo*.

Walter Benjamin (1892-1940), filósofo, ensaísta, tradutor e crítico literário alemão, no tocante à história, à cultura, às artes e à Literatura, faz uma análise sobre o nosso discurso a respeito de fatos acontecidos. O autor, ao refletir sobre a experiência de contar algo passado, sugere, que nem todos conseguem ter a compreensão do ocorrido e ter a capacidade de narrá-lo. Para Benjamin, poucas são as pessoas que sabem narrar devidamente. Assim, Carolina, lançando mão de acontecimentos ligados ao cotidiano vivido por ela, seus três filhos e pelos vizinhos, tece a sua própria narrativa. Apresenta-se como uma narradora capaz de intercambiar e transmitir de forma simples a sua própria história.

Carolina produziu a sua obra, escrita no contexto da exclusão produzida pelos estigmas de marginalização social. Negra, favelada e com poucos anos de escolaridade, a escritora era narradora e também personagem e não apenas observadora externa da vida na favela. A escrita memorialística de Carolina Maria de Jesus narra a miséria de dentro da sociedade brasileira durante os “anos dourados” da década de 1950.

[...] Nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais. Não mais se vê os corvos voando as margens do rio, perto do lixo. Os homens desempregados substituíram os corvos”. (JESUS, 1960, p.55).

Embora tenha ficado famosa pelo seu diário que se tornou *best-seller*, Carolina escreveu também peças de teatro, letras de músicas, romances e poemas. A autora subverteu a lógica excludente e hierárquica e por meio de sua obra se apresentou de dentro da favela para o mundo. Seu livro rendeu à Carolina, grande, porém efêmera, notoriedade. “Passados apenas seis anos do estrondoso sucesso de seu diário, ela teve que se mudar para uma parte pobre da cidade de São Paulo. Voltou às bordas da miséria e foi fotografada pegando papel na rua.” (MEIHY; LEVINE, 2015, p.45).

Em seu diário, Carolina denuncia os processos de exclusão e os preconceitos dos quais era vítima. O lugar de onde a escritora fala, revela as histórias das lutas, dos sofrimentos e dos

desejos de transformação, além da condição do feminino. A autora é observadora e ao mesmo tempo participante, configurando-se como uma espécie de porta-voz de todos que habitavam aquele espaço.

Considerando questões como o preconceito e as constantes lutas por conquista de espaço contra o racismo e o sexismo, este trabalho tem como relevância social a disseminação do conhecimento a respeito das ações desenvolvidas pelas mulheres negras em prol de seu reconhecimento social, com destaque para a literatura. A relevância científica, conseqüentemente, se traduz na colaboração com os estudos a respeito da literatura como ferramenta de resistência e preservação da memória social de um grupo, tendo como objeto a literatura produzida pela mulher negra brasileira.

A pesquisa possui caráter investigativo, desenvolvida a partir de fontes bibliográficas, artigos científicos, materiais de áudio e vídeo condizentes com a temática trabalhada, bem como explorando as biografias e a obra literária produzida por Carolina.

Assim, a dissertação está desenvolvida em três capítulos. No capítulo 1: Carolina Maria de Jesus em seu momento, apresento Carolina desde a infância, fazendo uma reflexão sobre os elementos que constituíram a escritora. Refletindo sobre o panorama histórico, político e social no Brasil no momento da publicação de *Quarto de despejo*, empreendo um olhar sobre a produção e os fatores relacionados à recepção do livro e sobre a construção da personagem Carolina Maria de Jesus como produto a ser apresentado à sociedade, feita por Audálio Dantas, jornalista que a apresentou como escritora e pela mídia em geral na época da publicação.

No capítulo 2: Intersecções no *Quarto de despejo*, analiso o fenômeno Carolina num momento de discussões do ponto de vista interseccional. Apresentando o perfil e a função de um intelectual orgânico a partir das formulações de Antonio Gramsci e Edward Said, procuro refletir sobre a posição que Carolina ocupava nos grupos nos quais se encontrava.

E por último, no capítulo 3: Carolina Maria de Jesus redescoberta, apresento os discursos e as ações que marcam hoje negros e negras em movimento, reconhecendo dentro da tradição literária brasileira a escritora Carolina Maria de Jesus. A partir do conhecimento das disputas de poder e a manutenção da dominação de alguns grupos sobre outros, tendo como orientação válida o modelo branco, ocidental e androcêntrico, faço uma análise sobre a importância do resgate da vida e da obra da autora, que continua inspirando ações dentro e fora da literatura em resposta ao silenciamento imposto às mulheres, às pessoas negras, pobres e periféricas ainda nos dias de hoje.

O capítulo apresenta-se dividido em duas partes: A primeira, um circuito caroliniano,

elencando produtos, materiais e eventos produzidos a partir da obra de Carolina e a segunda, um conjunto de entrevistas comentadas feitas com escritoras negras contemporâneas, analisando especialmente a relação com a memória, com identidades e representatividades.

É importante ressaltar que optei pelo uso da grafia de Carolina Maria de Jesus, conforme o registro nos textos dos livros publicados.



## 1 CAROLINA MARIA DE JESUS EM SEU MOMENTO

*Há tempos que eu pretendia fazer meu diário.  
Mas eu pensava que não tinha valor e achei  
que era perder tempo.  
(Carolina Maria de Jesus)*

Estudar a obra e os impactos produzidos pela escrita de Carolina Maria de Jesus implica em um olhar atento para questões amplas tais como literatura e poder, rasura no cânone literário, silenciamento de mulheres, representatividade de pessoas negras e direito à escrita como forma de expressão. Enfim, faz-se necessário pensar a própria formação e a estrutura da sociedade brasileira a partir dos marcadores identitários gênero, raça e classe. Conforme nos aponta Lélia Gonzales: “a nossa sociedade possui um sistema político de dominação da classe dominante rigoroso, conferindo à população negra, uma posição extremamente desvantajosa.” (GONZALES, 2020, p.94.)

*Quarto de despejo* é um marco na história editorial do Brasil. Teve um lançamento estrondoso em 1960 e, de lá pra cá já ocorreram várias reedições e traduções. Aqui, proponho uma breve análise das recepções da obra da autora Carolina Maria de Jesus em três momentos distintos: a recepção imediata na ocasião do lançamento e o contexto de produção da escrita de Carolina; a segunda recepção, após um longo período de ostracismo da autora durante a vida; e após a morte, quando os movimentos negros e identitários estavam mais fortalecidos e um novo feminismo contemplando identidades distintas do ponto de vista do gênero e de raça abria espaços de leitura da obra de Carolina. E por último, uma terceira recepção, que é a gama de trabalhos acadêmicos, artísticos e culturais envolvendo a obra e a vida de Carolina e as tensões provocadas com as publicações de textos inéditos e reedição da obra Caroliniana.

### 1.1 A poeta emparedada<sup>8</sup> – Construção em alvenaria

*Mas, que importa tudo isso?! Qual é a cor da  
minha forma, do meu sentir? Qual é a cor da  
tempestade de dilacerações que me abala?  
Qual a dos meus sonhos e gritos? Qual a dos  
meus desejos e febres?  
(Cruz e Souza)*

---

<sup>8</sup> Emparedado é o título de um poema do poeta Cruz e Souza (861-1898), poeta brasileiro, ligado à causa abolicionista, nascido em 1861 e morto em 1898.

Quando Carolina Maria de Jesus nasceu, a abolição da escravidão no Brasil, ocorrida no dia 13 de maio de 1888, era ainda muito recente. A cidade de Sacramento, na região chamada de Triângulo Mineiro, era um vilarejo de características rurais e marcada pela violência. O chefe político era o coronel, proprietário das grandes terras, seus dependentes e agregados formavam as milícias locais. “Funcionários da justiça, da polícia, coletores fiscais, professores, padres, médicos, advogados mantinham boas relações com os coronéis e executavam suas ordens e desejos.” (CASTRO; MACHADO, 2007, p.15).

Nesse cenário, onde de um lado estavam os coronéis, seus familiares e aliados formando as oligarquias rurais; e do outro, colocados à margem os despossuídos, maioria analfabeta e sem acesso à escola e a saúde, nasceu Carolina Maria de Jesus, conhecida entre os familiares pelo nome de Bitita. Filha de Maria Carolina de Jesus, que tinha o apelido de Cota e de João Cândido, que Carolina não chegou a conhecer pessoalmente. Constantemente desrespeitados pelos patrões e pelas autoridades locais, aos negros cabiam os trabalhos mais pesados como resquícios da época da escravidão. A libertação dos escravos a partir da Lei Áurea (1888) não livrou os negros do sistema de opressão.

Segundo Florestan Fernandes, nesta ocasião, os negros foram abandonados pela legislação e o poder público. O resultado foi uma massa em busca de emprego ou se submetendo “às condições anteriores, e a degradação de sua situação econômica, incorporando-se à massa de desocupados e de semicupados da economia de subsistência do lugar ou de outra região”. (FERNANDES, 2021, p.60).

Em *Diário de Bitita*, obra póstuma de 1986, publicado primeiro na França com o nome de *Journal de Bitita* em 1982, Carolina narra os acontecimentos e a maneira como viviam sob opressão pobres e negros, na Sacramento de quando ela era menina:

Eram muitas pessoas para trabalhar e pouquíssimos os locais para trabalhar. A patroa era tratada como se fosse uma santa no altar. Se as patroas estivessem nervosas, as empregadas deveriam dizer:

– Sim, senhora!

Se estivessem amáveis tinham que dizer:

– Sim, senhora.

O homem pobre deveria gerar, nascer, crescer e viver sempre com paciência para suportar as falácias dos donos do mundo. Porque só os homens ricos é que podiam dizer: “Sabe com quem você está falando?” para mostrar sua superioridade.

Se o filho do patrão espancasse o filho da cozinheira, ela não podia reclamar para não perder o emprego. Mas se a cozinheira tinha filha, pobre negrinha. O filho da patroa a utilizaria para o seu noviciado sexual. Meninas que ainda estavam pensando nas bonecas, nas cirandas e cirandinhas eram

brutalizadas pelos filhos do senhor Pereira, Moreira, Oliveira e outros porqueiras que vieram de além-mar.

No fim de nove meses, a negrinha era mãe de um mulato, ou pardo. E o povo ficava atribuindo paternidade: Deve ser filho de Fulano! Deve ser filho de Sicrano. Mas a mãe, inciente e sem cultura, não podia revelar que o seu filho era neto do doutor X ou Y. Porque a mãe ia perder o emprego. Que luta para aquela mãe criar aquele filho! Quantas mães solteiras se suicidavam, outras morriam tísicas de tanto chorar. O pai negro era afônico; se pretendia reclamar, o patrão impunha:

– Cale a boca, negro vadio! Vagabundo!

O único recurso era entregar-se para Deus, que é o advogado dos pobres. E se o doutor Oliveira que estudou em Coimbra dissesse:

– Negro ladrão...

Aquilo ia transferindo-se de boca em boca. E aquele negro, sem nunca ter roubado, era um ladrão. Porque o doutor que estudou em Coimbra disse! E não se reabilitava jamais. E o preto era regional, não tinha coragem de deixar seu torrão natal. Ficava por ali mesmo e transformava-se em chacota da molecada.

E o filho do senhor Oliveira, depois de farto da sedução das mocinhas pobres, decidia casar-se com a filha do senhor Moreira, porque ela era rica. Ele namorava-a com todo respeito. (JESUS, 2014, p. 38-39).

Carolina cresceu em uma cidade rural, marcada pela hierarquia e privilégios dos senhores e donos das terras. A cultura oral da autora foi forjada a partir das histórias que ouvia do avô Benedito, um ex-escravo analfabeto e de outros adultos como o senhor Manoel Nogueira, um vizinho que, na porta de casa, fazia leitura das notícias do Jornal *O Estado de São Paulo*.

Na cidade, o homem humano que estava no centro era o senhor Manoel Nogueira. Era mulato. E o mulato é o meio-termo da sociedade. Convive com os brancos e com os pretos. E com o nome de Nogueira deveria ser filho de algum doutor de Coimbra. O senhor Manoel Nogueira passava o dia com os brancos porque era oficial de justiça. E ao entardecer ele sentava-se na porta de sua casa e lia o Jornal *O Estado de São Paulo* para nós ouvirmos trechos que foram ditos pelo Rui Barbosa; por exemplo, que cada estado deveria ceder terras para os negros cultivarem. Mas esse projeto não foi aprovado na Câmara. (JESUS, 2014, p. 44).

Acontecimentos envolvendo políticos da época, como Rui Barbosa<sup>9</sup>, faziam parte das leituras feitas pelo senhor Nogueira e, também aparecem anos depois nos registros de memória de Carolina.

O senhor Manoel Nogueira que encorajava os negros. Dizia: Senhor Benedito manda seus filhos à escola. É bom saber ler. Vocês devem obedecer ao Rui Barbosa. Ele foi amigo de vocês. Como José do Patrocínio,

---

<sup>9</sup>Rui Barbosa, advogado, jornalista, jurista, político, diplomata, ensaísta e orador, nasceu em Salvador, BA, em 5 de novembro de 1849, e faleceu em Petrópolis, RJ, em 10 de março de 1923. Membro fundador, escolheu Evaristo da Veiga como patrono da cadeira n.º. 10 da Academia Brasileira de Letras.

como Castro Alves. Escreveu um livro pedindo clemência para vocês, que foram arrebatados do seu berço, que é a África. O vovô chegava do trabalho, jantava e ia ouvir o senhor Manoel. (JESUS, 2014, p.47).

Se por um lado, alguns desses acontecimentos das leituras do senhor Nogueira deixavam a pequena Carolina preocupada com os rumos do país, outros nutriam a menina com esperança num futuro de condições melhores para os brasileiros. “Por que o Rui disse que esse Brasil grandioso que ele imaginava virá quando não mais existirem analfabetos no nosso torrão. Que o combustível moveu os motores, e o saber locomove o homem.” (JESUS, 2014, p.52).

Nota-se que Carolina buscava o reconhecimento, esforçava-se para se aproximar do discurso hegemônico, e ao mesmo tempo denunciava a desigualdade de oportunidades entre as classes sociais, sobretudo, o desfavorecimento à classe pobre, a qual pertencia.

Carolina manifestava a importância aos livros, à literatura e também aos saberes de tradição oral.

No conto *O Sócrates Africano*, Carolina descreve os últimos dias de um avô debilitado, que recebia visitas de homens que segundo a autora, sabiam tudo o que acontecia no mundo, porque liam os jornais, mas ainda assim, queriam ouvir seu avô que era um homem com muita sabedoria. Neste trecho, Carolina descreve as impressões que o avô provocava:

E saiam dizendo: -Foi uma pena não educar este homem. Se ele soubesse ler, ele seria o homem. Que preto inteligente. Se este homem soubesse ler poderia ser o nosso Sócrates africano. Mas o Rui Barbosa pôs uma lei no Senado pedindo para incluir os negros na escola, porque vai ser difícil uma classe culta, e outra inculta, senão vai gerar confusões, choques ideológicos. O analfabeto vai ser apenas um. Não acertará as observações se for admitido como empregado. A sua cooperação e participação é mínima. Agora se ele for alfabetizado a sua cooperação será a máxima. O Rui Barbosa dizia: que era e é preciso educar e esclarecer os predominadores. Ele, sendo instruído, há de querer instruir os seus compatriotas. Um empregado bem instruído poderá substituir o patrão nos casos de emergências. (MEIHY; LEVINE, 2015, p.221).

Preocupada com as observações e reflexões da filha, Cota fazia ameaças de não mais deixá-la ouvir as histórias contadas pelo vizinho:

Minha mãe disse que não ia mais deixar eu ouvir as leituras do senhor Manoel Nogueira, que eu estava ficando louca. Aconselhou-me a ir brincar com as bonecas. Fui brincar. Não senti atração. Não me emocionei. Não poderia viver tranquila neste mundo, que é semelhante a uma casa em

desordem. Oh, se me fosse possível lutar para deixá-lo em ordem! (JESUS, 2014, p.54)

Adulta, Carolina costumava opinar sobre as questões políticas. Era admiradora dos ideais de abolicionistas como Rui Barbosa, político que, entretanto, pelo episódio da queima de arquivos sobre a escravidão, tornou-se, para muitos, um inimigo das causas dos negros. Em sua defesa, Francisco de Assis Barbosa na apresentação do livro *Rui Barbosa e a queima de Arquivos*, diz ser uma manifestação de injustiça contra um dos mais “estrênuos combatentes da causa emancipacionista”. Para Francisco de Assis Barbosa (1998), a queima de arquivos foi uma estratégia utilizada por Rui, que na época era ministro da fazenda, contra ex-donos de escravos que pleiteavam indenização. Assim, o requerimento foi indeferido e,

Ante a investida dos que advogavam a indenização, num momento ainda confuso e ainda indefinido para a sorte da República quando ainda nem sequer havia sido aprovado o projeto da nova Constituição, Rui Barbosa tomou uma atitude radical e temerária: eliminar os comprovantes fiscais que existiam no Ministério da fazenda que poderiam ser utilizados para o insidioso pleito da indenização. (BARBOSA, 1988, p. 18).

O próprio Rui Barbosa, em sua obra *A Questão Social e Política no Brasil* de 1919, faz indagações sobre a responsabilidade pelo destino dos negros escravizados após a assinatura da abolição:

Estava liberto o primitivo operário brasileiro, aquele a quem se devia a criação da nossa primeira riqueza nacional. Terminava o martírio, em que os obreiros dessa construção haviam deixado, não só o suor do seu rosto e os dias de sua vida, mas todos os direitos da sua humanidade, contados e pagos em opróbrios, torturas e agonias.

Mas que fizeram dos restos da raça resgatada os que lhe haviam sugado a existência em séculos da mais ímproba opressão? [...] Que conta darão a Deus esses governos, senhores, de tudo que ambicionaram, poderosos para tudo o que quiseram, livres em tudo o que cogitaram, - que contas darão a deus da sorte dessas gerações, que a revolução de 13 de maio deixou esparsas, abandonadas à grosseria originária, em que criara e abrutara o cativo? (BARBOSA, 1919, p.375).

O fato é que, naquela época, como agora, a justiça social continua sendo uma promessa. Na cidade de Sacramento, a condição social do negro e do branco praticamente não havia sido alterada. Permaneciam presentes as marcas da escravidão brasileira. Conforme nos mostra Alfredo Bosi (1992),

O Treze de Maio não é uma data apenas entre outras, número neutro, notação cronológica. É o momento crucial de um processo que avança em

duas direções. Para fora: o homem negro é expulso de um Brasil moderno, cosmético, europeizado. Para dentro: o mesmo homem negro é tanguado para os porões do capitalismo nacional, sórdido, brutesco. O senhor liberta-se do escravo e traz ao seu domínio o assalariado, migrante ou não. Não se decretava oficialmente o exílio do ex-cativo, mas este passaria a vivê-lo como um estigma na cor da sua pele. (p. 271)

Negros, como a família de Carolina Maria de Jesus, continuavam à margem, com poucas perspectivas e explorados como no tempo da escravidão:

Eu olhava a cidade e pensava: Pobre sacramento, é semelhante a um bolo que não puseram fermento, não cresce.

O senhor Manoel Nogueira dizia:

– Agora o Brasil vai deixar de ser um país atrasado.

As revoluções sempre auxiliam o país. O povo deveria fazer uma revolta para colocar o Rui Barbosa no Catete.

Aquelas explicações do senhor Manoel Nogueira não mais me entusiasmavam. Quando eu era menina, pensava que tudo o que ele dizia ia realizar-se. Agora já estava compreendendo que entra governo, sai governo, o pobre continua sempre pobre. Os sonhos de melhores dias não eram para nós. Nós vivíamos como São Lourenço na grelha incandescente. (JESUS, 2014, p.159).

Mais tarde, Carolina demonstrou um outro olhar ao avaliar o que significou a abolição para as pessoas escravizadas no Brasil. “Para mim, a escravidão havia apenas amainado um pouquinho”. (JESUS, 2014, p. 160).

De acordo com as pesquisas das biógrafas Eliana de Moura Castro e Marília Novais da Mata Machado, Carolina frequentou o colégio Allan Kardec, escola particular espírita, onde aprendeu a ler. CASTRO; MACHADO, 2007,p.19). A permanência na escola, entretanto, durou pouco, pois a escritora foi obrigada a abandonar a escola para acompanhar a mãe que se uniu a José Romualdo e juntos foram trabalhar como colonos em uma fazenda nas imediações de Uberaba. “Foi com pesar que deixei a escola. Chorei porque faltavam dois anos para eu receber meu diploma (...). Minha mãe encaixotava os nossos utensílios, eu encaixotava os meus livros, a única coisa que eu venerava.” (JESUS, 2014, p.131).

Carolina, a princípio, ficou descontente e queria voltar para a cidade, mas aos poucos foi se acostumando a vida rural e aos afazeres do campo. “Que vida gostosa! Eu ficava deslumbrada com a fartura. Verduras e frutas, para mim aquilo tudo era a terra prometida ao Moisés que eu tive a ventura de encontrar.” (JESUS, 2014, p. 133). Esse tempo em que não faltava comida no prato da família, também não perdurou por muito tempo. Alguns anos depois foram obrigados pelo fazendeiro a abandonar o local, sob a alegação de que não davam lucros.

No poema *O Colono e o fazendeiro*<sup>10</sup>, um dos mais famosos da autora, Carolina aborda a questão da disputa de classes comparando a exploração sofrida pelos trabalhadores do campo com a condição das pessoas escravizadas no Brasil:

Diz o brasileiro  
Que acabou a escravidão  
Colono sua o ano inteiro  
E nunca tem um tostão.

Se o colono está doente  
É preciso trabalhar.  
Luta o pobre no sol quente  
E nada tem pra guardar.

Cinco da madrugada  
Toca o fiscal a corneta  
Despertando o camarada  
Para ir para a colheita.  
Chega a roça ao sol nascer  
Cada um na sua linha  
Suando, e para comer  
Só feijão e farinha.

Nunca pode melhorar  
Esta negra situação  
Carne não pode comprar  
Prá não dever o patrão.

Fazendeiro, ao fim do mês  
Dá um vale de cem mil-réis  
Artigo que custa seis  
Vende ao colono por dez.

Colono não tem futuro  
E trabalha todo dia  
O pobre não tem seguro  
E nem aposentadoria.

Ele perde a mocidade  
A vida inteira no mato  
E não tem sociedade  
Onde está seu sindicato?

Passa o ano inteiro  
Trabalhando – que grandeza!  
Enriquece o fazendeiro  
E termina na pobreza.

Se o fazendeiro falar:  
- Não fique na minha fazenda

---

<sup>10</sup> O poema *O Colono e o fazendeiro* foi escrito em 1939 e publicado pela primeira vez quando a escritora já morava em São Paulo, no jornal *Folha da manhã* no dia 25 de fevereiro de 1940. Está também publicado no livro *Casa de alvenaria*, 1961. (FARIAS, 2017, p.68).

Colono tem que mudar  
Pois não há quem o defenda. (JESUS, 2021, p.162.)

Na publicação do *Colono e o fazendeiro em Casa de Alvenaria*, Carolina explica que o poema é fruto das observações feitas por ela, argumentando que as favelas têm sua origem nas condições de trabalho no campo.

Tal qual na época da pequena Bitita, os grupos que necessitam abandonar a escola na atualidade permanecem sendo os mesmos. Uma vez extinto o escravismo no Brasil, havia/há outras demandas a serem resolvidas, sendo a educação formal, conforme nos mostra Sales Augusto dos Santos (2007), uma delas. “Para os afro-brasileiros foi uma das principais reivindicações dos Movimentos negros no pós-abolição, preservada ao longo do século XX e continua a ser exigida no início deste século XXI” (SANTOS, 2007, p.50).

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua:

Necessidade de trabalhar, desinteresse e gravidez são os principais motivos para o abandono escolar no Brasil. Os dados apontados em 2019 mostram que dos quase 50 milhões dos jovens de 14 a 29 anos no Brasil, 20,2% não completaram alguma das etapas da educação básica. Sendo que 71% desses jovens que se encontram nessa situação são pretos ou pardos. (IBGE, 2013).

Após a experiência no campo, a família voltou para a cidade de Sacramento onde Carolina não se envolveu num trabalho contínuo por muito tempo e em 1937 migrou definitivamente para São Paulo. Para Florestan Fernandes, o fascínio que a cidade grande exercia sobre os negros, não era somente por ser um centro de atividades menos degradadas ao trabalho escravo ou por possuírem trabalhos mais rendosos ou dignificantes. Mais que isso, foi em São Paulo que primeiro se estabeleceu uma rede organizada desfavorável aos excessos dos senhores e aos fundamentos da escravidão. Na visão do autor:

A cidade se firmava como um símbolo e uma promessa de liberdade. Viver nela pura e simplesmente, parecia aos olhos dos que saíam do cativeiro uma condição ideal para se despojarem mais depressa do que houvesse de ignóbil no estado de escravo ou de liberto. Todavia, a realidade era outra. Sem ser propriamente hostil ao negro, a cidade de São Paulo quebrou rapidamente a sua ligação com o passado rural. Não foi, apenas, a cultura popular que entrou em crise. Algo mais complexo sucedeu-se: entre o fim do século XIX e o início do século XX, a cidade cresceu demais para se orgulhar dos antigos costumes, mas era demasiado provinciana para romper com eles de modo substancial e segundo um estilo urbano de vida. O negro ou o mulato não encontravam, nela, as vantagens típicas da grande cidade, em particular as possibilidades de isolamento cultural, de tolerância e de emprego em massa; e, do outro lado, também não contavam com as



vantagens das cidades convicta ou conformadamente rurais brasileiras, a estabilidade social a vigência de concepções tradicionalistas e as compensações da economia de subsistência. (FERNANDES, 2021, p.102).

Carolina, como tantos outros imigrantes, chegou à capital paulista seduzida pela cidade que se exibia como possibilidade de melhores condições de vida e oportunidade de trabalho. Entretanto, a cidade que se queria moderna e civilizada, no íntimo, convivía com a rusticidade herdada por todas as classes. “O progresso era, pois, muito exterior e nada possuía de homogêneo.” (FERNANDES, 2021, p.103).

Na cidade, o espaço reservado a Carolina era o dos marginalizados e dos que lutam pela sobrevivência, contudo, ela procurava tornar legítima a sua condição de autora de literatura.

## **1.2 A favela: quarto de surpresas, de desejos e de desprezos**

Apesar da sensação aflitiva que inicialmente dela se apoderou, foi em São Paulo que Carolina viveu durante muito tempo e se tornou uma escritora conhecida. A mineira interiorana diz ter ficado atônita e preocupada com a quantidade e o comportamento das pessoas na capital do estado de São Paulo. Carolina sentiu-se como se estivesse em outro planeta. Afirma nunca ter visto antes tantas pessoas reunidas:

Fiquei preocupada como corre-corre dos paulistanos. Olhares ansiosos inquietos a espera das conduções. Uns empurrando os outros e ninguém reclamava aquilo seria normal? Um espetáculo fabuloso é o amanhecer em São Paulo. Nos dá a impressão, que o povo não tem educação. Quando um empurra o outro não pede desculpas. É semelhante a uma colméia humana. Uns correm para cima, outros correm para baixo. Em todas as direções que se olha, alguém está correndo. (MEIRY; LEVINE, 2015, p. 214).

Elena Pájaro Peres em sua tese de doutoramento *Exuberância e invisibilidade. Populações moventes e cultura em São Paulo, 1942 no início dos anos 70*, escreve que criadores como Carolina invertem o encarceramento imposto pela escrita e confronta a apropriação do discurso pela classe dominante. São criadores com forte aproximação com a oralidade com a qual foram constituídos enquanto autores, que fizeram emergir elementos culturais dos imigrantes e se afastaram do discurso hegemônico de uma São Paulo em desenvolvimento e comemoração que se pretendia estabelecer como cânone nos anos 1940,

1950 e 1960. “Eles abrem pequenas janelas para que possamos enxergar uma outra e quase invisível São Paulo.” (PERES, 2015, p.59).

Na movimentada São Paulo, a vida dura de Carolina não foi muito diferente daquela que ela vivia em Sacramento. Apresentava-se em circo, trabalhou como faxineira de hotel e principalmente, como empregada doméstica. Ao escrever sobre esses movimentos demográficos, Florestan Fernandes situa a condição de homens e mulheres negras em relação ao mercado de trabalho. A mulher negra passa a trabalhar nas casas das famílias brancas.

Por causa de sua integração à rede de serviços urbanos, é a mulher (e não o homem) que vai contar com o agente de trabalho privilegiado não no sentido de achar um aproveitamento ideal ou decididamente compensador, mas por ser a única a contar com ocupações persistentes e, enfim, com um meio de vida. Se lembrarmos que o elemento negro saía da escravidão sem formas de vida social organizada, temos aí um sistema de referência suficientemente amplo para indicar o que iria ser para ele a vida na cidade. (FERNANDES, 2021, p.101).

Lélia Gonzáles também nos mostra a relação da mulher e o trabalho doméstico. Ser mulher e negra no Brasil, como nos traz, significa ser colocada no mais alto nível de opressão causada pelo racismo e pelo sexismo. Sem perspectivas e sem possibilidades de novas alternativas no mercado de trabalho, ela se volta para a realização de atividades domésticas nas casas das famílias que compõem as das classes médias e altas na sociedade brasileira.

Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da ‘inferioridade’ que lhes seriam peculiares. Tudo isso acrescido pelo problema da dupla jornada que ela, mais do que ninguém, tem de enfrentar. Antes de ir para o trabalho, tem que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimentação para os familiares lavar, passar e distribuir as tarefas dos filhos mais velhos com os cuidados dos mais novos (as meninas, de um modo geral, encarregam-se da casa e do cuidado dos irmãos mais novos). Após “adiantar” os serviços caseira/os, dirige-se à casa da patroa, onde permanece durante todo o dia. (GONZALES, 2020, p.58).

Entretanto, transgressora, Carolina não se adaptava às normas familiares das casas onde trabalhava. Certamente o lugar de empregada doméstica a incomodava pelo grande desejo que possuía de ser uma escritora. O tema foi abordado por Carolina em *A Empregada*, poema publicado na obra *Meu sonho é escrever*, organizada pela pesquisadora Raffaella Fernandez em 2019 com contos inéditos e outros escritos da autora.

Uma jovem deixou o interior e veio empregar-se em São Paulo para ganhar mais. Não apreciou o São Paulo com seu bulício e o seu clima enigmático. Enfim, ela estava descontente e regressou ao interior. As amigas foram cumprimentá-la e foram saber que tal é São Paulo. Ela respondeu-lhes assim:

Quando eu era empregada Sofri tanta humilhação Às vezes eu tinha vontade  
De dar uma surra no meu patrão

Era um patrão malcriado  
Não deixava eu parar um segundo  
E o diabo ainda falava  
De mim para todo mundo.  
Obrigava eu levantar  
A uma da madrugada.  
E ainda dizendo  
“Esta malandra não faz nada”

Se a gente dá um passo,  
O diabo está sempre atrás  
Vive sempre pondo defeito  
Em todo serviço que a gente faz  
Não gostei de trabalhar,  
Foi para as donas da pensão,  
Que quer tudo muito limpo  
Mas não quer comprar sabão

Se a gente dá um asso  
A diaba está sempre junto.  
Vive sempre observando,  
Se a empregada como muito

Vive sempre pondo defeito  
Em todo serviço que a gente faz (JESUS, 2019, p.84).

Embora tenha usado a terceira pessoa, a voz que se manifesta no poema se parece com a de Carolina e com a de muitos imigrantes que chegavam a São Paulo, que naquela época vivia intensa urbanização em decorrência da industrialização. A mudança do interior para a metrópole, na maioria das vezes, não correspondia aos efeitos desejados, porque os círculos da desigualdade não eram rompidos. A mulher, e sobretudo a negra, permanecia na condição de subalternidade imposta aos negros mesmo após a abolição da escravatura.

Além da falta de oportunidade de emprego, a habitação naquela época, de acordo com Eliana de Moura Castro e Marília Novais de Mata Machado, era o principal problema da cidade de São Paulo. (CASTRO; MACHADO, 2007, p.31).

Sem ter estabilidade nos empregos e com dificuldades com moradia, Carolina passou a dormir na rua, nos albergues noturnos e embaixo dos viadutos e cortiços. Os cortiços e a autoconstrução na periferia eram as soluções para os pobres e a classe trabalhadora. As favelas foram adotadas como último recurso habitacional. Recurso ao qual Carolina também

rendeu-se em 1948, quando grávida de João José, com latas, papelão e madeira, construiu o barraco, onde moraria durante 11 anos na Favela do Canindé, às margens do Rio Tietê. Uma favela formada por 150 barracões, onde não havia esgoto e os moradores formavam filas em torno de uma única torneira para conseguir água (CASTRO; MACHADO, 2007, p.34).

Sobre a questão das moradias, Lélia Gonzales enfatiza que, desde a época colonial aos dias de hoje, é evidente a separação em relação ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. Para a intelectual, de um lado os espaços ocupados pelo grupo branco dominante “são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegido por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas etc. até a polícia formalmente constituída.” Do lado oposto, a autora situa o lado natural do negro “evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos ‘habitacionais.’”. Nesse espaço ocupado pelo grupo dominado “o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias.” (GONZALES, 2020, p.85).

Durante o tempo em que viveu na favela, Carolina catava no lixo, alimentos, latas, ferros e outros materiais para vender e sustentar João José e os dois filhos nascidos depois: José Carlos e Vera Eunice. No lixo também Carolina catava livros, cadernos e folhas em branco, onde começou a anotar seu cotidiano, seus sonhos e suas dificuldades. (CASTRO; MACHADO, 2007).

Florestan Fernandes cita a narrativa de Carolina como testemunho do que os negros experimentavam na década de 1950, isto é, os efeitos das desigualdades, revelados no baixo nível de emprego e de renda. Desigualdades que para o antropólogo não apenas coloca o negro em posição de desvantagem, ela se ergue como uma muralha que anula as esperanças da população de cor. As cenas descritas por Carolina, de acordo com Florestan,

Sugerem, dramaticamente, que a fome, a miséria, a doença e a desorganização social, com suas variadas consequências sociopáticas, continuam a ter plena vigência para uma vasta parcela da população de cor. Os porões e os cortiços são substituídos pelas favelas, o quarto de despejo mais imundo que há no mundo – sucursal do inferno, ou o próprio inferno. (FERNANDES, 2021, p.566).

Florestan usa a realidade descrita por Carolina para ilustrar as consequências e o modo como a desigualdade racial se manifesta excluindo os negros de oportunidades garantidas pela ordem social. Neste registro do dia 20 de julho de 1958, é possível perceber que Carolina tinha consciência do lugar que ocupava na sociedade e da exclusão de oportunidades a qual

era submetida.

O meu sonho era andar bem limpinha, usar roupas de alto preço, residir numa casa confortável, mas não é possível. Eu não estou descontente com a profissão que exerço. Já habituei-me andar suja. Já faz oito anos que cato papel. O desgosto que tenho é residir em favela. (JESUS, 1960, p.23).

Inconformada com o perfil de favelada, Carolina julgava-se diferente dos demais moradores. Era admirada por muitos pelo fato de saber ler e escrever e, por outros, se considerava hostilizada por esse mesmo motivo. Carolina e os vizinhos compartilhavam o desejo de que viver na favela não tivesse caráter permanente. “Estou residindo na favela. Mas se Deus me ajudar hei de mudar daqui. Espero que os políticos estingue as favelas” (JESUS, 1960, p.21). Em depoimento recolhido pelo professor Meihy, Maria Puerta, ex-vizinha de Carolina no Canindé, contou que todos que ali habitavam queriam, com ajuda dos filhos, da mulher e com o apoio do governo, construir uma casa em um lugar melhor. (MEIRY; LEVINE, 2015, p.127).

A construção em alvenaria representava não somente a possibilidade de uma vida um pouco mais confortável, mas a evidência de que “até na miséria aparecem gradações e gradações sociologicamente relevantes, porque tornam a pobreza remediada um estado ideal para muitas famílias de cor.” (FERNANDES, 2021, p.668).

No depoimento de Vera Eunice para o professor Meiry, a realidade da saída do Canindé para a tão sonhada casa de alvenaria mostrou-se diferente do planejamento. Segundo a filha de Carolina, logo de início a família sentiu-se inadequada aos padrões sociais do bairro de Santana, onde foram morar.

Insatisfeitos na favela, discriminados em Santana, os Jesus tinham que se ajustar a um mundo que rejeitavam e a outro que não os admitia. Custo dos itinerários destes brasileiros à procura de um lugar social para si e para os seus, as mudanças implicavam escolhas de lugares adequados, e, mesmo na cidade grande, mantinham-se as linhas de preconceitos. (MEIRY; LEVINE, 2015, p.170).

Durante o tempo em que viveu no Canindé, Carolina usava a escrita para relatar as amarguras, as péssimas condições de higiene, a falta de esperança e o abandono a que ela e os demais moradores da favela eram submetidos pelo poder público:

Enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que

a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades. (...) É preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela. Fiz o café e fui buscar água. Olhei o céu, a estrela Dalva já estava no céu. Como é horrível pisar na lama. As horas que sou feliz é quando estou residindo nos castelos imaginários. (JESUS, 1960, p.59).

No trecho acima Carolina evidencia que usava a ficção como estratégia para se distanciar, ainda que apenas em pensamento, da realidade miserável que a rodeava.

### **1.3 O lugar social e étnico – Carolina, a cinderela saída do borrar do lixo, sob a luz da cidade**

A primeira vez que Audálio Dantas encontrou Carolina foi no mês de abril de 1958. O jornalista da *Folha da Noite* foi à favela do Canindé fazer uma matéria sobre um *playground* que fora instalado pela prefeitura. Os adultos estavam disputando os brinquedos com as crianças e Audálio ouviu Carolina reclamando e ameaçando colocar a situação em seu “livro”. O jornalista interessou-se e pediu para ver. Ela o convidou para ir ao seu barraco e pela primeira vez ele entrou no barraco número 9 da rua A. Carolina mostrou-lhe os cadernos com registros que fazia da própria vida e da vida da comunidade da favela.

Abaixo a descrição feita por Audálio Dantas. O barraco/moradia de Carolina, a miséria e os livros velhos da leitora.

O barraco era assim: feito de tábuas, coberto de lata, papelão e tábuas também. Têm dois cômodos, não muito cômodos. Um é um quarto-sala-cozinha, nove metros quadrados, se muito for; e um quarto quartinho, bem menor, com lugar para uma cama justinha lá dentro. A humanidade dele é esta: Carolina, Vera Eunice, José Carlos, João José e 35 cadernos. Tem mais coisas dentro dele, que a luz da janelinha deixa a gente ver: um barbante esticado: quase arrebentando de trapos pendurados, mesinha quadrada, tábua de pinho; e fogareiro de lata e lata-de-botar-água e lata-de-fazer-café e lata-de-cozinhar; tem também guarda-comida escuro de fumaça e cheio de livros velhos; e mais duas camas, uma na sala-quarto-cozinha e outra no quarto assim chamado. Até outro dia, eu vi que tinha um porco no quintal, roncando de noite e de dia. Mas este virou banha e alegria no barraco. E até causou a morte de uma cachorrinha preta. A pobrezinha, que não estava acostumada a comer carne de porco. Também ela nem latia direito, antes do porco morrer. Não deixou lembrança, quase. Morreu em silêncio, que ninguém viu. Talvez sonhando com grunhido de porco.

Isto é o barraco dentro. O barraco fora é como todos os barracos de todas as favelas. Feio como dentro. (DANTAS, 1960, s/p).

As favelas são moradias por necessidade. Em geral, não é a escolha de quem ali

precisa viver que define isso. As pessoas são relegadas às favelas assim como as mobílias e os utensílios fora de uso ou fora de moda são jogados nos sótãos, depósitos e quartos de despejos. E no meio da miscelânea de conteúdo desordenado e fragmentado, tesouros de valor permanente e que somente os desavisados confundiriam com descartes, são encontrados. Alguém com experiência e um bom olho encontra e identifica estes tesouros. Foi o que aconteceu quando Audálio Dantas encontrou Carolina.

O jornalista levou parte do material escrito, prometendo publicá-lo e assim o fez, publicando matérias sobre a escritora, fotografias e fragmentos do diário no jornal *Folha da Noite* e na revista *O Cruzeiro*.

A vida de Carolina nos anos em que vivia na favela era de luta para sobreviver: “sair de manhã, procurar papéis no lixo, arranjar dinheiro para almoçar, sair de tarde, no mesmo caminhar, arranjar dinheiro para o jantar.” O resto é fome, desespero, o drama que ela mesma conta em seu diário. (DANTAS, 1960, s/p).

Como agente e mentor de Carolina Maria de Jesus, Audálio editou o diário que veio a ser publicado no início do mês de agosto de 1960 pela editora Francisco Alves. No texto de apresentação com o título *Nossa irmã Carolina*, Audálio explica como fez a seleção de trechos, as substituições e interferências na pontuação. O jornalista pede desculpas aos leitores por aquilo que chamou de “pronomes mal colocados e verbos tortos” usados por Carolina. Sobre a fome, Audálio diz não ser dele, nem de Carolina e nem dos outros moradores da favela, a frequência com que o tema aparece no livro:

*Quarto de despejo*, título do livro, é sugerido pela imagem que Carolina Maria de Jesus criou para a favela. Imagem perfeita e exata. Ela diz no bem dizer, que a favela é o quarto de despejo da cidade, porque lá jogam homens e lixo, e lá se confundem coisas imprestáveis que a cidade deixa de lado. Os originais que contêm o diário agora publicado estão em vinte cadernos, quase todos encontrados no lixo. Há até um que serviu para registro de compras e outro para registro de despesas operativas. Lendo-os, quando o tempo sobrava um pouco, demorei uns dois meses. Depois selecionei trechos, sem alterar uma palavra para compor o livro. Explico: Carolina conta o seu dia inteiro, com todos os incidentes, fiel até ao ato de mexer o feijão na panela. A repetição seria inútil. Daí a necessidade de cortar, selecionar as histórias mais interessantes. A fome aparece com frequência espantosa. Mas disso não tenho culpa. Nem Carolina. Nem os favelados da favela do Canindé, seus personagens. (DANTAS, 1960, s/p).

A apresentação feita pelo jornalista anuncia que a voz de Carolina é coletiva, conferindo a autora o papel de porta voz que sai do “lixo” para reivindicar causas sociais, econômicas e políticas da época, ao gritar do “quarto de despejo” para a “sala de visitas”. É

importante ressaltar que Carolina não apenas relatava o dia a dia da favela, conforme sugere Audálio. Ela ultrapassa os limites do testemunho, refletindo sobre a realidade em que vivia e revelando em seus registros o sonho que nutria de ser reconhecida como uma escritora que escrevia além de relatos da vida na favela.

Carolina via-se como uma escritora profissional. [...] alguns dos orientadores de Carolina, incluindo Audálio Dantas, aconselharam-na a escrever mais sobre a injustiça social, mas autônoma, ela escapava sempre. Embora não conseguisse publicar, insistia em dedicar-se à ficção, ensaios ou a qualquer outra coisa que lhe viesse à cabeça. Carolina não permitia ser manipulada e se opunha a padrões fabricados, por este comportamento, fechava portas a possíveis chances de publicações. (MEIHY; LEVINE .2015, p.35).

No registro do dia 20 de maio de 1958, Carolina escreveu sobre a percepção que tinha sobre os sentimentos e os papéis sociais dos poetas, incluindo-se como uma:

Quando cheguei do palácio que é a cidade e os meus filhos vieram dizer-me que havia encontrado macarrão no lixo. E a comida era pouca, eu fiz um pouco do macarrão com feijão. E o meu filho João José disse-me: - pois é. A senhora disse-me que não ia mais comer as coisas do lixo. Foi a primeira vez que eu vi a minha palavra falhar. Eu disse: - É que eu tinha fé no Kubitscheck. - A senhora tinha fé e agora não tem mais? - Não meu filho. A democracia está perdendo os seus adeptos. No nosso paiz tudo está enfraquecendo. O dinheiro é fraco. A democracia é fraca e os políticos fraquíssimos. E tudo que está fraco, morre um dia... os políticos sabem que eu sou poetisa. E que o poeta enfrenta a morte quando vê o seu povo oprimido. (JESUS, 1960, p.39).

Na edição de 1993 de *Quarto de despejo*, a primeira pela editora Ática, uma outra introdução foi escrita por Audálio Dantas. Com o título de *A atualidade do mundo de Carolina*, a apresentação ratifica a ideia de que nenhum escritor poderia ter escrito melhor aquela história de dentro da favela. O jornalista atribuiu o sucesso do livro à originalidade e profundidade do texto e volta a falar sobre o tema da fome, dessa vez, chamando de irritante a frequência com que ele aparece. “Carolina viu a cor da fome – a amarela. No tratamento que dei ao original, muitas vezes por excessiva presença, a amarela saiu de cena, mas não de modo a diminuir sua importância na tragédia favelada.” (DANTAS, 2010, p.3).

Audálio diz ter feito cortes, selecionando trechos que ele achava mais significativo, pois na sua opinião, seria exaustiva a repetição da rotina de uma favelada. Por outro lado, Alzira Divina Perpétua, estudiosa, cujo trabalho foi o cotejo entre os manuscritos de Carolina e os textos editados e publicados, afirma que essa descrição minuciosa não promove ao leitor



o tédio imaginado por Audálio e sim a sensação de impotência ao participar de um “*ritornelo*”. A repetição para Perpétua é um recurso utilizado para a transparência na descrição do cotidiano.

A escrita do dia-a-dia de Carolina é marcada pela repetição das descrições dos atos diários, que se justifica, primeiramente, pela concepção de Carolina a respeito da linguagem do cotidiano, segundo a qual o registro diário deve obedecer a uma transparência dos atos rotineiros; logo, se a rotina é repetitiva, a escrita assim deve ser. (PERPÉTUA, 2014, p.150).

Para a pesquisadora, o discurso editado de Carolina conduz à imagem que Audálio produziu para Carolina e que pode levar os leitores a uma interpretação superficial ou equivocada de Carolina. Perpétua afirma textualmente que, além da normatização do conteúdo,

O texto de Carolina será modificado não só em relação à repetição dos atos cotidianos, mas sobretudo no que concerne às reflexões sobre a vida. É aí que reside a maior (ir)responsabilidade da editoração, uma vez que o enunciado que acompanha o dia-a-dia sempre igual contém uma riqueza discursiva de observações lúcidas, carregadas de violência, humor, amargura, revolta ou resignações, que foi em grande parte suprimida. (PERPÉTUA, 2014, p.152).

A presença de temas frequentes não pode ser ignorada e o relato de atividades pouco diversificadas, talvez seja o reflexo de uma mulher cuja rotina concentrava-se, sobretudo, em torno da criação dos filhos e da luta diária que consistia, basicamente, em três tarefas: levantar cedo para pegar água, catar papel e convertê-lo em alimento e escrever. Audálio, talvez, não pudesse prever que hoje, passados mais de 60 anos da publicação de *Quarto de despejo*, o tema fome ainda estaria tão presente entre os brasileiros. De acordo com os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: Análise de Segurança Alimentar no Brasil, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a insegurança alimentar grave atinge 10,3 milhões de brasileiros, isto é, quando há privação no consumo de alimentos. São pessoas que, como Carolina, chegam a passar fome (IBGE, 2020) .

Ainda sobre as intervenções feitas em manuscritos de escritas diarísticas e sobre a marca da repetição presente nesse gênero, Sérgio Barcellos afirma que:

Tais manipulações arriscam alterar a feição do “eu” dessa escrita íntima, pondo em xeque uma noção de autoria do texto, caso haja possibilidade de se pensar em autoria quando se trata de uma escrita diarística. Além disso, as mudanças operadas no texto para publicação ameaçam extirpar da escrita

diarística aquilo que nela se apresenta como característica formal, qual seja, sua natureza não-narrativa, seu caráter alusivo, seu ritmo repetitivo, sua aparência descontínua e lacunar. (BARCELLOS, 2006, p.3).

Independentemente do que lhe era imposto escrever, Carolina traçava seu próprio caminho. Era, como definiu José Rufino dos Santos, alguém admirável por ter escrito uma obra tão extensa com tão pouco domínio da norma culta. Era uma grafomaniaca, “pessoa com tendência compulsiva, doentia de fazer registros gráficos, rabiscos e, especialmente, escrever em qualquer superfície ou material imediatamente acessível. Vício de escrevinhar, ser infeliz se passar um dia inteiro sem escrever.” (SANTOS, 2009, p.24). Necessidade que a escritora possuía e o fazia, inclusive nos momentos de desespero. “Tem pessoas que, quando estão nervosas, xingam ou pensam na morte como solução. Eu escrevia meu diário.” (JESUS, 2001, p.170).

Não bastava apenas escrever, havia algo a mais, o desejo de reconhecimento. Para Carolina foi um momento de alegria e emoção quando viu a capa que estampava seu nome: “Carolina Maria de Jesus: diário de uma favelada. Quarto de despejo. Eu fiquei emocionada. É preciso gostar de livros para sentir o que eu senti.” (JESUS, 2001, p.171).

Alguns meses antes do lançamento, no dia que foi assinar o contrato com a Francisco Alves, que era na época uma livraria muito importante, tendo publicado inclusive, *Os Sertões* de Euclides da Cunha, Carolina manteve inalterada a rotina de fome e de catadora de lixo.

Levantei as 5 horas para preparar as roupas dos filhos para irmos na livraria. Não vou fazer café porque não tenho açúcar nem dinheiro para o pão. Eu peguei um saco e catei latas, ferros e vidros e uns metais e fui vende-los. (JESUS, 1961, p.11).

Um enorme cartaz com o retrato de Carolina, tendo a favela como fundo, anunciava o lançamento do livro. “Esta favelada, Carolina Maria de Jesus, escreveu um livro – QUARTO DE DESPEJO – A Livraria Francisco Alves oferece ao povo”. O lançamento se deu numa sexta-feira, dia 19 de agosto de 1960, na Francisco Alves, que ficava situada na Rua Líbero Badaró na cidade de São Paulo. No dia 15 de agosto de 1960, Carolina fez o registro dos preparativos e do sucesso que foi o lançamento: “Aqueci a água para tomar banho. Vou na livraria levar um pouco de terra para pôr na vitrine. Estava chovendo, fomos de ônibus e quando chegamos na livraria vi o meu retrato na porta. Estou desenhada em ponto grande.” (JESUS, 1961, p. 35).

A terra que Carolina levava seria colocada na vitrine para representação material da favela. Além do cartaz e da vitrine, como parte da cerimônia de lançamento, a livraria

organizou a ida de alguns moradores, vizinhos de Carolina.

Os meus filhos percorria a livraria. Era tantos livros pra eu autografar que eu não vi as horas passar. Os repórteres estavam presentes, fotografando-me. A “Última Hora” foi buscar alguns favelados para fazer uma reportagem na livraria. Os favelados estavam abismados vendo-me, eu, preta, tratada como se fosse uma imperatriz. (JESUS, 1961, p.35).

Na sessão de autógrafos entre as personalidades presentes encontrava-se o então ministro do trabalho João Batista Ramos e,

Também compareceram muitos ex-chefes e patrões de Carolina, do tempo que era empregada doméstica e cozinheira, como o Dr. Eurípides de Jesus Zerbine, e famosos, como o jogador Edson Arantes do Nascimento conhecido como Pelé, e o novato dramaturgo Benedito Ruy Barbosa [...] Dentre os escritores que compareceram, foram citados, pelos jornais, os nomes de Fernando Góes, que também era crítico literário, Maria de Lourdes Teixeira, contista e romancista que alguns anos depois seria a primeira mulher a ingressar na Academia Paulista de Letras, Mário da Silva Brito, também crítico literário, Aldenora de Sá Porto, escritora e feminista que se tornaria uma grande liderança negra brasileira. Passados alguns dias, o jornal corrigiu um ato falho, informando que também esteve presente ao lançamento o cronista, poeta e ensaísta Jamil Almansur Haddad. (FARIAS, 2017, p. 222).

Carolina ganhou notoriedade num contexto de transformações, disputas e expansão urbana. A leitura de *A sociedade do negro na sociedade de classes* de Florestan Fernandes, já citado aqui anteriormente, nos ajuda a compreender os lugares ocupados pelos diferentes grupos humanos na cidade de São Paulo no final do século XIX e nos primeiros anos do século XX.

O comportamento urbano existia nas intenções e nas aspirações dos agentes humano, na ânsia de converter São Paulo numa cidade culta, moderna e civilizada. Só os que estavam absorvidos na corrente do progresso se sintonizavam com semelhante estado de espírito – ou seja, os círculos avançados das camadas dominantes e os imigrantes empenhados no enriquecimento rápido. (FERNANDES, 2021, p.103).

A escrita autobiográfica de Carolina representava a posição ocupada por esse sujeito que resulta das transformações. Num cenário em que se pretendia mostrar uma São Paulo desenvolvida e moderna, Carolina revelava para a sociedade as desigualdades e as condições de miserabilidade dos favelados. Período que Florestan denomina de “anos de espera”.

Os anos de desengano, em que o sofrimento e a humilhação se transformam em fel mas também incitam o negro a se vencer e a se sobrepujar, pondo-se à altura de ilusões igualitárias”. Com efeito, seriam “os anos em que o negro descobre, por sua conta e risco, que tudo lhe fora negado e que o homem só conquista aquilo que ele for capaz de construir, socialmente, como agente de sua própria história. (FERNANDES, 2021, p.127).

São Paulo era, então, um centro de convergência entre o progresso motivado pelo desenvolvimento industrial e a pobreza daqueles que, como Carolina, não conseguiam romper as barreiras de uma sociedade desigual. Projetos políticos e a imprensa com opiniões variadas sobre o livro e sobre a vida de Carolina, tiveram bastante proveito transformando-a, de fato, em uma mercadoria de consumo. Carolina, passou a ser manipulada a partir do mito criado de que uma favelada conseguiu ascender como uma escritora de sucesso. Se no passado o papel da mulher era relegado à subserviência, uma mulher negra e pobre como Carolina, servia como prova material de que a mobilidade social era possível.

No passado a eficiência da máquina classista limitava o papel das mulheres à subserviência e a mulher negra, pobre e como Carolina Maria de Jesus caberia o papel de empregada doméstica servindo aos brancos. “O início dos anos 60 vinha como uma onda reformista caracterizada pelo prenúncio de que as camadas pobres poderiam produzir figuras—no caso uma mulher negra – que levantariam a opinião pública.” (MEIRY; LEVINE, 2015, p.38).

Um ano após o lançamento, *Quarto de despejo* começou a circular em edições estrangeiras. Levando-se em consideração o contexto da época, o número de traduções de *Quarto de despejo* provoca indagações, pois conforme nos lembra Elzira Divina Perpétua, naquele momento, “o olhar da Europa e dos Estados Unidos para as chamadas culturas periféricas era ainda incipiente.” (PERPÉTUA, 2014, p.87).

Até mesmo Carolina mostrava-se espantada com tamanho sucesso. “Todos os dias chegavam cartas de editor internacional, querendo traduzir o livro. Até eu estou abismada com a repercussão do livro.” (JESUS, 1961, p.83).

*Quarto de despejo* ganhou edições na Dinamarca (1961), Holanda (1961), Argentina (1961), França (1962), Alemanha Ocidental (então Ocidental) (1962), Suécia (1962), Itália (1962), Checoslováquia (1962), Romênia (1962), Inglaterra (1962), Estados Unidos (1962), Japão (1962), Polônia (1963), Hungria (1964), Cuba (1965), União Soviética (entre 1962 e 1963). Em algum desses países registram-se mais de uma edição de *Quarto de despejo*. Existem, também, traduções de *Casa de Alvenaria* e de *Diário de Bitita*. (PERPÉTUA, 2014,

p. 88).

Embora tenha sido traduzido em todos esses países e alguns registrarem até mais de uma edição, *Quarto de despejo*, somente no ano de 2021, foi publicado em Portugal. Antes disso, não havia sido publicado em nenhum outro país que tenha o Português como língua oficial<sup>11</sup>. Tom Farias, biógrafo de Carolina, considera que a censura do livro pela ditadura Salazar foi um dos motivos para o desconhecimento da escritora nos países africanos de língua portuguesa.

Por ser um livro sobre a miséria brasileira, um livro de protesto, Carolina de Jesus teve alguns problemas em países como Portugal. Salazar via o livro como uma coisa abjeta, que não serviria em nada para a sociedade portuguesa e, em 1961[ano de início da Guerra Colonial em Angola], proibiu a entrada do livro em Portugal.<sup>12</sup> (FARIAS, 2021, s/p).

No registro feito por Carolina no dia 07 de abril de 1960, a escritora conta sobre a conversa que teve com um motorista sobre o então presidente de Portugal:

Fomos falando do Salazar. Eu ia cantando a marchinha que compus para o Salazar.

Salazar

- O que queres aqui português?

- Cai fora!

Eu vim ao Brasil cantar  
a cabeça do Galvão.  
É ordem do meu Salazar  
O nosso chefe da Nação

O nosso chefe da Nação  
Não adimite rebeldia  
Vae castigar o Galvão,  
por causa do Santa Maria.

O Salazar dia assim ...  
O povo tem que obedecer  
Aqueles que estão contra mim!  
Não tem direito de viver.

Os passageiros que estavam no automóvel não mencionaram nada.  
O motorista é descendente de italiano, e dizia:  
O Salazar está muito velho.

<sup>11</sup>Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/portugal-giro/post/livro-de-brasileira-proibido-na-ditadura-chega-portugal-com-60-anos-de-atraso.html>. Acesso em: 10 dezembro 2021.

<sup>12</sup>Ver também: <https://www.mundolusiada.com.br/cultura/livro-do-brasil-chega-as-livrarias-portuguesas-60-anos-depois-de-proibido-pela-ditadura-salazar/>. Acesso em: 10 dezembro 2021.

Citei-lhe que ele não dêixou meu livro entrar em Purtugal. Ele tem ideias antigas.  
A pior tolice é a de um governo que não dá liberdade ao seu povo. Um povo livre sente-se feliz e ama seus dirigentes. Os ditadores angariam seus inimigos. (JESUS, 2021, p.259).

Raquel Barreto, uma das curadoras da exposição *Carolina Maria de Jesus: um Brasil para os brasileiros*, no IMS, São Paulo, afirma que também um filme em que Carolina interpreta a própria vida, foi proibido pelo embaixador brasileiro na Alemanha. Ele não queria aquela imagem, a forma como a miséria era retratada contrapondo o discurso ufanista da ditadura, e proibiu a exibição do documentário. E, como é recorrente na trajetória da escritora, ela respondeu a essa interdição com uma frase exibida na parede da mostra – “é dos ditadores não gostar da verdade e dos negros”.<sup>13</sup>

Sobre a intenção explícita de apagamento e invisibilidade, é oportuno lembrar os versos da escritora Esmeralda Ribeiro no poema Ensinamentos “o invisível exercita o ser “zero à esquerda, o invisível não exercita cidadania” (RIBEIRO,2008, p.55). É preciso enfatizar que a escrita de Carolina rompe o silêncio, revelando o descaso do poder público para com os pobres. Usando a literatura, a escritora falou sobre assuntos, os quais muitos não desejavam ou tinham medo de ouvir. O conteúdo de sua obra desconstrói a visão imposta por aqueles que detêm o poder, denunciando e mostrando o outro lado de histórias únicas, de estruturas branca e masculina, ancoradas no mito de que vivemos em uma sociedade justa e com igualdade de oportunidades.

#### **1.4 Pode uma mulher negra, pobre e com pouca escolaridade escrever literatura?**

“Pode o subalterno falar? O que a elite deve fazer para estar atenta à construção contínua do subalterno?” (SPIVACK, 2010, p.110). Associando às indagações feitas pela indiana Gayatri Spivack, poderia uma mulher negra, pobre e moradora da favela falar? Uma série de fatores indissociáveis, como mudanças ideológicas e sociais, trocas de referenciais e valores, transformações nos modos de vida e até mesmo na legislação vêm provocando desdobramentos significativos em todos os campos, inclusive na literatura. Um salto quantitativo pode ser observado em relação à produção literária de homens e mulheres negras. Em termos concretos, é possível verificar a presença desses autores em listagens de vendas e

---

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/09/mostra-sobre-carolina-de-jesus-traz-obras-que-pensam-racismo-e-censura-no-brasil.shtml>. Acesso em: 04 maio 2022.

em prêmios literários, Carolina, entretanto, alcançou sucesso num contexto em que a cultura patriarcal ditava modelos cristalizados, ideológicos e que conferia ao homem branco o discurso do saber. As produções de mulheres, e não somente as negras, eram pouco consideradas. É justamente nesse espaço construído tradicionalmente nas experiências literárias masculinas e de classe social privilegiada que Carolina se apresenta. Regina Dalcastagnè, professora do Departamento de Teoria Literária da Universidade de Brasília (UNB) e autora do livro *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*, afirma o seguinte sobre a autora:

Pensem no quanto é grande o desejo de escrever, para essas pessoas que se submetem a isso – a fazer o que não “lhes cabe”, aquilo para o que “não foram talhadas”. Imaginem o constante desconforto de se querer escritor em um meio que lhe diz o tempo inteiro que isso é “muita pretensão”. (DALCASTAGNÈ, 2012, p.3).

E se Carolina podia falar, a quem interessava ouvir o que ela tinha a dizer? Sobre quais assuntos ela deveria falar ou silenciar? Novamente recorro ao pensamento da professora Regina Dalcastagnè.

Vista de dentro da favela, Carolina Maria de Jesus ascende como escritora; vista do lado de fora, ela permanece como uma voz subalterna, como a favelada que escreveu um diário. Portanto ao lado da discussão sobre o lugar da fala seria preciso incluir o problema do lugar de quem ouve. Afinal, é daí que a literatura recebe sua valoração. (DALCASTAGNÈ, 2007, p. 25).

O imaginário social, na época do lançamento de *Quarto de despejo*, concebia o sujeito subalternizado como personagem, mas não como autoria de discurso narrativo. Ainda hoje, modelos construídos e mantidos pelo grupo dominante continuam presentes em nosso sistema literário, ditando os indivíduos autorizados para a escrita, que é, em geral masculino, branco e ocidental e construído em torno de temas “universais”. A este grupo é conferido uma identidade nacional literária e aqueles que não atendem a estes requisitos cabe a exclusão das páginas do cânone. Fernanda Miranda resume bem a questão:

No Brasil, o sistema de hierarquização racial estruturado desde os primórdios da nossa história tem instituído profundas fronteiras à circulação de vozes na ordem do discurso, do pensamento social. Dado que a obra literária é um produto da cultura – tanto da política e esteticamente, quanto social e historicamente fundamentada – é necessário estar informado das disputas que compõem o espaço em que a escrita circula. (MIRANDA, 2019, p.17).

Isto significa que a literatura é um meio importante para entendermos as engrenagens de interações sociais, seja pelas problemáticas que trazem à tona ou pelo lugar social de quem escreve. Tanto o texto quanto a própria Carolina se contrapõem aos modelos literários já fixados no imaginário. Em *Casa de Alvenaria*, segundo livro de Carolina e editado também por Audálio Dantas, no texto de apresentação chamado de *História de uma ascensão social*, o jornalista propõe o encerramento do fazer literário de Carolina deixando claro que ela não estaria habilitada aos gêneros ficcionais:

Agora você está na sala de visitas e continua a contribuir com este novo livro, com o qual você pode dar por encerrada a sua missão. Conserve aquela humildade, ou melhor, recupere aquela humildade que você perdeu um pouco – não por sua culpa – no deslumbramento das luzes da cidade. Guarde aquelas poesias, aqueles contos e aqueles romances que você escreveu. A verdade que você gritou é muito forte mais forte do que você imagina, Carolina, ex- favelada do Canindé, minha irmã lá e minha irmã aqui. (DANTAS, 1961, p.10).

Desconfio que guardar e esconder, aqui, são coisas idênticas ou bem próximas. O que Carolina deveria mostrar na opinião de Audálio, era a humildade. Ele concebe a narrativa de Carolina, por assim dizer, enquanto ela estava do lado de dentro. Os relatos sobre a vida na favela eram dignos de serem escritos e dignos de serem lidos. Tudo o mais seria intolerável, portanto, deveria ser guardado.

A ordem expressa relaciona-se com o valor literário que Audálio supostamente pensava não existir nos escritos de Carolina, mas também ao conteúdo do que ela poderia falar. O que mais Carolina poderia gritar além do relato da pobreza e da vida na favela? Audálio impõe o emudecimento e o encerramento literário de Carolina, sob o argumento de que ela já havia cumprido a sua missão. Nascida em Lisboa e com raízes na África, a escritora, artista interdisciplinar e teórica portuguesa, Grada Kilomba, levanta questões sobre o medo dos segredos que poderiam ser revelados pelo sujeito negro.

Por que deve a boca do sujeito negro ser amarrada? Por que ela ou ele tem de ficar calada/o? O que poderia o sujeito negro dizer se ela ou ele não tivesse sua boca tapada? E o que o sujeito branco teria de ouvir? Existe um medo apreensivo de que, se o sujeito colonial falar, a/o colonizadora/or terá de ouvir. Seria forçada/o a entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades da/o “Outra/o”. Verdades que têm sido negadas, reprimidas, mantidas e guardadas como segredos [...] Segredos como a escravização. Segredos como o colonialismo. Segredos como o racismo. (KILOMBA, 2019, p.41).



Ao pedir que Carolina guarde seus escritos, o jornalista reprime, controla e censura o que poderiam vir a ser segredos desagradáveis revelados. E em certa medida, muitas das verdades de Carolina continuam guardadas em arquivo, manuscritos e encobertas por camadas nas correções e supressões das edições. Infelizmente, esta não é uma situação que se restringe apenas ao passado. Em 2017, durante um evento promovido pela academia carioca de Letras em homenagem à Carolina Maria de Jesus, em sua fala, o professor Ivan Cavalcanti Proença argumentou que por ser um diário, a obra de Carolina não é ficcional e por isso não é literatura. “É o relato natural e espontâneo de uma pessoa que não tinha condições de existir por completo.” E o professor completou: “Ouvi de muitos intelectuais paulistas: Se esta mulher escreve, qualquer um pode escrever.”<sup>14</sup>

Aqueles que se sentem autorizados a julgar a qualidade estética e literária da obra de Carolina conferem à autora o lugar de uma favelada que escreve, não o lugar de uma escritora, portanto, nessa visão, Carolina poderia, apenas, escrever sobre o testemunho do que ela conhecia, e bem: a favela e a miséria. Regina Dalcastagnè comenta a respeito dessa restrição imposta aos escritos de Carolina:

É como se a sociedade brasileira estivesse disposta a ouvir as agruras de sua vida, e só. Ou como se a alguém como Carolina Maria de Jesus não coubesse mais do que escrever um diário, reservando-se o “fazer literatura” àqueles que possuem legitimidade social para tanto, especialmente homens, brancos, de classe média (DALCASTAGNÈ, 2012, p.43).

*Quarto de despejo* gerou tensões desde o início. Primeiro, pelo conteúdo inédito para uma grande parte da sociedade que não sabia ou que não desejava saber sobre a miséria, desigualdades e abandono de moradores da favela e segundo pela forma da narrativa que se contrapunha às representações já reconhecidas e fixadas no meio literário. O inusitado da autoria de uma mulher, negra e pobre causa surpresa e o diário escrito por uma favelada adentra o universo literário, ao menos por um breve período, como nos mostra a professora e crítica literária Marisa Lajôlo, “sob medida: prometia e facultava o exercício consentido do *voyeurismo* impune por sobre cenas de pobreza explícita, cenas estas sempre raras na literatura brasileira.” (LAJÔLO, 1996, p.39).

Apesar do empenho de Carolina para se adequar aos critérios e padrões hegemônicos e para se aproximar do modelo canônico, a crítica destacava em *Quarto de despejo* e nos outros textos, os desvios da língua padrão. O preconceito que Carolina sofreu, de acordo com

---

<sup>14</sup>Ver também: <https://revistaforum.com.br/noticias/professor-branco-diz-que-obra-de-carolina-maria-de-jesus-nao-e-literatura-e-provoca-embate-no-rj/>. Acesso em: 10 dezembro 2021.

Marcos Bagno, não é uma questão linguística, e sim uma questão social e política. Pessoas como ela que

Pertencem a camadas sociais desprestigiadas a camadas sociais desprestigiadas, marginalizadas, excluídas, que não têm acesso à educação formal e aos bens culturais da elite, e por isso a língua que elas falam sofre o mesmo preconceito que pesa sobre elas mesmas, ou seja, sua língua é considerada feia, pobre, carente, quando na verdade é apenas diferente da língua ensinada na escola. (BAGNO, 2015, p.67).

Lélia Gonzales também ajuda-nos a pensar sobre essa temática. Ela confrontou o paradigma da linguagem dominante como forma de manutenção de poder, mediante a internalização e reprodução de valores brancos ocidentais. Ela cunhou o termo pretuguês, reconhecendo que a língua portuguesa falada no Brasil é marcada pela influência dos povos africanos escravizados em território brasileiro.

É engraçado como eles gozam a gente quando gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado e de repente ignoram que a presença desse R no lugar do L nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o L inexistente. Afinal, quem que é o ignorante? Ao mesmo tempo acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa você em cê, o está em tá e por aí a fora. Não sacam que estão falando o pretuguês. (GONZALES, 2020, p.90).

Diego dos Santos Reis em seu texto *Lélia Gonzales: por uma filosofia em pretuguês*, discorre sobre a percepção de Lélia sobre o processo de apagamento da memória e das referências negro-africanas. Os modelos a serem imitados atuam como instrumentos de poder, controle e exclusão conferindo ao pensamento não eurobranco a condição de inexistente ou inferiorizado. A percepção dessa exclusividade no pensamento social brasileiro e das humanidades, fez com que Lélia identificasse também “os mecanismos de (re)produção do racismo e do sexismo epistêmicos e acadêmicos. Enquanto categoria socialmente construídas, raça e gênero foram mobilizadas, historicamente, para justificar violências, hierarquizar produções filosóficas não-ocidentais e naturalizar a supremacia *europocêntrica*. (REIS, 2021).

A imposição do pensamento do colonizador desconsidera outros saberes e segundo Reis esses territórios precisam ser reivindicados e ocupados por outros corpos, vozes e saberes.

É preciso implodir as fronteiras raciais e sexuais de filosofias (e suas histórias) que inviabilizam sujeitos, em prol da manutenção da hegemonia de um pensamento único, que mobiliza os valores da (pretensa) objetividade, da neutralidade e do rigor para excluir outras lógicas e cosmopercepções.

Monorracionalidade que pretende manter intactas as cercas dos latifúndios do saber com suas monoculturas predatórias. (REIS,2021).

Reis traz à luz a filosofia em *pretuguês* dentro desse cenário de disputas e desqualificações, isto é, a necessidade de expandir o filosofar “para além das amarras impostas pela geografia da razão ocidental. Amarras coloniais.” (REIS,2021).

Negros e negras aqui escravizados foram obrigados a usar a língua do colonizador, isto é, a imposição da língua fazia parte do projeto de dominação, apagamentos e exclusão. Entretanto, além das marcas das línguas já faladas pelos povos originários, os negros para produzirem meios de defesa e sobrevivência, geraram transformações nessa língua. Como nos mostra Gabriel Nascimento:

Se esse interlocutor é a branquitude, como aquela que inviabiliza a minha fala, então o negro teve ainda que adaptar a sua fala durante todo esse processo, apagando aparentemente muitas vezes suas próprias marcas de origem ou traduzindo algumas delas e, assim, modificando a própria língua do colonizador. (NASCIMENTO, 2019, p. 12)

Carolina sofreu o que Nascimento chama de racismo linguístico, isto é, o preconceito racial entrelaçado com o social e o linguístico. A língua para ele é uma marca de dominação e, portanto, uma das vias por onde se expressa o racismo. O combate às línguas já faladas pelos negros configura na imposição de uma epistemologia que desconsidera outros saberes e figura como “um dos atos do mito da brasilidade linguística entre nós, gerando epistemicídio<sup>15</sup> e linguicídio”<sup>16</sup>. (NASCIMENTO, 2019, p.13).

O uso das palavras, as construções, as marcas da oralidade, a acentuação e pontuação fora dos padrões normativos fizeram de Carolina alvo de críticas e preconceito. “O racismo é produzido nas condições históricas, econômicas, culturais e políticas, e nelas se firma, mas é a

---

<sup>15</sup> Epistemicídio é um conceito estudado pela filósofa Sueli Carneiro. É a negação da legitimidade de conhecimento produzido por grupos dominados e conseqüentemente, de seus membros. Um processo para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc. (CARNEIRO, 2005, p.97).

<sup>16</sup> Linguicídio tem uma relação muito direta com o epistemicídio, porque figura como um epistemicídio que se dá por meio da linguagem (seja na conceituação, nomeação ou discriminação direta) ou das políticas linguísticas. (NASCIMENTO, 2019, p.13).

partir da língua que ele materializa suas formas de dominação.” (NASCIMENTO, 2019, p.19).

Fanon conhecido como um revolucionário anticolonial e que lutou junto às forças de resistência na África e na Europa durante a Segunda Guerra Mundial, descreveu a situação do negro antilhano diante da linguagem imposta pelo colonizador. Em sua concepção o antilhano usava a língua francesa na tentativa de se aproximar da metrópole, sendo esta situação comum em se tratando de qualquer homem colonizado.

Todo povo colonizado, isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural, toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana.

Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negridão, seu mato, mais branco será. (FANON, 2008, p. 34).

No Brasil não foi diferente, no que diz respeito à colonialidade a partir da língua, sabemos que negros e negras foram retirados de suas terras, escravizados e tiveram sua língua e sua cultura apagadas.

Retomando a pergunta inicial de Spivak Gayatri (2010): Pode o subalterno falar? A resposta dada pela própria professora indiana é a de que o sujeito subalternizado não pode falar. Especialmente a mulher, não pode ser lido ou ouvido, porque nenhum valor é atribuído ao que ela diz. Se o sujeito está posicionado na interseccionalidade, na condição de pobre, negro e mulher, como é o caso de Carolina, estará envolvido de três maneiras. O local de onde Carolina fala é o da base da pirâmide socioeconômica, portanto, o local de subalterna. Some-se a essa, outras implicações, condicionando-a permanecer ideologicamente nos espaços periféricos, como por exemplo, o fato de ser do interior, ser mãe solteira e ter pouca escolaridade.

Grada Kilomba critica o posicionamento de Spivack acerca do silêncio da subalternidade. De acordo com a estudiosa, esse pensamento sustenta a ideia de que “o sujeito negro não tem capacidade de questionar e combater discursos coloniais.” (KILOMBA, 2019, p.48).

Carolina sabia perfeitamente a posição de marginalidade a qual deveria ficar confinada. Seu posicionamento pode ser lido como a percepção do sujeito subalternizado sobre a própria condição dentro de espaços hegemônicos. Independentemente dos lugares

impostos, autorizava a si e a quem quisesse a romper o silêncio. No dia 14 de novembro de 1959, registrou uma conversa:

Parei para conversar com uma senhora que reside na esquina na rua Araguaia e mostrei-lhe a reportagem do Audálio e a reportagem do senhor Moacir Górgeno Diário. Ela admirou. Disse-me que ouviu dizer que escrevo mas, não acreditou porque eles pensam que quem escreve e só as pessoas bem vestidas. Na minha opinião, escreve quem quer. (PERPÉTUA, 2000, p.312).

A partir de 1991, o IBGE, passou a utilizar o conceito de *aglomerado subnormal*<sup>17</sup> para designar a diversidade de moradias irregulares existentes no país.

Conhecidos como favelas, grotas, palafitas, mocambo, entre outros, os aglomerados são formas de ocupação irregular de terrenos públicos ou privados, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas que apresentam restrições à ocupação. As populações dessas comunidades vivem sob condições socioeconômicas, de saneamento e de moradias precárias. (IBGE, 2019).

Pelo olhar do colonizador, para Carolina, a resposta mais acertada talvez seja a de que ela poderia falar, desde que pelo tempo que lhe fosse determinado e que falasse sobre e do lugar de subalterna. O que era permitido a Carolina falar não se limitava apenas ao conteúdo. Fernanda Miranda nos chama a atenção para o fato de que a delimitação abarcaria também, o como a autora deveria e poderia falar. A ela estava reservado a escrita da realidade num universo autobiográfico, como se não lhe fosse possível nenhuma expressão da imaginação e produção criativa.

Em suma, quando Carolina Maria de Jesus surge no universo de circulação de discursos mediada pela valoração escritora favelada, a definição do sujeito que fala resulta na definição prévia da fala desse sujeito, transformando o universo autobiográfico em única via de concepção do universo literário. Trata-se de um problema que não se encerra nela e vai atravessar a autoria negra de variadas formas. (MIRANDA, 2019, p.168).

A repercussão meteórica de *Quarto de despejo* foi noticiada pela imprensa geral. A escritora mineira era, incontestavelmente, autora de um *best-seller* e uma das mais requisitadas pela imprensa. Carolina recebeu aplausos e elogios de alguns críticos e escritores

---

<sup>17</sup> No Brasil, os Aglomerados Subnormais podem ser conhecidos por diversas denominações: favela, invasão, grotas, baixada, comunidade, mocambo, palafita, loteamento, ressaca, vila etc. As denominações e características territoriais variam regionalmente.

consagrados, por outros, foi ridicularizada e duramente criticada.

Já no texto da primeira edição de *Quarto de despejo*, Paulo Dantas, que à época era diretor da livraria Francisco Alves, afirma que o livro /depoimento de Carolina possui características simbólicas e universais, apresentando a autora não apenas como uma voz da favela, mas como uma voz do povo.

Estamos diante de um livro inesperado e impactuoso, algo de extraordinário sob todos os sentidos. Nasceu do próprio lixo e rebentou em meio da miséria, ouro sobre o chumbo, mensagem humana, poética e violenta que é. Sem nenhum sincretismo literário lia-se, porém, diretamente ao populismo de um Jorge Amado, ao universalismo de um Máximo Gorki e, no que diz respeito a certos aspectos da fome e da vagabundagem, lembra o lirismo de um Knut Hamsun, embora nada tenha com a literatura desses escritores, porque em matéria de depoimento social sobre as misérias da vida, pela sua autenticidade e participação, ninguém supera a voz de Carolina que brota de dentro e que nasce feita. Literatura da favela escrita pelo próprio favelado, eis o sentido sincero do livro da trepeira mineira, radicada em São Paulo, o que afasta em definitivo todos os aspectos demagógicos do problema. Só mesmo ela podia ter escrito este livro. (DANTAS, 1960, s/p).

A escritora Helena Silveira, irmã de Dinah Silveira Queiroz e prima de Raquel de Queiroz, duas grandes escritoras brasileiras, criticou o fato de outros escritores boicotarem Carolina afirmando que:

Se realmente Carolina Maria de Jesus nasceu contadora de histórias, mal fazem os que partem do preconceito de que por ser favelada não pode ser escritora. Caem no mesmo erro dos que já lhe atribuem o título de escritora pelo simples fato de ser favelada. (SILVEIRA, 1960. *Apud* FARIAS, 2017, p.239).

Na mesma linha e em defesa da autenticidade da autoria de Carolina, o poeta Ferreira Gullar, argumentou que,

Tampouco tem razão os que não acreditam na autenticidade do livro e desconfiam de que tudo não passa de uma chantagem. Basta a leitura de alguns trechos do livro para mostrar que essa hipótese é absurda: só um gênio seria capaz de colocar-se no lugar de uma favelada e fingir a vivência dos episódios que ela narra. (GULLAR, 1960. *Apud* CASTRO; MACHADO, 2007, p.56).

No lado oposto, um crítico literário, sob o pseudônimo de Casmurro de Assis, publicou no jornal *A Voz de São Paulo* uma resenha de *Quarto de despejo*, classificando o livro de Carolina como um

Panfleto murmurado em voz mansa e cordial, voz humilde de criatura, para dizer mais adiante: o perigo é que Carolina Maria de Jesus queira se tornar uma escritora, que aconteça com ela o que está acontecendo com esses negros que Marcel Camus recolheu nos morros e colocou no Orfeu do Carnaval e que andam por aí agora com banca de artista. (ASSIS, 1960. *Apud* FARIAS, 2017, p.230).

No auge do sucesso, Carolina realizava viagens, visitava e recebia a visita de famosos e participava de eventos com grandes nomes da política e das artes como o registro feito por ela no dia 29 de abril de 1961, quando encontrou com o escritor Jorge Amado no CLaridge Hotel:

O Jorge Amado surgiu. Levantei e fui cumprimenta-lo. Almoçei-lhe e bêijamos. Eu gosto de beijar – Ele é agradável no falar. Deu-me um livro de sua autoria. Os velhos marinheiros.

- Que bom! Exclamei alegre. Como se estivesse recebendo todas estrelas do céu.

Acariciei o livro com carinho. Ergui o olhar vi o olhos de Jorge Amado observando minhas expressões. (JESUS, 2021, p.303).

A relação entre Carolina e Jorge Amado nem sempre foi assim tão cordial. No Festival do escritor, Feira do Livro realizada no Rio de Janeiro, Carolina ficou irritada ao perceber que havia apenas 50 exemplares do seu livro disponíveis para venda, enquanto o autor de *Gabriela Cravo e Canela* não parava de autografar seus livros. Passado um ano do lançamento de *Quarto de despejo*, Carolina estava ainda à frente do autor em vendagem de livros, fato que a fez acusá-lo de sabotagem. Como relata o biógrafo Tom Farias:

Perdendo completamente o controle e até a compostura, protestou pela imprensa, acusando Jorge Amado de tê-la sabotado. O mal estar foi grande. O incidente deixou Jorge Amado bastante chateado. De volta a São Paulo, Carolina não descansou. Resolveu levar o caso para a televisão paulista. Entrou no ar já no final do programa *Edição Extra* da TV Tupi, no mesmo dia que chegou na cidade, e voltou a falar em sabotagem do romancista baiano, já conhecido no mundo inteiro. (Farias,2019,p.265).

Episódios como esse envolvendo o nome de Carolina e dividindo opiniões , não deixaram de acontecer nem após a morte da autora.

Em 1993, por ocasião da primeira edição de *Quarto de despejo* pela editora Ática, o crítico literário Wilson Martins publicou duras críticas no *Jornal do Brasil*, citando com desdém trechos do livro para descrever a escrita de Carolina:

Mas é, estilisticamente, uma preciosa. De manhã, não se levanta, mas deixa o leito, ao abrir a janela, nota que o sol está galgando enquanto os pardais se entregam à sua sinfonia matinal, o povo da favela é a turba e lavar o rosto é abluir-se, os vizinhos usam palavras de baixo calão, uma mulher grávida está gestante, a sua própria existência é uma vida infausta, e assim por diante. (MARTINS, 1993, s/p).

O crítico voltou a escrever sobre Carolina em 1995. A matéria com o título *Lenda Carolina* dizia que o livro além de ter sido praticamente reescrito por Audálio Dantas, foi recebido e aclamado como denúncia social, quando, no entanto, Carolina, apesar de não saber escrever, queria apenas tornar-se uma escritora conhecida, sem se identificar com as causas e reivindicações de gênero ou de raça. (MARTINS, 1995, s/p).

Audálio Dantas reagia às críticas e reportagens negativas e as que atribuíam a ele a autoria de *Quarto de despejo*:

Sobre ele escreveram alguns dos melhores escritores brasileiros: Raquel de Queiroz, Sérgio Milliet, Helena Silveira, Manuel Bandeira, entre outros. O que não impediu que alguns torcessem o nariz para o livro e até lançassem dúvidas sobre a autenticidade do texto de Carolina. Aquilo, diziam, só podia ser obra de um espertalhão, um golpe publicitário. O poeta Manoel Bandeira, em lúcido artigo, colocou as coisas no devido lugar. (DANTAS, 1983, p.5).

O jornalista refere-se ao artigo *A humilde verdade* de Manoel Bandeira, publicado no *Jornal do Brasil* no dia 27 de novembro de 1960, em que o renomado poeta defende a autenticidade da autoria de Carolina.

Muita gente tem me perguntado se acredito na autenticidade do livro. Querem atribuí-lo ao trabalho de Audálio Dantas sobre notas, apontamentos de Carolina. Houve de fato algum trabalho de composição da parte de Audálio. Este declarou no prefácio que selecionou trechos dos cadernos de Carolina, suprimiu frases. Não enxertou nada. Acredito. Há nestas páginas certos erros, certas impropriedades de expressão, certos pedantismos de meia instrução primária, que são de flagrante autenticidade, impossíveis de inventar. (BANDEIRA, 1960, s/p).

Até mesmo Audálio Dantas, em *Atualidade no mundo de Carolina*, texto de apresentação para edição publicada pela Ática, classifica *Quarto de despejo* como “uma tosca, acabrunhante e até lírica narrativa do sofrimento do homem relegado à condição mais desesperada e humilhante da vida”. Para Dantas, a obra é também um sucesso pessoal de Carolina, afirmando que a autora foi “transformada de um dia para o outro numa patética Cinderela, saída do borralho do lixo para brilhar intensamente sobre as luzes da cidade.”



(DANTAS, 1993, s/p).

Bem mais distante da época da publicação de *Quarto de despejo*, em uma descrição claramente racista, o escritor e historiador Benjamin Moser, autor da Biografia de Clarice Lispector, publicada no Brasil em 2011, causou polêmica ao tecer o seguinte comentário sobre uma fotografia em que Clarice aparece ao lado de Carolina:

Numa foto, ela aparece em pé ao lado de Carolina Maria de Jesus, negra que escreveu um angustiante livro de memórias da pobreza brasileira, *Quarto de despejo*, uma das revelações literárias de 1960. Ao lado da proverbialmente linda Clarice, com a roupa sob medida e os grandes óculos escuros que a faziam parecer uma estrela de cinema, Carolina parece tensa e fora do lugar, como se alguém tivesse arrastado a empregada doméstica de Clarice para dentro do quadro. (MOSER, 2011, p.25).

O fato é que nunca houve unanimidade em torno do nome de Carolina. As opiniões foram divergentes quando ela apareceu como escritora e na atualidade não é diferente. O livro *Casa de alvenaria* foi reeditado no ano de 2021 pela editora Companhia das Letras reacendendo a chama da polêmica em torno do nome da autora. A edição é organizada sob a supervisão de um conselho editorial formado pela escritora Conceição Evaristo, por pesquisadoras da obra caroliniana e por Vera Eunice, filha de Carolina Maria de Jesus.

Argumentando que a intenção é resguardar a integridade da voz de autora, o conselho, que é formado majoritariamente por mulheres negras, optou por manter nesta edição a grafia usada por Carolina nos manuscritos,

Nossa proposta foi deixar a literatura, a escrita de Carolina poder ser, sem as interferências que aconteceram nas publicações passadas e mesmo em algumas mais recentes. Pensamos uma reedição que permitisse ao público leitor acompanhar o processo criativo da escritora e entender como se deu pra ela, a apropriação e o uso da linguagem literária. (EVARISTO, 2021, p.14).

A discussão sobre manter ou não os desvios da língua padrão, envolve escritores, revisores, críticos e público geral.<sup>18</sup> Se por um lado algumas pessoas como a escritora Cidinha da Silva, endossam a decisão do conselho:

Penso que quem não consegue atravessar a falta de norma culta para chegar à beleza, densidade, singularidade, complexidade e aos paradoxos da literatura de Carolina de Jesus no afã de construir um lugar de existência

---

<sup>18</sup>Ver também: <https://rascunho.com.br/noticias/novas-edicoes-reascendem-polemicas-sobre-carolina-maria-de-jesus/>. Acesso em: 10 dezembro 2021.

para si mesma não deveria pesquisá-la. (SILVA, 2021, s/p).

Do lado oposto, outras, como a professora e pesquisadora Regina Dalcastagnè, defendem a utilização da língua padrão na nova edição. A professora argumenta que a manutenção dos erros de grafia faz com que Carolina

Deixe de ser reconhecida como a grande escritora que foi para permanecer, sempre, como a figura exótica: a “favelada que escrevia”, diz. Os escritores oriundos da elite sempre têm seus textos revisados por profissionais antes da publicação. Por que a obra de Carolina não merece este cuidado? Por que o erro de ortografia do jornalista ou do diplomata é considerado apenas isto, um erro, que pode e deve ser corrigido, enquanto o erro de Carolina é considerado o elemento central de sua obra? (DALCASTAGNÉ, 2021, s/p).

Mas não se trata apenas de uma revisão gramatical. Na obra em questão, a opção pela não correção do texto de Carolina pode ser entendida como uma forma de subversão. Carolina deve ser lida e compreendida fora das imposições hegemônicas. A decisão do conselho editorial em manter o texto original de Carolina com desvios da língua padrão, pode ser um exemplo de medida efetiva apontada por Diego dos Santos Reis, capaz de superar “o quadro acadêmico hegemônico, respaldado por pactos raciais e sexuais discriminatórios, que seguem operando em reforço de múltiplas formas de violência, sistêmicas, simbólicas e institucionais.” (REIS, 2021), pois como sinalizado por Lélia “Se estamos comprometidas com um projeto de transformação social, não podemos ser coniventes com posturas ideológicas de exclusão, que só privilegiam um aspecto da realidade por nós vivida.” (GONZALES, 2021, p.270).

A própria Carolina reconhece e opina sobre dos desvios da língua padrão. “A poesia tem erros gramaticaes. Não há possibilidade de correção. É uma advertência social. (JESUS, 2021, p.15).

A reedição de *Casa de Alvenaria* tem provocado discussões não somente pelo uso da língua. A jornalista Juliana Dantas tem usado as redes sociais para manifestar a insatisfação com o tratamento dispensado ao pai, o também jornalista Audálio Dantas, morto em 2018.<sup>19</sup> Para Juliana, tanto a reedição de *Casa de Alvenaria* pela Companhia das Letras, quanto a exposição em curso *Um Brasil para os brasileiros*, organizada pelo Instituto Moreira Salles (IMS) em São Paulo em homenagem à Carolina Maria de Jesus,

---

<sup>19</sup>Ver também: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/em-carta-de-repudio-estudiosos-de-carolina-maria-de-jesus-pedem-que-familia-de-audalio-dantas-entregue-cadernos-da-escritora-1-25282575>. Acesso em: 10 dezembro 2021.

Têm produzido materiais sobre Carolina Maria de Jesus, o que é ótimo e muito bem-vindo. Trata-se de uma mulher extraordinária e que precisa ser conhecida por cada brasileiro - e também continuar ganhando o mundo, como aconteceu nos anos 60. As duas instituições lançam mão do argumento de dar protagonismo à Carolina; tirá-la das imagens cristalizadas. Novamente ótimo: as fotografias que o IMS reuniu e expôs com Carolina em situações de alegria, elegante, bem vestida e sorridente são absolutamente maravilhosas. Em nome deste protagonismo é que as duas instituições também trabalham para um apagamento do encontro de Carolina com Audálio Dantas e tudo a que ele se dedicou a partir dali. Como se fossem vingá-la; abafá-lo hoje é devolver um suposto abafamento dele contra ela naquela época. Ocorre que contar a história sem ele é negar ao público a informação completa. (DANTAS, 2021, s/p).

Paralelamente à polêmica da utilização ou não da norma padrão, a notícia da existência de material inédito produzido por Carolina ou sobre a escritora, ajuda a manter a discussão. Em matéria publicada no jornal *O Globo*, o jornalista e biógrafo Tom Farias, declara ter tido acesso ao arquivo particular de Audálio Dantas, onde, segundo ele, consta um vasto material composto por fotografias, cartas, recortes de jornais e outros documentos e

Como grande destaque neste farto material, porém, estão três cadernos manuscritos e inéditos da autora, dois datados de 1960 e um de 1961. Confrontados, seus conteúdos não constam nos dois volumes recém-publicados pela Companhia das Letras (“Casa de alvenaria — volume 1: Osasco”, e volume 2, “Santana”), editados sob a orientação de um conselho formado por especialistas em literatura negra e na obra de Carolina de Jesus. (FARIAS, 2021, s/p).

Em carta aberta, estudiosos e pesquisadores de Carolina Maria de Jesus repudiam as declarações publicadas pela jornalista Juliana Dantas sobre a posse desses documentos. A carta assinada pelo Grupo de Pesquisa Decoloniais Carolina Maria de Jesus; Grupo de Pesquisa Literatura, Alteridade e Decolonialidade (GPLADe); Laboratório de Tradução da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e Grupo de Pesquisa Marginalia Decolonial, questiona o fato desse material não estar em posse da família viva de Carolina Maria de Jesus.

No entendimento desses grupos, esse material constitui um patrimônio histórico e cultural brasileiro e, portanto, o material literário que Carolina Maria de Jesus produziu deve ser disponibilizado para desenvolvimento de trabalhos e apreciação dos leitores, devendo estar em posse da filha de Carolina, Vera Eunice de Jesus e que

Essa ação visa sanar uma dívida histórica, não apenas com Vera Eunice e demais herdeiros de Carolina de Jesus, mas com toda população brasileira que aguarda por anos o acesso às narrativas da escritora e respeito a sua produção intelectual. Manter seus escritos engavetados é uma das formas de sua manutenção no ostracismo, no qual a autora já sofreu por décadas. Além disso, configura-se como perpetuação do epistemicídio, como bem nos ensinou Sueli Carneiro, infelizmente ainda tão em voga no Brasil, e que só reforça a ideia patercolonial de que uma mulher só pode existir a partir de seu senhor, nesse caso, seu “descobridor”, mantidos sob a tentativa de perpetuação de estruturas de poder e dominação. (GPLADe, 2021, s/p).

Segundo Juliana Dantas (2021), esse material está sendo analisado pelo jornalista e escritor Tom Farias e se tornará público em momento oportuno. A jornalista complementa dizendo considerar excelente que a comunidade tenha acordado para importância de Carolina, ressaltando, entretanto outros feitos do pai durante a carreira jornalística, além dos relacionados à Carolina, como por exemplo, o fato dele ter sido responsável por denunciar o assassinato do também jornalista Vladimir Herzog durante o período da ditadura.

Audálio foi um homem de luta, de retidão, voltado para os direitos humanos e incapaz de se aproveitar de quem quer que fosse. Audálio Dantas não é o antônimo de Carolina Maria de Jesus. E Carolina não precisa de antagonistas para ser protagonista – sua história e sua obra já a fazem grande e inteira. Assim como a história e a obra de Audálio. (DANTAS, 2021, s/p).

A cada redescoberta Carolina emerge como saindo de escombros. As disputas, os conflitos e as implicações emergem atreladas. Como ela mesma escreveu em seu livro de provérbios, “O mundo é um salão de baile, onde os humanos dançam a música chamada vida e não acertam o passo. Enquanto existir divergências nas raças humanas o mundo há de ser sempre conturbado.” (JESUS, s/d, p.12).

Carolina, apesar de seus poucos recursos como sujeito social, tentava romper as barreiras da invisibilidade e do silenciamento impostos pelo racismo colonial. Em alguns momentos, consciente e crítica, denunciava preconceitos e desigualdades, em outros construía estratégias de aproximação com o discurso colonizador, isto é, enquadrando-se e integrando-se, conforme o sinalizado por Fanon.

Na metáfora usada por Audálio, Carolina achou a chave e abriu as portas dos despejados. As portas abertas são reivindicatórias de direitos de uma massa colocada à margem, encarcerada e enredada em manobras para perpetuação de privilégios relacionados a gênero, raça e classe dentro das relações de poder. Falar, como nos ensina Fanon, “é existir absolutamente para o outro” (FANON, 2008, p.33). Carolina gritou tão alto que ainda hoje, após mais de 60 anos da publicação daquele que viria a ser um dos mais importantes livros da

Literatura brasileira, pode ser ouvida. Muito ainda há que se vasculhar, tirar poeiras, descobrir e redescobrir Carolina Maria de Jesus, para que a autora seja lida e compreendida no mais próximo possível da totalidade de sua obra.

## 2 INTERSECÇÕES NO QUARTO DE DESPEJO

*A literatura é poder, poder de convencimento, de alimentar o imaginário, fonte inspiradora do pensamento e da ação.*  
(Cuti)

Em função das interfaces de raça e gênero, a produção literária brasileira de autoria negra e feminina é frequentemente invisibilizada pela crítica e pela historiografia. Buscaremos refletir sobre a importância do resgate da vida e da obra de Carolina Maria de Jesus, na atualidade após, considerando sua vinculação aos grupos sociais subalternizados.

Carolina utilizava a palavra como instrumento de combate e denúncia para lutar e defender seus direitos. A escrita de si, os relatos individuais de suas angústias, sonhos e expectativas, produziram uma representação das identidades do grupo ao qual pertencia, isto é, o registro de suas experiências cotidianas dizem respeito a sua trajetória individual, e ao mesmo tempo, a trajetória do grupo de moradores da favela onde morava.

17 de maio: Levantei nervosa. Com vontade de morrer. Já que os pobres estão mal colocados, para que viver? Será que os pobres de outro País sofrem igual aos pobres do Brasil? [...]. Chegou um caminhão aqui na favela. O motorista e seu ajudante jogam umas latas. É linguiça enlatada. Penso: é assim que fazem esses comerciantes insaciáveis. Ficam esperando os preços subir na ganância de ganhar mais. E quando apodrece jogam fora para os corvos e os infelizes favelados. Não houve briga. Eu até estou achando isso aqui monotono. Vejo as crianças abrir as latas de linguiça e exclamar satisfeitas:- Hum! Tá gostosa! A dona Alice deu-me para experimentar. Mas a lata está estufada. Já está podre. (JESUS, 1960. p. 34).

Ao descrever a realidade do Canindé, Carolina, em alguma medida, descreve a situação das favelas brasileiras de um modo geral, que surgem no cenário pós-fim da escravidão no Brasil. As anotações em forma de diário e transformadas posteriormente no livro *Quarto de despejo*, dizem respeito à precariedade coletiva da favela do Canindé, destacando as problemáticas sociais e estruturais de uma nação. Como uma porta-voz, Carolina denunciou a miserabilidade e opressão vivida por ela e por aqueles que viviam sob as mesmas condições.

A trajetória de Carolina implica a visão de um lado pouco mostrado da cultura brasileira: a luta cotidiana de uma mulher “de cor”, pobre e desprovida de favores do Estado, de organismos sociais, de instituições e até de amigos. Logicamente, isto não remete apenas a ela enquanto indivíduo,

mas também a todo o sistema que abriga os despossuídos legados ao anonimato. (LEVINE; MEIHY, 2015, p.21).

Antonio Gramsci (1891-1937), italiano nascido na Sardenha, foi um influente filósofo marxista, fundador e dirigente do Partido Comunista Italiano. No período em que esteve preso durante a ditadura fascista italiana, escreveu os *Cadernos do cárcere*.

Gramsci nos apresenta o conceito de intelectual orgânico, no qual, o intelectual é definido pelo papel que desempenha dentro dos grupos os quais está vinculado. “Todo grupo social (...) cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhes dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político.” (GRAMSCI, 2006, p.15). Desse modo, ser um intelectual significa estar organicamente vinculado a um grupo.

Para contrapor os intelectuais orgânicos, o autor apresenta aqueles que ele chama de intelectuais tradicionais “categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas.” (GRAMSCI, 2006, p.16). O primeiro grupo que ele usa como exemplo nessa categoria é o dos eclesiásticos.

Gramsci nos traz a ideia de que a distinção entre trabalho intelectual e manual é ideológica, pois, segundo ele afirma, toda e qualquer atividade, mesmo as físicas e as mais mecânicas, exigem uma atividade intelectual. Desse modo, seria impossível falar de um não intelectual, “pois todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais.” (GRAMSCI, 2006, p.18).

Dando continuidade às reflexões acerca do perfil e atribuições de um intelectual, proponho um diálogo entre as contribuições de Gramsci e as formulações feitas por Edward Said (1993), professor e crítico literário, em *Representações do intelectual*: as conferências de Reith, livro que reúne conferências proferidas por Said à rede BBC. Já na introdução, Said descreve como tarefa do intelectual, o esforço em derrubar os estereótipos e as categorias redutoras que limitam o pensamento humano e a comunicação. O autor refere-se não exatamente sobre o que é ser um intelectual, mas qual papel deveria desempenhar e quais valores deveriam nortear um intelectual contemporâneo. O intelectual deve atuar “como um outsider, um amador e um perturbador do *status quo*.” (SAID, 2005, p.10).

Said questiona a relação dos intelectuais com as instituições tais como a academia, a igreja e as entidades profissionais, bem como a relação com os poderes de um modo geral, que segundo o autor, cooptaram a intelectualidade em alto grau e por isso a busca de uma

relativa independência em face de tais pressões deve ser o principal dever do intelectual. Um intelectual, de acordo com o pensamento de Said, deve agir como “um exilado e marginal, como amador e autor de uma linguagem que tenta falar a verdade ao poder.” (SAID, 2005, p.15).

A partir da leitura de Gramsci, Said explica que os intelectuais tradicionais desempenham a mesma função geração após geração, em estado de paralisação e podem ser representados pelos clérigos e professores e já os intelectuais orgânicos estão sempre em movimento, realizando negócios e transações, estão diretamente envolvidos na sociedade e lutando para que as mentalidades sejam mudadas.

Esses indivíduos, segundo Said, são pessoas públicas, alguém que sabe usar a língua e sabe intervir por meio dela com habilidades para expor suas ideias em público. São indivíduos persuasivos, formadores de opinião e sem medo de falar ou relembrar para as autoridades fatos que foram esquecidos ou silenciados.

É necessário esclarecer, que Said em sua obra, não se opõe ao pensamento gramsciano sobre o perfil esperado de um indivíduo para que ele seja considerado um intelectual. A partir do que é postulado por Gramsci, ele acrescenta as próprias reflexões sobre tais características e atribuições.

[...] quero também insistir no fato de o intelectual ser um indivíduo com um papel público na sociedade, que não pode ser reduzido simplesmente a um profissional sem rosto, um membro competente de uma classe, que só quer cuidar de suas coisas e de seus interesses. A questão central pra mim, penso, é o fato de o intelectual ser um indivíduo dotado de uma vocação para representar, dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia ou opinião para (e também por) um público. E esse papel encerra uma certa agudeza, pois não pode ser desempenhado sem a consciência de se ser alguém cuja função é levantar publicamente questões embaraçosas, confrontar ortodoxias e dogmas (mais do que produzi-los); isto é, alguém que não pode ser facilmente cooptado por governos ou corporações, e cuja *raison d'être* é representar todas as pessoas e todos os problemas que são sistematicamente esquecidos ou varridos para debaixo do tapete. Assim, o intelectual age com base em princípios universais: que todos os seres humanos têm direito de contar com padrões de comportamento decentes quanto à liberdade e à justiça da parte dos poderes ou nações do mundo, e que as violações deliberadas ou inadvertidas desses padrões têm de ser corajosamente denunciadas e combatidas. (SAID, 2005, p.25).

Por sua atuação na causa da liberdade e da justiça, Said utiliza a si mesmo como exemplo de um intelectual. Um intelectual que tenta expressar e persuadir o público a partir da fala ou da escrita. O que interessa para o autor é o intelectual como figura representativa “alguém que visivelmente representa um certo ponto de vista, e alguém que articula representações a um público, apesar de todo tipo de barreiras.” (SAID, 2005, p.27).



As reflexões sobre a figura de um intelectual aqui apresentadas a partir de Gramsci e Said foram introdutórias para o posicionamento e caracterização da atuação de Carolina Maria de Jesus como produtora de saberes, num país que mesmo sendo de maioria negra, continua se baseando numa hierarquia que define quem pode falar e quem pode produzir conhecimento, a partir do referencial do homem, branco e cisgênero.

A leitura dos textos produzidos por Carolina me levam a compreendê-la como capaz de escrever, debater, formular pensamentos possibilitando que outros indivíduos, sobretudo nos dias de hoje, sejam irradiados por essas ideias e se identifiquem com a autora que é também narradora e personagem, reconhecendo-se como oprimido e explorado buscando a emancipação e libertação da condição subalternizada.

Carolina se apresentava movida por ideias e causas pelas quais lutava e princípios nos quais acreditava. A escritora não tinha medo de falar ao poder, conforme é possível visualizar no trecho que segue: “Aqui na favela quase todos lutam com dificuldades para viver. Mas quem manifesta o que sofre é só eu. E faço isso em prol dos outros.” (JESUS, 1960, p.36). É possível identificar o caráter crítico da escritora e a resistência às opressões impostas pelas estruturas de poder. Em tom de revolta e denúncia, Carolina demonstra ter consciência do uso político da miséria da favela.

Quando um político diz nos seus discursos que está ao lado do povo, que visa incluir-se na política para melhorar as nossas condições de vida pedindo nosso voto prometendo congelar os preços, já está ciente que abordando este grave problema ele vence nas urnas. Depois divorcia-se do povo. Olha o povo com olhos semi-cerrados. Com um orgulho que fere a nossa sensibilidade. (JESUS, 1960, p.39).

Carolina rompe o silêncio imposto pelo mecanismo de invisibilidade operado por um sistema hegemônico, elitista e excludente, atuando na desconstrução da condição subalterna, entretanto, não pode ser enquadrada como uma intelectual orgânica como o pensado por Gramsci, pois não teve um engajamento político com o objetivo de mudar a realidade do grupo na qual estava inserida. Podemos pensar, todavia, em aproximá-la das ideias de Said, pois teve a sensibilidade de pensar a realidade do lugar social que ocupava. Embora não mostrasse efetivamente meios para mudanças, denunciava a realidade da luta diária pela sobrevivência, refletindo sobre o cotidiano.

A voz de Carolina, apesar dos ruídos e interferências, pode ser ouvida. Hoje, sobretudo, é reconhecida como alguém que expressou os anseios, as dores e os desejos de um

grupo social. Alguém que pensou e denunciou sua condição de pobre e favelada e cuja luta pela sobrevivência não era nem digna nem justa.

Assim, mesmo não tendo uma posição política consistente, suas reflexões são de suma importância para uma difusão da visão da pobreza para a cena nacional e internacional, causando estranhamento e identificação, fato que pode ter sido uma das causas tanto do seu imediato sucesso, quanto do posterior silenciamento.

Defendendo interesses próprios e interesses dos grupos aos quais estava vinculada nas disputas de poder, Carolina, declara-se recorrentemente em seu texto parte do grupo ao qual pertence – o grupo dos subalternos.

## **2.1 Interseccionalidade**

Carolina Maria de Jesus faz parte do grupo classificado por Lélia Gonzales como sendo o mais explorado e o mais oprimido da sociedade brasileira.

Numa sociedade onde o racismo e o sexismo, enquanto fortes sustentáculos da ideologia de dominação, fazem dos negros e das mulheres cidadãos de segunda classe, não é difícil visualizar a terrível carga de discriminação a que está sujeita a mulher negra. (GONZALES, 2020, p.109).

É necessário então, refletir sobre as questões relacionadas à classe, raça e ao gênero e como esses marcadores se apresentam e se relacionam na trajetória intelectual e na subjetividade da produção literária de Carolina.

Kimberlé Crenshaw, teórica feminista e professora estadunidense utiliza a metáfora da interseção para explicar as consequências da interação entre dois ou mais eixos de poder (raça, etnia, gênero, classe etc.). São eixos complexos e constituem avenidas por onde sistemas distintos e excludentes como o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe se sobrepõem e se entrecruzam criando interseções. Mulheres racializadas e pessoas pertencentes a outros grupos minoritários, por exemplo, estão posicionadas nestas interseções onde 2, 3 ou 4 eixos se cruzam, e portanto, dentro de um contexto onde são colididas por um fluxo que vem simultaneamente de várias direções resultando em colisões simultâneas (CRENSHAW, 2002, p.177).

Ao reconhecer as conquistas e o protagonismo das feministas brasileiras, Sueli Carneiro, filósofa, ativista e uma das principais autoras do feminismo negro no Brasil, considera que o movimento teve, inicialmente, um tratamento universalizante da categoria

mulher à semelhança da visão eurocêntrica. E segundo a intelectual, desconsiderar a interação simultânea dessas avenidas identitárias traz como consequência o não reconhecimento de diferenças e desigualdades no universo feminino, além da identidade biológica. “Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade.” (CARNEIRO, 2019, p.198).

Existem outras questões complexas implicadas nas pautas interseccionais além das relacionadas ao gênero. O entendimento das divisões sociais como classe e raça, entre outras, também se apresentam como fundamentais dentro da hierarquização de poder na sociedade.

A brasileira Carla Akotirene, no livro *Interseccionalidade* (2019), integrante da coleção “*Femininos plurais*”, organizada pela filósofa Djamilia Ribeiro, explica que o conceito de interseccionalidade surge do pensamento de feministas negras que consideravam suas reivindicações e experiências inobservadas pelo feminismo branco e pelo movimento antirracista. É imperativo, segundo Akotirene, o reconhecimento de que existe “uma matriz colonial moderna cujas relações de poder são imbricadas em múltiplas estruturas dinâmicas, sendo todas merecedoras de atenção política.” É oportuno destacar que tal matriz no Brasil nos remete aos privilégios herdados desde a época colonial, revelando opressões em formas variadas aos diferentes grupos pertencentes às minorias sociais. Grupos, aos quais se requerem instrumentalidade e atenção global para a matriz colonial.

A interseccionalidade possibilita enxergar a interação e simultaneidade dessas avenidas identitárias, fornecendo instrumentalidade, conforme nos traz Akotirene.

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. (AKOTIRENE, 2019, p.60).

Grada Kilomba também dialoga com a interseccionalidade em seus escritos. Em seu livro *Memórias da plantação*, escreve a partir de sua realidade de mulher e negra, considerando a indissociabilidade entre raça e gênero. “A experiência envolve ambos, porque construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa, e o gênero tem um impacto na construção de raça e na experiência do racismo.” (KILOMBA, 2019, p.94).

A partir da questão da interseccionalidade: fundamental para entendermos a dimensão e as consequências do racismo, proponho aqui um olhar sobre a tríplice vinculação de Carolina aos grupos mulher, pobre e negra. Quando *Quarto de despejo* foi publicado em

1960, a presença feminina negra na literatura nacional era praticamente inexistente. Carolina rompe a barreira histórica da desigualdade no Brasil tornando-se um fenômeno de venda e popularidade. Escrevendo em primeira pessoa, narrando sobre si e apresentando as mazelas da favela, a escritora representa uma exceção, que para Fernanda Miranda, serve para confirmar a regra de que o feminino negro constituía um corpo autoral praticamente ausente no sistema literário do século XX.

Quando Carolina surgiu, era sua própria condição autoral – forjada na interseção de gênero, raça e classe – que gerava surpresa, susto e principalmente reação: não havendo uma imaginação social que coubesse a mulher negra como produtora de conhecimento, diante de uma produção literária transgressora que produzia dissensos em torno da construção discursiva do progresso moderno, a crítica logo se defendeu destacando do texto seus “erros” de português e a condição “semianalfabeta” da autora. (MIRANDA, 2019, p.162).

A vida escolar de Carolina, conforme já mencionado, durou bem pouco. A escritora teve que abandonar a escola pouco mais de um ano após o ingresso, para acompanhar a mãe a um trabalho fora da cidade de Sacramento.

Os erros de português relacionados a pouca escolaridade de Carolina Maria de Jesus evidenciam a desigualdade ao acesso à educação que se mantém nos dias atuais, conforme é possível constatar consultando dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). De acordo com os dados do estudo “Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil”, que faz análise das desigualdades entre brancos e pretos ou pardos ligados ao trabalho, à distribuição de renda, à moradia, à educação, à violência e à representação política no período entre 2016 e 2018, os resultados mostram um aumento percentual de estudantes pretos ou pardos no nível superior, mas permanece a desigualdade de cor ou raça. Nesse mesmo período, embora a taxa de analfabetismo de pretos ou pardos tenha diminuído de 9,8% para 9,1%, ainda é maior que a de brancos que é de 3,9%. (IBGE, 2018).

Carolina reconhece e explicita sua condição de sujeito posicionado na interseção das avenidas identitárias como mulher, negra e pobre. Questões sobre gênero, classe e raça são recorrentes em *Quarto de despejo*, obra cuja narrativa funde-se com a biografia da autora.

## 2.2 Raça

Inicialmente, utilizado para a classificação na zoologia e na botânica, o termo raça<sup>20</sup> mais tarde passou a ser utilizado, também, como critério para classificação humana. O conceito de raça é relacional e histórico, sendo, portanto, atrelado às circunstâncias temporais e espaciais. No latim medieval, por exemplo, servia para diferenciar grupos com características físicas em comum. Na França dos séculos XVI e XVII é utilizado para distinguir as classes sociais: a plebe e nobreza.

O antropólogo Kabengele Munanga afirma que as descobertas do século XV configuram o contexto histórico, onde o conceito de humanidade é colocado em dúvida pelos europeus. Seria possível aceitar a humanidade dos “outros”? Num primeiro momento lançam mão da teologia e das escrituras para explicar os povos distintos encontrados em outros territórios, tendo o mito dos três reis magos como justificativa para a existência das três raças, com os personagens representando o negro, o branco e o amarelo.

No século XVIII, os iluministas contestam o monopólio do conhecimento concentrado na igreja e na nobreza, trazendo a racionalidade para o centro do debate, resgatando o conceito de raça das ciências naturais.

Para Munanga, diversidade é algo incontestável, cabendo, portanto, ser explicada cientificamente. O problema, segundo o autor, é que além da classificação, os grupos humanos foram hierarquizados sendo a raça branca colocada acima de todas as outras. Ainda segundo o autor, essa classificação desemboca numa teoria pseudocientífica, a raciologia, cujo discurso servia mais como justificativa e legitimação dos sistemas de dominação racial do que como explicação para a diversidade entre os humanos. Este processo resulta no que Munanga denuncia:

Assim os indivíduos da raça branca foram decretados coletivamente superiores aos da raça negra e amarela, em função de suas características físicas hereditárias (...) que segundo pensavam, os tornavam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc. e conseqüentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra mais escura de todas e conseqüentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e portanto a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação. (MUNANGA, 2003, p.20).

---

<sup>20</sup>Sabemos que o termo raça não tem validade científica para biólogos e antropólogos, especialmente a partir dos estudos do projeto genoma no início do século XX, que demonstraram que não existem diferenças biológicas ou culturais entre seres humanos, “o fato é que a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários”. (ALMEIDA, 2020, p.31).

Fruto do racismo, a noção de raça, apesar de não ter validação científica persiste no imaginário de representações coletivas de diversos grupos. Carolina apresenta posicionamentos divergentes em relação a estereótipos e biótipo de negros ao longo da obra, fato que evidencia que essas formas de opressão e dominação sociais, econômicas e ideológicas se sustentam e são inseridas e colocadas em xeque inclusive nas produções escritas por mulheres negras.

A escritora, que é também personagem e narradora, relata preconceito racial por parte de possíveis empregadores e demonstra orgulho pelo fato de ser negra, conforme o registro do dia 16 de junho de 1958.

Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me:

-É pena você ser preta.

Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rústico. Eu até acho o cabelo no negro mais iducado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. É indisciplinado. Se é que existe reencarnação, eu quero voltar sempre preta. (JESUS, 1960, p.65).

No registro do dia 9 de julho do mesmo ano, entretanto, Carolina utiliza características estereotipadas e preconceituosas para descrever o biótipo de dois meninos que andavam pela favela. No jogo das relações de poder, Carolina Maria de Jesus ratifica a visão de mundo do branco como o mais bonito, o mais perfeito e o melhor.

Eles estavam desorientados. Perguntei se queriam café. Responderam que não.

Eu entrei e fui preparar para sair para rua. O José Carlos acompanhou os meninos. Depois veio perguntar-me se eu podia arranjar uma roupas para os meninos.

- Vá chamá-los!

Ele foi e voltou com os meninos. Um era mulato claro. Um rosto feio. Um narigão. O outro era branco bonito. (JESUS, 1960, p.87).

Em defesa da autora, José Carlos Sebe Meihy afirma que “suas constantes contradições argumentativas e vivenciais, antes de diminuí-la, a engrandecem, pois a tornam mais normal em sua anormalidade contextual.” (MEIHY, 1996, p.12). Creio, que é necessário refletir sobre as questões de raça e gênero, que são por vezes deixadas de lado e que até as contradições nos argumentos e posicionamentos da escritora, conforme os trechos acima mencionados, sejam reflexos das relações de poder e formas de opressão e subalternização a que são submetidos alguns grupos por outros dentro da sociedade .

### 2.3 Classe

Tendo em vista a utilização dos estudos de Gramsci para delinear o perfil e a atuação dos intelectuais orgânicos, buscamos entender a questão identificando o grupo dos subalternos e a classe dos dominantes como sendo as duas grandes classes em disputa.

A escritora, teórica feminista, crítica e intelectual negra norte americana bell hooks resume a importância da inserção da classe na pauta feminista, abrindo espaço a interseção entre classe e raça. Segundo hooks, no início dos movimentos feministas, embora as mulheres brancas fossem as mais visíveis, eram as negras que possuíam a experiência e melhores conhecimentos sobre “... os custos da resistência à dominação de raça, classe e gênero. Elas sabiam o que significava lutar para mudar a situação econômica de alguém” (HOOKS, 2019, p.69).

Hooks argumenta que, antes da questão da raça ser abordada pelo movimento das feministas norte-americanas, a diferença de classes e a maneira como isso divide as mulheres, já era uma questão. Isto se deve ao fato de que esses círculos iniciais de libertação das mulheres eram primordialmente brancos.

Enquanto para um grupo pequeno de mulheres brancas os perigos de confinamento nos lares era uma questão, a maioria das mulheres pertencia ao grupo de trabalhadoras de longa jornada fora de casa e que ainda realizavam os trabalhos domésticos.

As mulheres privilegiadas de todas as raças não foram impedidas de trabalhar fora por discriminação de raça ou dominação sexista. O fato é que os trabalhos disponíveis para elas apesar das habilidades e qualificações adquiridas pela educação a que tiveram acesso, eram os pouco remunerados e que não exigiam mão de obra qualificada.

Os grupos de elites dessas mulheres permaneceram em casa, não se submetendo a realizar o trabalho que estava sendo feito pelas mulheres trabalhadoras das classes médias e baixas, entretanto, algumas dessas mulheres enfrentaram a resistência do marido e das famílias trabalhando fora de casa em tarefas aquém das habilidades que possuíam. Sobre essa resistência, hooks nos fala que foi o que “tornou a questão do trabalho fora de casa uma questão de discriminação de gênero e tornou a oposição ao patriarcado e a busca por direitos iguais aos homens de sua classe a plataforma política que escolheu o feminismo em vez da luta de classe.” (HOOKS, 2019, p.67).

As mulheres brancas ansiavam pela liberdade que os homens de sua classe possuíam, porém grupos feministas das outras classes sabiam que não conseguiriam emergir enquanto a questão da classe não fosse confrontada. Quando essas mulheres brancas de classes

privilegiadas passaram a ter acesso ao mesmo poder econômico dos homens de sua classe, elas passaram a se comportar como eles, e ao fazê-lo, “ao mesmo tempo enfraquecem as políticas feministas, ajudando a manter intacto o sistema patriarcal que irá ressubordiná-las, elas não apenas traem o feminismo, elas traem a si mesmas”. (HOOKS, 2019, p.74.). As divergências de interesses que orientam diferentes atores de lutas aparentemente iguais compactuam com as desigualdades.

Carolina, repetidas vezes, aborda a fome e a luta pela sobrevivência na descrição da pobreza absoluta da vida na favela, demonstrando uma postura crítica em relação a sua condição de subalterna. No relato do dia 19 de junho de 1958, Carolina descreve o cenário de luta diária dos favelados pela sobrevivência:

Deixei de meditar quando ouvi a voz do padeiro:  
- Olha o pão que está na hora do café!  
Mal sabe êle que na favela é a minoria quem toma café. Os favelados comem quando arranjam o que comer (JESUS, 1960, p.35).

Ao narrar no dia 10 de maio de 1958 a ida à delegacia para resolver uma questão de comportamento do filho, Carolina traduz uma representação social que ainda permanece nos dias atuais, a que implica considerar a favela um lugar somente de pobreza e violência, cujos moradores são marginais, perturbadores da ordem, e, portanto, não merecedores de direitos básicos e condições mínimas em relação a habitação, alimentação e oportunidades no mercado de trabalho.

O tenente interessou-se pela educação dos meus filhos. Disse-me que a favela é um ambiente propenso, que as pessoas tem mais possibilidades de delinquir do que tornar-se útil a patria e ao país. Pensei: Se ele sabe disto, porque não faz um relatório e envia aos políticos? [...] o Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que passe fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo e nas crianças. (JESUS, 1960, p.31).

Precisamos continuar lutando e encarar de frente a realidade de que vivemos muito distantes do ideal de sociedade onde independentemente de classe, os recursos e oportunidades de crescimento são compartilhados por todos.



## 2.4 Gênero

A indissociabilidade entre raça e gênero, conforme já mencionado anteriormente, é condição para que a invisibilidade da mulher negra seja mantida.

O mundo, conforme já colocado aqui, gira em torno da subordinação e dominação de grupos sobre outros, baseando-se na raça, classe e gênero, sendo o último privilegiado pelos movimentos iniciais do feminismo.

Negar as outras desigualdades como raça, nacionalidade e religião, afetaram e continuam afetando as mulheres, sobretudo as mulheres negras. hooks considera que o reconhecimento de raça e do racismo foi fundamental para mudanças no feminismo norte-americano.

Todas as mulheres brancas desta nação sabem que seu status é diferente do das mulheres negras/não brancas. Elas sabem isso desde o tempo em que eram garotas assistindo à televisão e vendo somente a imagem delas, e folheando revistas e vendo somente imagens delas. Elas sabem a única razão para as mulheres não brancas estarem ausentes/invisíveis é o fato de não serem brancas. Todas as mulheres brancas desta nação sabem que a branquitude é uma categoria privilegiada. O fato de que mulheres brancas escolhem refrear ou negar esse conhecimento não significa que sejam ignorantes. Significa que estão em negação. (HOOKS, 2019, p. 89).

Dialogando com hooks, Grada Kilomba também considera que gênero e raça estão sempre entrelaçados e que as construções racistas são baseadas em gênero e vice-versa. Kilomba chama a atenção para o fato de que apenas tratar raça e gênero posicionando-os em uma dimensão dupla não é suficiente. Os dois marcadores estão relacionados a diferentes formas de opressão como o sexismo e o racismo. Se as narrativas onde raça e gênero aparecem separados mantêm a invisibilidade das mulheres negras, também as abordagens como camadas cumulativas e sobrepostas ou como relações paralelas, onde os dois conceitos se fundem, igualmente mantêm essa invisibilidade e o silenciamento, pois tal equiparação inviabiliza a comparação das duas experiências por parte dessas mulheres. (KILOMBA, 2019, p. 94). Faz-se necessário, portanto, que as formas de sexismo e racismo sejam tratadas de maneira interseccional, pois mulheres negras sofrem múltiplas formas de opressão.

Carolina Maria de Jesus era uma mulher negra que residia na favela e criava os três filhos sem marido e por isso sofria múltiplos preconceitos. A nação brasileira emergia com potencial a ser testado no cenário capitalista e segundo Meihy e Levine “Carolina neste espaço, negra, era o contraste perfeito de uma sociedade branca, que queria exhibir-se moderna, progressista, organizada.” (MEIHY; LEVINE, 2015, p.21).

Raça, classe e gênero criam hierarquias e opressão, de modo que ao tratar sobre questões relacionadas à autonomia da mulher, à dominação masculina e estereótipos patriarcais e machistas; Carolina, em alguns momentos aproxima-se dos outros negros e mulheres moradores da favela, identificando-se como um deles e em outros julgava-se superior e se conformava com as representações de raça e gênero presentes nos discursos hegemônicos. No trecho que segue a narradora orgulha-se do fato de não depender economicamente de maridos e não se sujeitar à dominação masculina.

Elas alude que eu não sou casada. Mas eu sou mais feliz que elas. Elas tem marido. Mas são obrigadas a pedir esmolas. São sustentadas por associações de caridade. Os meus filhos não são sustentados com pão de igreja. Eu enfrento qualquer espécie de trabalho para mantê-los. E elas tem que mendigar que mendigar e ainda apanhar. Parece tambor. Enquanto elas pede socorro eu tranquilamente no meu barracão ouço valsas vienenses. Enquanto os esposos quebra as tabuas do barracão eu e meus filhos dormimos socegados. Não invejo as mulheres casadas da favela que levam vida de escravas indianas. (JESUS, 1960, p.18).

Em um outro momento, a escritora reforça estereótipos patriarcais e machistas, relacionando as figuras das mulheres como sendo escandalosas, fazedoras de confusão e sendo aquelas que não conseguem controlar os impulsos. “- e você não é preta? – Eu sou mais queria ser dessas negras escandalosas para bater e rasgar as tuas roupas.” (JESUS, 1960, p.130). Mostrava-se conservadora, tendo internalizado discursos moralizantes e disciplinadores. Sobre a conduta das mulheres casadas afirmava.

Creio que um homem só chega para uma mulher. Uma mulher que casou precisa ser normal. Essa história das mulheres trocar-se de homens como se estivesse trocando de roupa, é muito feio. Agora uma mulher livre que não tem compromissos pode imitar o baralho, passar de mão em mão. (JESUS, 1960, p.122)

Carolina alternava posicionamentos e discursos sobre as questões relacionadas à autonomia da mulher, à dominação masculina e aos estereótipos patriarcais e machistas, em alguma medida herança da subordinação a discursos sexistas. A personagem não abre mão da autonomia, colocando-se na posição de quem faz as escolhas nos relacionamentos com parceiros, e ao mesmo tempo reforça comportamentos relacionados à masculinidade heteronormativa.

Ele disse-me que quer casar-se comigo. Olho e penso: este homem não serve pra mim. Parece um ator que vai entrar em cena. Eu gosto dos homens que pregam pregos, concertam algo em casa. Mas quando eu estou deitada com ele, acho que ele me serve. (JESUS, 1960, p. 131).

No dia 7 de junho de 1958, Carolina recorda a infância revelando que, quando menina, possuía o sonho de ser homem, motivada pelo fato de querer ser uma defensora da pátria, tarefa possível somente aos homens de acordo com as leituras feitas pela autora:

Quando eu era menina o meu sonho era ser homem para defender o Brasil porque eu lia a história do Brasil e ficava sabendo que existia guerra. Só lia os nomes masculinos como defensor da pátria. Então eu dizia para minha mãe:  
- Porque a senhora não faz eu virar homem? (JESUS, 1960, p.54).

As contradições apresentadas no texto de Carolina são significativas no sentido de que revelam os grupos aos quais ela pertencia, o desejo de mudança e o enfrentamento diante das desigualdades e falta de oportunidades individuais e coletivas. “Carolina Maria de Jesus nunca se conformou com os privilégios e com as prioridades do desenvolvimento econômico que implicavam maior pobreza para o país e o fortalecimento de grupos de poder já garantido.” (MEIRY; LEVINE, 2015, p.21). A existência da autora perpassa pela realidade das condições adversas em que vivia na favela e pelo desejo de viver e oferecer uma vida digna para os filhos e ser reconhecida como uma escritora.

A partir das reflexões aqui apresentadas, busquei abordar a trajetória de vida e de escrita desenvolvida por Carolina Maria de Jesus, considerando a interseccionalidade como ferramenta para instrumentalizar-me no entendimento da importância do resgate da autora na sociedade atual após um longo período de apagamento.

A também escritora Conceição Evaristo considera a publicação de mulheres negras como ato político e de resistência e explica que não só a condição de gênero vai interferir nas oportunidades de publicação e na invisibilidade dessas mulheres, mas também a condição étnica e social. (EVARISTO, 2017, s/p). A partir da escrita, Carolina cria forma de resistência à dominação de gênero e classe, demonstrando consciência do lugar em que se encontrava na formação hierárquica nos jogos de disputas de poder.

### 3 EMERGIR DOS ESCOMBROS - CAROLINA MARIA DE JESUS REDESCOBERTA

*Uma palavra escrita não pode nunca ser apagada. Por mais que o desenho tenha sido feito a lápis e que seja de boa qualidade a borracha, o papel vai sempre guardar o relevo das letras escritas. Não, senhor, ninguém pode apagar as palavras que eu escrevi.  
(Carolina Maria de Jesus)*

O terceiro capítulo da presente dissertação encontra-se dividido em duas partes: A primeira, o circuito caroliniano, apresentando produtos, materiais e eventos produzidos a partir dos rastros da produção literária e do nome de Carolina Maria de Jesus e a segunda, um conjunto de entrevistas com escritoras negras contemporâneas, analisando especialmente a relação com a memória, identidade e representatividade.

#### 3.1 Circuito Caroliniano

A partir da descrição de um breve panorama retrospectivo, pretendo tecer um painel com materiais resultantes do universo caroliniano. Antes, porém, apresento as cinco instituições de guarda do acervo da autora, conhecidas até o momento.

O primeiro aqui listado é o Arquivo público Municipal Cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Bruonswik, criado pela Lei Municipal número 329 de 06 de setembro de 1991. Situado na praça Cônego Hermógenes, 71 em Sacramento, Minas Gerais, cidade natal de Carolina. O arquivo ocupa um antigo prédio construído em 1921 e recuperado no ano 2000. No local funcionava a cadeia pública, onde Carolina chegou a ficar presa durante dois dias, acusada de fazer leituras do livro de São Cipriano e, portanto, ser uma feiticeira. Cota, ao interferir em defesa da filha, acabou sendo presa também.

Já estava ciente que os ricos que nascem nas cidades pequenas podem nascer nus, mas os pobres têm que nascer vestidos de paciência para suportar as ignorâncias. Assustei-me quando vi os policiais. Eles pararam e deram ordem de prisão. Não perguntei por que estava sendo presa. Apenas obedeci. (JESUS, 2014, p.181).

O acervo de Sacramento é constituído de 37 cadernos doados por Vera Eunice, filha de Carolina Maria de Jesus. Formam, ainda, a coleção, de acordo com o sítio *Sacramento: Cultura, História, Patrimônio, Conhecimento e Arte*, edições diversas da obra de Carolina,

sendo várias em língua estrangeira. Após o trabalho de microfilmagem em 1996 feito por especialistas da Biblioteca Nacional, o acervo foi classificado em diário, romance, miscelânea e documentos diversos. O arquivo recebe visitas de estudantes, pesquisadores e jornalistas, além de consultas pela internet.

Entre os anos de 2019 e 2021, foram realizadas sete consultas aos arquivos de Carolina, sendo duas para fins jornalísticos, duas para obras literárias, uma para pesquisa acadêmica, uma para conhecimento pessoal e uma para a construção de uma escultura. Cabe mencionar que no ano de 2021, foram firmados termos de parcerias com a Bienal São Paulo e com o Instituto Moreira Salles que solicitaram o acervo para exposição.

**Figura 1:** Fachada do Arquivo Público Municipal Cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Bruonswik



Fonte: Sítio *Sacramento*: Cultura, História, Patrimônio, Conhecimento e Arte. Acesso em: dez. 2021.

**Figura 2:** Parte do acervo documental de Carolina Maria de Jesus em Sacramento



Fonte: Sítio *Sacramento*: Cultura, História, Patrimônio, Conhecimento e Arte. Acesso em: dez. 2021

No Instituto Moreira Salles, situado na Rua Marquês de São Vicente, 476, no bairro da Gávea no Rio de Janeiro, o arquivo é formado apenas com produção intelectual, contendo dois cadernos manuscritos: um deles intitulado *Um Brasil para os brasileiros*: contos e

poemas, e outra coletânea do mesmo gênero, sem título. O acervo Carolina Maria de Jesus chegou ao Instituto Moreira Salles em 2006, entregue por Clelia Pisa<sup>21</sup>.

Inaugurado em primeiro de outubro de 1999 como Centro Cultural, a construção era a antiga residência de Walter Moreira Salles. Na biblioteca de Apoio ao arquivo de Carolina consta o filme *Favela: a vida na pobreza*. Gravado pela alemã Christa Gottmann-Elter em 1971 e inédito até 2014. Há suspeitas de que teria sido impedido de circular no Brasil por seu caráter de denúncia social e econômica que contradizia a ideia de um país moderno.

De acordo com a consulta feita ao órgão, o contato realizado com pesquisadores interessados na obra de Carolina Maria de Jesus, em consequência da pandemia da Covid, foi realizado de forma on-line nos dois últimos anos. Há um registro de 13 pessoas no ano de 2020 e até o dia 23 de dezembro de 2021, 8 pessoas interessadas em pesquisar Carolina Maria de Jesus.

**Figura 3:** Instituto Moreira Salles Rio de Janeiro



Fonte: A autora (jan. 2015)

Situada na Avenida Rio Branco, 219 – Centro da cidade do Rio de Janeiro, a Biblioteca Nacional (BN) é o órgão responsável pela execução da política governamental de captação, guarda, preservação e difusão da produção intelectual do País. A BN é a instituição cultural mais antiga do país. Com um acervo de, aproximadamente, 9 milhões de itens, foi considerada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) como uma das principais bibliotecas nacionais do mundo. A chegada do acervo inicial ocorreu em 1808, com a chegada de D. João VI e sua corte ao Rio de Janeiro, como consequência da invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão Bonaparte. Junto com a

---

<sup>21</sup> Clélia Pisa entrevistou Carolina Maris de Jesus juntamente com Maryvonne Lapouge, para o livro *Brasileiras*, publicado apenas na França. Após o falecimento de Carolina, os cadernos foram editados na França e publicados em livro, em 1982, com o título de *Journal de Bitita*. Em 1986, a obra foi traduzida diretamente do francês e lançada em português como Diário de Bitita.

comitiva desembarcaram cerca de 60 mil peças, entre livros, manuscritos, mapas, estampas, moedas e medalhas.

A coleção Carolina Maria de Jesus na Biblioteca Nacional é composta de 11 rolos de microfilme, 14 diários autógrafos e 22 fotografias. O material deu entrada por doação de Vera Eunice, filha de Carolina em 1996 e por Audálio Dantas em 2011. A coleção foi organizada pelo prof. José Carlos Sebe Bom Meihy e microfilmada em 1996, em convênio com a Library of Congress (1ª aquisição); o acervo original foi devolvido à proprietária, Vera Eunice de Jesus Lima. Os originais dos 14 diários referentes à 2ª aquisição estão disponíveis na Divisão de Manuscritos e o caderno 11 está disponível na BN Digital.<sup>22</sup>

De acordo com os dados coletados por esta pesquisadora, por se tratar de uma Biblioteca Nacional, há um perfil muito vasto de usuários com interesse no material sobre Carolina, desde estudantes de ensino fundamental à graduação, pós-graduação e pesquisadores autônomos.

**Figura 4:** Fachada da Biblioteca Nacional



Fonte: A autora (dez. 2021).

O Museu Afro Brasil é uma instituição pública, subordinada à Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo e administrada pela Associação Museu Afro Brasil – Organização Social da Cultura. Situado no Pavilhão Padre Manoel da Nóbrega, dentro do Parque Ibirapuera em São Paulo. Inaugurado em 2004, a partir da coleção particular do Diretor

---

<sup>22</sup> Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 18 maio 2022.



Curador Emanuel Araujo<sup>23</sup>, o museu exibe um acervo que abarca diversos aspectos dos universos culturais africanos e afro-brasileiros, abordando temas como religião, trabalho, arte e a escravidão entre outros temas que registram a trajetória histórica e influências africanas na construção da Sociedade brasileira.

Situado na maior cidade brasileira e por ser São Paulo uma cidade multicultural e multirracial, é um lugar privilegiado para cumprir o objetivo que segundo Emanuel Araújo é,

A desconstrução de estereótipos de imagens deturpadas e de expressões ambíguas sobre personagens e fatos históricos relativos ao negro, que fazem pairar sobre eles obscuras lendas que um imaginário perverso ainda hoje inspira, e que agem silenciosamente sobre nossas cabeças, como uma guilhotina, prestes a entrar em ação a cada vez que se vislumbra alguma conquista que represente mudança ou o reconhecimento da verdadeira contribuição do negro à cultura negra. (ARAUJO, 2010, p.10).

**Figura 5:** Museu Afro Brasil



Fonte: A autora (dez.2021)

Inaugurada no ano de 2005, a Biblioteca Carolina Maria de Jesus, funciona dentro do Museu Afro Brasil, possui cerca de 15.000 itens, incluindo livros, revistas e outros tipos periódicos, teses, pôsteres e material multimídia, com uma coleção especializada em escravidão, tráfico de escravos, abolição da escravatura da América Latina, Caribe e Estados Unidos. O museu recebe anualmente aproximadamente 1.200 visitantes e, além de diversos exemplares das obras de Carolina Maria de Jesus publicadas em vários países, guarda um caderno autógrafa da autora, doado por Audálio Dantas.

<sup>23</sup>Emanuel Araujo, artista plástico baiano, nasceu numa tradicional família de ourives, aprendeu marcenaria, linotipia e estudou composição gráfica na Imprensa Oficial de Santo Amaro da Purificação. Em 1959 realizou sua primeira exposição individual ainda em sua terra natal. Mudou-se para Salvador na década de 1960 e ingressou na Escola de Belas Artes da Bahia (UFBA), onde estudou gravura.



**Figura 6:** Biblioteca Carolina Maria de Jesus



Fonte: A autora (nov. 2020)

**Figura 7:** Biblioteca Carolina Maria de Jesus



Fonte: A autora (nov. 2020)

Além do material aqui listado, de acordo com a pesquisadora Raffaella Fernandez, existem ainda dois cadernos desaparecidos na Biblioteca Guita e José Mindlin (USP) e manuscritos em arquivos privados. (FERNANDEZ, 2020).

Os materiais sobre ou produzidos por Carolina sob a guarda dessas instituições são consultados e analisados por pesquisadores de diferentes lugares do Brasil e do exterior, sendo, convertido em teses, artigos, dissertações, material audiovisual, letras de música, homenagens e outros produtos.

Em 1994, como resultado de uma experiência compartilhada entre o brasilianista norte-americano Robert M. Levine e o professor e historiador brasileiro, José Carlos Sebe Meihy foi publicado *Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus*, resultado das percepções brasileira e estadunidense sobre o texto e as circunstâncias de *Quarto de despejo*. Os dois autores apresentaram visões sobre temas como a produção, mercado editorial no Brasil, a crítica jornalística e o papel do patrocínio de autores, e as variações entre os sentidos

das favelas na cidade de São Paulo e na cidade do Rio de Janeiro. O livro é composto por uma apresentação biográfica de Carolina, depoimentos jornalísticos, artigos, dados estatísticos, testemunhos dos filhos e de pessoas que conviveram com Carolina, como o jornalista Audálio Dantas e por dois textos inéditos de Carolina: *Minha vida* e o *Sócrates africano*.

Em 1996, foi publicado *Antologia Pessoal*, livro de poesias, organizado por José Carlos Sebe Meihy, a partir de uma seleção feita pela própria Carolina. O organizador faz um alerta para que os leitores levem em consideração o contexto de produção da obra de Carolina. Embora considere estilisticamente pobre os escritos da autora, Meihy chama a atenção para a relevância da obra de Carolina pelo esforço pessoal, este sim, segundo ele, inédito e original.

Em setembro do ano 2000, Elzira Divina Perpétua defendeu a tese de doutorado sob o título “*Traços de Carolina Maria de Jesus: gênese, tradução e recepção de Quarto de despejo*”, no curso de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. A pesquisa de Perpétua deu origem ao livro *A vida escrita de Carolina Maria de Jesus*, publicado em 2014, durante as comemorações dos 100 anos de nascimento de Carolina. Focalizando textos de jornais e revistas com reportagens anteriores ao seu lançamento, neste trabalho, a pesquisadora aborda o contexto social, político e econômico durante as décadas de 1950 e 1960, período em que Carolina fez os registros que, posteriormente constariam no livro *Quarto de despejo*. A pesquisa de Perpétua apresenta o resultado da leitura dos manuscritos e do cotejo destes com o diário publicado, refletindo sobre os mecanismos publicitários, editoriais e ideológicos que nortearam a seleção de trechos para a publicação e construção do perfil da escritora.

Em 2002, Maria Madalena Magnabosco em sua tese de doutoramento intitulada *Reconstruindo imaginários femininos através dos testemunhos de Carolina Maria de Jesus*, também pela Universidade Federal de Minas Gerais, utiliza testemunhos narrativos de Carolina como denúncia dos contornos e as consequências de imaginários femininos aprendidos e repetidos nas relações interpessoais formulados no processo de modernização do Brasil, entre as décadas de 1950 e 1970.

Em 2004, Germana Henriques Pereira de Sousa, analisou o valor estético dos diários de Carolina, *Quarto de despejo* e *Casa de alvenaria* em sua tese de doutorado, *Carolina Maria de Jesus: o estranho diário de uma escritora vira-lata*, pela Universidade Nacional de Brasília.

Em 2006, Elena Pájaro Peres defendeu, pela Universidade de São Paulo, a tese *Exuberância e invisibilidade. Populações Moventes e cultura em São Paulo, 1942 ao início dos anos 70*. O estudo procurou investigar a cultura por uma vertente não canônica,

convergindo para o conteúdo humano imaginativo e desejante presente na cidade de São Paulo na segunda metade do século XX. Para isso trabalhou com a obra de alguns mediadores culturais, entre os quais, Carolina Maria de Jesus.

As psicólogas Eliana de Moura Castro e Marília Novais de Mata Machado publicaram, em 2007, *Muito bem, Carolina!* biografia de Carolina Maria de Jesus, onde narram a trajetória da autora situando-a em sua época.

O historiador, professor e escritor Joel Rufino dos Santos publicou, em 2009, *Carolina Maria de Jesus: uma escritora improvável*, que não se configura exatamente como uma biografia nos moldes tradicionais, com relato detalhado da vida ou um quadro histórico da época em que o biografado viveu. Rufino afirma utilizar-se da metodologia do uso de um acontecimento como janela para outros acontecimentos e, assim, caracterizar uma personagem criada por ele e traçar um perfil da mulher, escritora e personagem que Carolina criou.

Em *Os caminhos literários de Carolina Maria de Jesus: experiência marginal e construção estética*, dissertação defendida pela Universidade de São Paulo em 2013, Fernanda Rodrigues de Miranda investigou o impacto da intervenção do editor na construção da personagem favelada e o que isso representou na trajetória discursiva de Carolina.

Em 2015, Aline Alves Arruda, em sua tese de doutoramento, *Carolina Maria de Jesus: Projeto Literário e Edição Crítica de um Romance Inédito*, pela faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, investigou a existência de um projeto literário na obra de Carolina Maria de Jesus, a partir da análise da obra de Carolina Maria de Jesus e da obra da autora em todos os seus gêneros literários: diários, autobiografias, poemas, canções, provérbios e romances.

*Carolina: uma biografia* foi publicado em 2017. O autor Tom Farias traça o percurso de Carolina desde o nascimento na cidade de Sacramento, passando pelo apogeu na ocasião da publicação de *Quarto de despejo* até a morte.

Raffaella Fernandez publicou, em 2018, o livro *A poética dos resíduos* resultado da sua tese de doutoramento defendida na Universidade Estadual de Campinas em 2015 e cuja proposta foi revelar uma nova concepção de Carolina a partir dos manuscritos não utilizados por Audálio Dantas. Raffaella Fernandez é responsável também pela organização do livro *Meu sonho é escrever... contos inéditos e outros escritos de Carolina* publicado em 2018 e junto com Ary Pimentel organizou *Clíris: Poemas recolhidos*. A publicação com 56 poemas, tendo alguns publicados anteriormente na *Antologia Pessoal*. Clíris traz também as letras das

12 canções compostas por Carolina para o álbum de música popular lançado em 1961 pela RCA Victor.

Além das pesquisas e artigos acadêmicos, Carolina e sua obra têm inspirado manifestações diversas na arte e na cultura, além de nomear escolas, ruas, grupos de estudos, bibliotecas e outros eventos. A Rede Globo de Televisão exibiu em 1983 o caso verdade *Quarto de despejo - de catadora de livro a escritora famosa*. A Prefeitura de São Paulo criou em 2001 o abrigo especial *Casa de Cuidados Carolina Maria de Jesus*, instituição para atendimento a pessoas em situação de rua.

Em 2001 *Quarto de despejo* entrou na lista obrigatória do vestibular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 2004 na Universidade Nacional de Brasília (UNB) e em 2017 nas Universidades estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Carolina integrou a lista ao lado de Clarice Lispector, José Saramago, Camões, entre outros. Para Marisa Lajolo, por serem Universidades de excelência, sustentam o cânone e a presença de *Quarto de despejo* na lista de leitura, renova as esperanças. Ela defende que

A universidade de hoje – e aqui penso sobretudo na universidade pública tem em seu corpo discente moças e moços que há meio século nem pensavam em frequentá-la. As cotas alteraram o panorama, e é bem possível que hoje muitas Carolinas e seus filhos a frequentem. Neste novo cenário, a inclusão de *Quarto de despejo* nas leituras para o vestibular talvez expresse, no âmbito bibliográfico, o que as cotas representam no âmbito social. (LAJOLO, 2017, s/p).

A professora prossegue, considerando a existência de um alargamento do conceito de literatura.

Se nos adjetivos que definem certos gêneros (como, por exemplo, ocorre nas designações “literatura *marginal*” e “literatura *infantil*”), há ainda traços de um certo resguardo para a literatura *desadjetivada*, um longo caminho já foi percorrido. E, neste percurso, a definição *do que é* ou *do que não é* literatura relativiza-se. E, relativizando-se, esfrega no nariz dos interessados na questão o contágio do *literário* pelo *social, econômico, étnico, etc...* (LAJOLO, 2017, s/p).

No ano de 2003, o Curta metragem *Carolina* do cineasta Jeferson De, estrelado pela atriz Zezé Mota, recebeu o prêmio de melhor curta no Festival de Gramado.

Em 2004, por iniciativa do Senado, em comemoração ao Ano Internacional da Mulher, foi lançado em São Paulo o calendário Mulheres que estão no mapa, com a inclusão do nome

de Carolina Maria de Jesus. Ainda em 2004 foi inaugurada a Rua Carolina Maria de Jesus no bairro Sapopemba, zona oeste de São Paulo.

No dia 14 de março de 2014, O IMS-RJ comemorou o centenário de nascimento de Carolina Maria de Jesus com o evento *Carolina é 100* com exibição do documentário *Favela: a vida na pobreza (Favela- Das Leben in Armut)*, dirigido pela alemã Christa Gottmann-Elter, restaurado e legendado pelo IMS. Após a exibição do documentário, aconteceu um debate com as presenças de Audálio Dantas e da professora e crítica literária Marisa Lajolo<sup>24</sup>.

Entre os anos de 2019 e 2021, a Rede Globo de televisão exibiu a série *Segunda Chamada*. O enredo é sobre as histórias de professores e alunos da educação de jovens e adultos dentro da fictícia Escola Estadual Carolina Maria de Jesus.

Um processo que teve início no ano de 2020, organizado pela Festa literária das periferias (FLUP), durante as comemorações de 60 anos da publicação de *Quarto de despejo*, promoveu uma formação para 180 mulheres negras de diferentes escolaridades e ocupações profissionais.

As participantes foram selecionadas a partir de cartas escritas para Carolina Maria de Jesus, posteriormente, participaram de um ciclo de quinze debates denominados *Uma revolução chamada Carolina* com a presença de personalidades como a escritora Conceição Evaristo, a escritora Flávia Oliveira, Vera Eunice, filha de Carolina Maria de Jesus, biógrafos, pesquisadores, atrizes e cineastas. Concomitantemente, separadas em turmas de 30 mulheres, reuniam-se semanalmente sob a orientação de um professor ou escritor. Esta pesquisadora teve a oportunidade de integrar a turma orientada pela escritora Eliana Alves Cruz e ao grupo foi proposta a escrita de crônicas, gênero que revelou poucas escritoras brasileiras.

O resgate da representação positiva de Carolina, uma mulher negra, que alcançou notoriedade utilizando a literatura como ferramenta de transformação, serviu de inspiração para as escritas do eu das participantes. Todo o processo culminou na publicação de *Carolinas: a nova geração de escritoras brasileiras*, obra composta por 180 textos partilhados por mulheres negras brasileiras e atravessados pela escrita e pela vida de Carolina Maria de Jesus.

Em novembro de 2020 o professor Emanuel Régis Gomes Gonçalves criou o perfil @carolinabitita na rede social *instagram*. O professor que é também pesquisador, tendo defendido em 2014 a dissertação de mestrado *A literatura vista de baixo: o livro Quarto de*

---

<sup>24</sup> O IMS disponibiliza o debate ocorrido durante o evento “Carolina é 100” na íntegra. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yaXeesG6C5o&t=477s>. Acesso em: 06 janeiro 2022.

*despejo*, de Carolina Maria de Jesus pela Universidade Federal do Ceará, publica resenhas, artigos e utiliza o canal para entrevistar outros pesquisadores e estudiosos da obra de Carolina. O objetivo, segundo o professor, é que o perfil tenha caráter acadêmico e ao mesmo tempo seja acessível ao público geral.

Desde maio do ano de 2021, vários núcleos familiares do MTST residem na ocupação Carolina Maria de Jesus no extremo leste de São Paulo.

O Instituto Moreira Salles com sede em São Paulo, de agosto de 2021 até março de 2022, exibiu a exposição *Carolina Maria de Jesus: um Brasil para os brasileiros*, título que remete ao manuscrito de Carolina sob a guarda do instituto. A mostra dividida em 15 núcleos temáticos, entrelaçando diferentes linguagens, apresentou a trajetória e a produção da escritora desde a infância em sacramento, no contexto da pós-abolição da escravatura, passando por sua chegada à capital paulista, pelo lançamento e recepção de seus livros até o final da vida em Parelheiros. Com a curadoria do antropólogo Hélio Menezes e da historiadora Raquel Barreto, contou ainda com o trabalho de pesquisa crítica da literária e doutora em Letras Fernanda Miranda. A seleção reuniu aproximadamente 300 itens, entre fotografias, matérias de imprensa, vídeos e outros documentos, onde é possível observar as contradições, a política e desigualdades do Brasil no período em que Carolina viveu e também a importância de Carolina em pautas como o antirracismo, as lutas pelo acesso à educação e à moradia.

Carolina foi escolhida para ser homenageada pela escola de samba Colorado do Brás no ano de 2022. O Carnaval da escola de samba de São Paulo desenvolveu o enredo com o título *Carolina: a cinderela negra do Canindé*.

No Rio de Janeiro, outra escola de samba homenageou Carolina no Carnaval, o Grêmio Recreativo Acadêmicos da Pedra Branca contou a história da escritora com o enredo *Pedra Branca compondo as páginas da vida, apresenta: Carolina Maria de Jesus, a poetisa da literatura periférica*.

No ano de 2017, Carolina já havia sido homenageada pela escola de Samba Renascer de Jacarepaguá. A instituição carnavalesca, da Zona Oeste carioca, contou a história de Carolina baseando-se no curta-metragem *O papel e o mar* de Luiz Antônio Pilar, que narra um encontro imaginário entre a escritora e João Cândido, líder da Revolta da Chibata.

Está previsto o lançamento de uma edição atualizada de Carolina Maria de Jesus, pela editora Malê, escrita pelo jornalista e biógrafo Tom Farias. A biografia será, acrescida

segundo o autor, de material inédito que constava do arquivo pessoal do jornalista Audálio Dantas.<sup>25</sup>

A construção de uma estátua em homenagem a Carolina Maria de Jesus está sendo planejada. De acordo com a reportagem da Folha de São Paulo do dia 17 de agosto de 2021, Carolina Maria de Jesus, Itamar Assumpção, madrinha Eunice, Geraldo Filme e Adhemar Ferreira da Silva, personalidades negras importantes da nossa história, receberão homenagens com estátuas em avenidas, parques e praças de São Paulo<sup>26</sup>. A estátua em homenagem à Carolina ficará, ainda de acordo com a reportagem, no Parque Linear Parelheiros, onde se encontram o centro de cidadania da Mulher e o Ponto de leitura de Carolina Maria de Jesus.

De acordo com os dados de 2020 do Instituto Pólis<sup>27</sup>, uma organização da sociedade civil que atua em pesquisas, na assessoria e avaliação de políticas públicas, após avaliarem 367 monumentos catalogados na cidade de São Paulo, chegaram aos seguintes resultados: 200 representam formas humanas, 169 representam formas humanas masculinas, 24 representam formas humanas femininas, 155 representam formas humanas de pessoas brancas e apenas 5 monumentos representam pessoas negras, sendo neste grupo apenas uma representando uma mulher. A pesquisa aponta, ainda, que existem 4 monumentos representando homens indígenas.

O instituto diz ter realizado a pesquisa com o objetivo de contribuir com o projeto de Lei 404/2020<sup>28</sup> que proíbe homenagens a escravocratas e a eventos históricos ligados ao exercício da prática escravista no âmbito da administração estadual direta e indireta e a partir das seguintes perguntas: O que retratam esses monumentos? São pessoas, objetos, símbolos? Quem eles homenageiam? Quem produziu esses monumentos e por quê? Que espaço eles ocupam na cidade? Onde estão localizados? Quantas pessoas os veem cotidianamente?

Segundo Jacques Le Goff, a palavra latina monumentum remete ao verbo monere que significa “fazer recordar”. Os monumentos seriam para Le Goff, materiais da memória coletiva, que em sua forma científica é a história. Para tanto,

O monumentum é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. Quando Cícero fala

---

<sup>25</sup>Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/walter-porto/2021/12/werner-herzog-prepara-biografia-e-livro-de-memorias-que-sairao-no-brasil.shtml>. Acesso em: 18 maio 2022.

<sup>26</sup>Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/08/cinco-personalidades-negras-ganharao-estatuas-na-cidade-de-sao-paulo.shtml>. Acesso em: 18 maio 2022.

<sup>27</sup>Disponível em: <https://polis.org.br/estudos/presencanegra/>. Acesso em: 18 maio 2022.

<sup>28</sup>Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000327788>. Acesso em: 18 maio 2022.

dos monumenta huius ordinis [Philippicae, XIV, 41], designa os atos comemorativos, quer dizer, os decretos do senado. Mas desde a Antiguidade romana o monumentum tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc.; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte. O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos. (LE GOFF, 1994, p. 535).

Nesse sentido, as estátuas de personagens negras constituirão importantes monumentos somando-se ao contexto do desejo de reestruturação dos espaços das cidades. As pesquisas, os eventos e demais homenagens em torno do nome e da obra de Carolina além de servirem para despertar a consciência de que uma história pode e deve ser lida por diferentes ângulos, ilustra o resultado de lutas de coletivos, de movimentos e de ativismos contemporâneos.

### 3.2 Entrevistas Comentadas – vozes contemporâneas

*Não digam que eu fui rebotinho,  
Que vivia à margem da vida  
Digam que eu procurava por trabalho  
Mas sempre fui preterida.*

*Digam ao meu povo brasileiro  
Que o meu sonho era ser escritora,  
Mas eu não tinha dinheiro  
Pra pagar uma editora.*

*Carolina Maria de Jesus*

O registro de eventos relacionados ao cotidiano é o registro da vida de Carolina Maria de Jesus. Para o sociólogo francês Pierre Bourdieu, a vida é um conjunto de acontecimentos de uma existência concebida como uma história, e a narrativa biográfica ou autobiográfica pressupõe o relato dessa história. “Falar da história de vida é pelo menos pressupor, e isso não é pouco, que a vida é uma história”. (BOURDIEU, 2002, p. 183).

A história de vida, a forma de escrever, de olhar o mundo e de enfrentar a sociedade, presentes na narrativa de Carolina é permeada de outras vozes. Temas relacionados ao racismo e ao preconceito racial não dizem respeito apenas às histórias vividas, mas também ao desejo de mudança. “A vida é igual um livro. Só depois de ter lido é que sabemos o que



encerra. E nós quando estamos no fim da vida é que sabemos como a nossa vida decorreu. A minha, até aqui, tem sido preta. Preta é a minha pele. Preto é o lugar onde eu moro.” (JESUS, 1960, p.160).

O debate em torno das questões da literatura negro-brasileira carrega relações de conflito e por isso, os estudos sobre o tema, como nos mostra Maria Aparecida Salgueiro, devem levar em consideração que “as questões de gênero – como também as de etnia – não podem ser compreendidas sem sua respectiva inserção no momento histórico das culturas nas quais estas questões se manifestam.” (SALGUEIRO, 2004, p.15). Por este motivo, no capítulo I desta dissertação, Carolina em seu momento, apresentamos o momento histórico e cultural dentro do qual Carolina produziu sua obra.

As entrevistas com escritoras contemporâneas neste capítulo III da dissertação tem o objetivo de mostrar com maior clareza as relações internas e externas, os componentes histórico-culturais, os desdobramentos temáticos e as características peculiares nas obras de mulheres negras na atualidade.

As conversas/entrevistas individuais aconteceram entre os anos de 2020 e 2022. Os encontros foram previamente agendados de acordo com a disponibilidade das escritoras, gravadas, transcritas integralmente e a partir daí analisadas.

Cabe ressaltar que nenhuma entrevista foi realizada presencialmente. A opção pelo uso das tecnologias se deu, sobretudo em consequência do período da pandemia da COVID-19. Três entrevistas foram realizadas por videoconferência utilizando a plataforma *Zoom*, duas respondidas pelo áudio do aplicativo *WhatsApp*, uma respondida por escrito pela entrevistada e uma gravada em áudio e enviada por e-mail.

Nas conversas anteriores com as autoras, além do convite para a entrevista foi explicado que o material coletado serviria para o enriquecimento de uma pesquisa desenvolvida no programa de pós-graduação da Fundação Casa de Rui Barbosa. Antes e durante a entrevista, buscamos estabelecer uma atmosfera cordial e de proximidade.

Mesmo entrevistas curtas, no gabinete de um advogado, na rua cobrindo um acidente, ou por telefone e correio eletrônico, a cortesia vai ao encontro da ética nesse tema. Quando falamos em sedução do entrevistado é disso que tratamos: estabelecer uma relação agradável, na qual o entrevistado sintasse à vontade. (ROCHOU, 2003, p. 3).

Desse modo, as cinco perguntas aqui listadas fizeram parte do roteiro das entrevistas, as quais as escritoras responderam livremente: Como foi sua relação inicial com a Literatura? Como a senhora vê a participação atual de escritoras negras no mercado editorial brasileiro?

Como a senhora analisa o movimento negro brasileiro e como a senhora percebe o engajamento da sociedade civil em relação ao movimento? Qual a importância na Literatura, das trajetórias individuais de mulheres negras que vêm se destacando em diversos setores da sociedade? e por último, existem características que marcam especificamente as narrativas escritas por mulheres negras?

Sendo assim, apresentamos as sete escritoras participantes da pesquisa: A escritora Anamô Soares é professora, contadora de histórias, especialista em literatura infantil e juvenil, idealizadora do *Lê comigo*, projeto que promove a leitura literária dentro e fora da escola, contemplado com o prêmio Paulo Freire da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro em 2019. Anamô Soares é autora da obra infantil *No quintal da vovó Lydia* e participante de várias antologias com a temática negra.

Elisa Pereira nasceu em 1975 na cidade de Belo Horizonte e atualmente vive em Paraty, no Rio de Janeiro. É gestora ambiental, poeta e educadora. É autora do livro *Memórias da pele* (poesias), publicado em 2018 pela editora Chiado Books e *Sem fantasia* (contos) publicado em 2020 pela Editora Venas Abiertas. Participou também de antologias.

A poeta, ficcionista e ativista Geni Mariano Guimarães, nasceu no município de São Manuel, interior de São Paulo no ano de 1947. Autora de uma vasta obra incluindo poemas, contos, literatura infantil e juvenil e uma novela. Nos anos de 1980, passou a frequentar os encontros de escritores negros em São Paulo e aproximou-se do grupo Quilomboje. A autora também já participou das coletâneas dos *Cadernos Negros* e foi ganhadora dos prêmios Jabuti e Adolfo Aisen com a obra *A Cor da ternura*.

A escritora Kiusam de Oliveira é professora, mestre em Psicologia e doutora em Educação, atuando em formação de educadores. Dançarina, Coreógrafa e contadora de histórias, começou seus lançamentos literários em 2009. Conquistou o Prêmio ProAC Cultura Negra no ano de 2012 com o livro *O mundo no black power de Tayó*. Em 2019, comemorou os dez anos de lançamento de *Omo-Obá – Histórias de princesas*, que permanece em circulação.

Simone Ricco é mestre em Letras na Área de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Professora, atua na difusão de saberes de matriz africana em práticas afirmativas e antirracistas. Sua produção inclui entre outros: Organização do Livro *Vértice escritas Negras* (editora Malê), participação no livro *Olhos de Azeviche: contos e crônicas*, orelha do Livro *Histórias de leves enganos e parecenças* de Conceição Evaristo e o prefácio de *Contos escolhidos* do escritor Cuti. Como curadora, assinou as exposições *A luz negra* de Aparecida Silva e *Negras (fotos)grafias* do coletivo homônimo. No audiovisual, sua trajetória reúne a

participação no documentário *Meninas black power*, o exercício da educomunicação no curta *Benjamin de Oliveira: o palhaço negro e a criação coletiva* do curta *Eleko*, produção do coletivo Mulheres de Pedra, obra vencedora do Festival 72 horas/2015.

Sonia Rosa é escritora de literatura negro-afetiva voltada para crianças e jovens, mestre em Relações Étnico-Raciais, contadora de histórias, professora e pedagoga. É uma das maiores referências nacionais em literatura negra, já publicou mais de 50 livros, com destaque para a coleção *Lembranças africanas*, iniciada em 2004 pela Pallas Editora, com a qual ganhou o selo de altamente recomendável da FNLIJ. Protagonismo negro é o principal foco da escritora em seus contos para as infâncias. Em 2021 foi a homenageada da 29ª edição do festival Paixão de Ler, projeto desenvolvido pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

Taís Espírito Santo é carioca de Campo Grande, Zona Oeste do Rio de Janeiro. É escritora, assessora literária e gestora cultural. Autora de *Ashanti: nossa pretinha*, lançado em 2021 pela editora Malê. Participou das coletâneas *Olhos de azeviche: dez escritoras negras* que estão renovando a literatura brasileira, *Favela em mim*, da Oriki Editora e das *Narrativas Negras: biografias ilustradas de mulheres pretas brasileiras*, da editora Voo. É coordenadora de cultura das Josefinas Colab. (Organização não governamental, colaborativo de promoção de formação e valorização da mulher e mãe empreendedora.)

A análise do material coletado está pautada na comparação entre as respostas dadas pelas escritoras para a mesma pergunta, nas leituras teóricas condizentes com os temas e nos escritos de Carolina Maria de Jesus. Em resposta à pergunta inicial, as sete entrevistadas atribuíram às famílias e aos espaços de convivência e atividades literárias como as escolas e as bibliotecas comunitárias, o feito de introduzi-las ao mundo da leitura literária:

A relação com a leitura foi via o olhar da minha mãe. Eu comecei a ler muito cedo, bebezona. E quando eu completei oito anos minha mãe comprou uma estante e ela disse que o sonho dela era ver aquela estante cheia de livros. Pra isso teve uma reunião em casa, ela e meu pai na hora do jantar e então ela disse: minhas filhas terão a melhor educação possível nem que a gente continue a dividir um ovo em quatro. (OLIVEIRA, Entrevista 2021).

Os relatos das entrevistadas evidenciam a origem em famílias não leitoras, isto é, por questões históricas o ato de ler não fazia parte do cotidiano familiar, entretanto o percurso leitor de cada uma envolve pais que acreditavam na leitura como instrumento necessário à mudança social:

Eu me aproximei desde criança. Meus pais não tinham muitos recursos, né? Mas minha mãe sempre entendeu que a leitura era muito importante. Então, eu não tinha, como minha filha tem hoje, por exemplo, uma assinatura do Maurício de Sousa, sabe? Mas ela juntava as moedinhas e fazia questão, todo final de semana a gente comprava um exemplar na banca de jornal. A própria sala de leitura da escola, onde eu estudava quando criança era muito viva [...] Então, a minha escrita, ela é consequência de ser leitora. (SOARES, Entrevista 2021).

Outro aspecto que chama a atenção nas leituras preliminares das entrevistadas, é a constatação da ausência de uma produção escrita com temáticas envolvendo pessoas negras e suas histórias.

O mercado na época era muito resistente e a gente não tinha ainda a Lei 10.639/2013<sup>29</sup>, que deu uma mexida significativa no mercado editorial, no tocante a racialidade e/ou representatividade negra com observações visíveis na tonalidade da pele dos personagens dos livros do catálogo. (ROSA, Entrevista 2021).

O silêncio a que negros foram submetidos não é só de anulação do discurso. O que lhes resta é uma espécie de silenciamento de vida. Assim como Carolina, que utilizava a palavra como instrumento para lutar e defender seus direitos, as entrevistadas nos trazem a ausência dessas narrativas do falar de si, da falta de encorajamento para que negros e negras sejam narradores das próprias histórias, além da falta de articulação de espaços para que estas narrativas sejam ouvidas.

As trajetórias escolares das escritoras apareceram nos depoimentos como um momento importante tanto na formação leitora, quanto na construção de identidades. Nos relatos de memória, a escola aparece como espaço de experiências significativas que marcam as narrativas escritas por elas produzidas.

Apenas na resposta da escritora Geni Guimarães, a escola não aparece durante a entrevista, entretanto ela que também é professora, assim se apresenta no livro *A cor da Ternura*:

Bem antes de frequentar a escola oficial, eu lia poesia e histórias em tudo quanto eram livros, revistas e jornais que encontrava. Quando entrei para a escola, o professor me contou que eu era poeta e, vendo que isso era bom, assumi por inteiro o privilégio do dom. (GUIMARÃES, 2018, p.91).

---

<sup>29</sup>Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "história e cultura afro-brasileira".

Geni, tal qual Carolina, foi “diagnosticada” como poeta durante a infância. A primeira no discurso de autoridade de um professor e a segunda, na autoridade de um médico espírita:

Minha mãe queixou-se que eu chorava dia e noite. Ele disse-lhe que o meu crânio não tinha espaço suficiente para alojar os miolos, que ficavam comprimidos, e eu sentia dor de cabeça. Explicou-lhe que até aos vinte e um anos eu ia viver como se estivesse sonhando, que a minha vida ia ser atabalhoada. Ela vai adorar tudo que é belo! A tua filha é poetisa; pobre Sacramento, do teu seio sai uma poetisa. E sorriu. (JESUS,2014, p.74).

As entrevistadas lembraram de professoras e práticas escolares que consideram positivas, no entanto descreveram também, os discursos de subalternização e os maltratos sofridos por personagens negros apresentados nos livros e nas histórias que ouviam na infância.

A gente não via o racismo. A gente via uma situação como se a gente fosse o errado. Um exemplo, quando eu fui no Irecê no interior da Bahia, no sertão, a escola estava me lendo, né? E a professora veio falar comigo antes, porque muitos alunos estavam descobrindo o racismo a partir desse conto. Muitos alunos, eles estavam percebendo que eles iam nos lugares, não era porque eles estavam de boné ou não, não era porque eles estavam de chinelo ou não. Era porque existia o racismo. (SANTO, Entrevista 2021)

Nilma Lino Gomes afirma que o comportamento individual é influenciado pelas representações construídas sobre o corpo e o cabelo de pessoas negras dentro de uma sociedade racista. “Existem em nossa sociedade, espaços nos quais os negros transitam desde criança, em que tais representações reforçam estereótipos e intensificam as experiências do negro com o seu cabelo e o seu corpo. Um deles é a escola.” (GOMES, 2002, p. 43).

Por essa perspectiva, a escola é um espaço onde não somente os conteúdos e saberes escolares são aprendidos e compartilhados, “mas também valores, crenças, hábitos e preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade.” (GOMES, 2002, p. 40). A escola é um espaço de produção e reprodução de práticas racistas. Assim, as entrevistadas falaram sobre as próprias experiências e sobre os maltratos sofridos por personagens negros presentes nos livros e nas histórias que ouviam na infância:

Na escola era uma época em que indicavam Monteiro Lobato, né? O qual eu não me identificava de jeito algum. Era dor. Doía demais ler aqueles livros com aqueles xingamentos a pessoa negra, que tornou minha vida, tornaram, né? Os livros e os xingamentos, o conteúdo dos livros de Monteiro Lobato tornaram a minha vida um inferno na década de 1970 e 1980 por conta dos xingamentos que as crianças viam ali livremente na boca daquela

boneca insuportável que é a Emília e as crianças reproduziam isso em sala de aula, no pátio. Era muito sofrido. (OLIVEIRA, 2021).

Padrões estéticos e sociais externalizados por meio de discursos, ações e reproduções negativas operaram nas vidas das autoras. São marcas presentes nas repostas das entrevistadas e nas lembranças de Carolina:

Amanhã, eu não volto mais aqui. Eu não preciso aprender a ler. É que eu estava revoltada com os colegas de classe por terem dito quando eu entrei:  
 -Que negrinha feia!  
 Ninguém quer ser feio.  
 -Que olhos grandes, parece sapo. (JESUS, 1996, p.125).

Nilma Lino Gomes questiona se esses discursos de estereótipos e preconceitos contra os corpos negros são superados, destacando o peso da trajetória escolar na conformação da identidade negra. A estudiosa parte do pressuposto de que:

A maneira como a escola, assim como a nossa sociedade, veem o negro e a negra e emitem opiniões sobre seu corpo, o seu cabelo e sua estética deixa marcas profundas na vida desses sujeitos. Muitas vezes só quando se distanciam da escola ou quando se deparam com espaços sociais em que a questão racial é tratada de maneira positiva é que esses sujeitos conseguem falar sobre essas experiências e emitir opiniões sobre temas tão delicados que tocam a sua subjetividade. (GOMES, 2002, p.43).

O espaço da escola não é somente de aprendizagens formais. Nele são travadas interações entre os sujeitos, baseadas em valores referentes às questões de gênero, étnicas, sociais, econômicas, culturais, entre outras.

O discurso pedagógico proferido sobre o negro, mesmo sem referir-se explicitamente ao corpo, aborda e expressa impressões e representações sobre esse corpo. O cabelo tem sido um dos principais símbolos utilizados nesse processo, pois desde a escravidão tem sido usado como um dos elementos definidores do lugar do sujeito dentro do sistema de classificação racial brasileiro. (GOMES, 2002, p.43).

É possível identificar os efeitos da padronização e classificação racial neste trecho de Carolina:

Eu sabia que era negra por causa dos meninos brancos. Quando brigavam comigo. Diziam;  
 - Negrinha! Negrinha fedida!  
 A avó da minha mãe dizia:  
 - Eles são como os espinhos, nascem como as plantas.

Não compreendi, mas achei tudo isso tão confuso! Por causa dos meninos brancos criticarem o nosso cabelo:  
 - Cabelo pixaim! Cabelo duro!  
 Eu lutava para fazer os meus cabelos crescerem. Era uma luta inútil.  
 (JESUS, 2014, p. 95).

A rejeição do cabelo, como afirma Nilma Lino Gomes, “pode levar a uma sensação de inferioridade e de baixa autoestima contra a qual faz-se necessária a construção de outras estratégias, diferentes daquelas usadas durante a infância e aprendidas em família.” (GOMES, 2002, p.47).

Essas situações protagonizadas por sujeitos negros e brancos dentro do espaço escolar, embora conflituosas, se convenientemente mediadas, podem servir para efetivação de um projeto de combate ao racismo, reconhecimento das diversidades, favorecendo as relações e as aprendizagens de negro e não negros.

Com relação a presença de escritoras negras no mercado editorial atual, as entrevistadas usaram expressões otimistas, embora acompanhadas de um reconhecimento de que esta participação não está dentro do ideal.

Então, eu vejo uma grande mudança em relação à escrita preta, né? Tanto a escrita que fale sobre pretitude, mas também os pretos escrevendo sobre pretos. Nós, escrevendo sobre a gente. É, ainda é pequeno, né? A gente sabe que ainda é pequeno, mas que a gente tem conseguido chegar a muitos lugares, né? E eu acredito muito nesse mercado. Esse mercado ainda é pequeno, mas que tem sido muito relevante, né? (SANTO, Entrevista 2021).

A referência sobre a importância de se buscar conhecimento a respeito de escritoras de gerações anteriores, ocupou um espaço privilegiado dentre as respostas. As entrevistadas consideram que o conhecimento sobre essas mulheres, sobre o contexto no qual elas escreveram e sobre o que escreviam, encoraja outras mulheres a escreverem suas próprias narrativas.

Eu estou falando de Conceição Evaristo, Sueli Carneiro, Geni Guimarães, a própria Lélia Gonzales. Elas estavam ligadas à educação, ligadas ao movimento negro, ligadas ao espaço acadêmico e elas começaram a produzir uma movimentação cultural em torno da produção literária que despertou muitas outras mulheres pra essa produção e essa produção, ela veio crescendo da década de 1970 e 1980. (RICCO, Entrevista 2020).

Anamô Soares ressalta o papel da mediação e difusão da literatura produzida por mulheres negras:

Não sei se estou sendo muito otimista, mas é um débito muito sério, por isso eu acho que a gente tem que ser muito intensa, né? Com as publicações e difusão, não só quem publicou, mas também quem media, né? Abrir um livro. Tornar essa história, porque no momento que você lê o texto, ele levanta e anda. Se o livro ficar fechado, de repente ele não vai atingir o objetivo dele que é a transformação. Então, tanto as escritoras, como as mediadoras de leitura literária, contadoras de histórias e as famílias também, que fazem a leitura sem ser profissionais. O gesto de abrir um livro de uma escritora negra já é um ato revolucionário. (SOARES, Entrevista 2021).

Quatro das sete entrevistadas mencionaram editoras que apresentam propostas de diversidade dentro do mercado literário a partir das relações étnico-raciais e de gênero.

Ainda longe do ideal, mas em processo visível de aumento de escritoras negras dentro deste mercado. Além das editoras independentes, que cada vez mais se impõem, de maneira muito criativa ao mercado editorial publicando mulheres negras (e também homens). Quero aqui ressaltar a presença das editoras ditas negras e/ou que têm essa especificidade racial em seu catálogo. Elas são relevantes em seu processo: editora Malê, a editora Pallas, a editora Mazza, a editora Nandyala, para citar algumas. O trabalho de Conceição Evaristo junto ao mercado editorial e sua presença forte nos eventos literários de grande repercussão, como Jabuti, Flip, bienais e festas literárias espalhadas pelo Brasil fizeram a diferença nessa transformação do mercado editorial que reafirmo aqui que ainda está longe do ideal, mas com conquistas satisfatórias. (ROSA, Entrevista 2021).

Carolina era consciente dessa organização, ocupação de espaços e desigualdades sociais. No dia 30 de novembro de 1960, já tendo publicado *Quarto de Despejo* e vivendo fora da favela, fez o seguinte registro:

[...] Os cultos tem um lugar ao sol. A raça preta não deve ser indecisa. Não projetar, mas procurar realizar concretisar, só os ideaes – Declamei as Noivas de maio. – O prefeito gostou da poesia. A poesia tem erros gramaticaes. Não ha possibilidade de correção. É uma advertência social. (JESUS, 2021, p.15).

O recorte social e racial feito por Carolina nos ajuda a entender que o sucesso de textos literários não depende apenas da qualidade da narrativa. Independentemente do gênero literário, do estilo e de técnicas utilizadas, a aceitação dependerá, e muito, de fatores externos.

Como explica Sandra Reimão:

Por elementos internos, entendemos o assunto, o enredo, as técnicas narrativas, o estilo etc. Por elementos externos entendemos, entre outros, a popularidade do escritor, que pode advir da divulgação de algum evento



pessoal ou de seus trabalhos por outros meios como jornais, revistas, televisão, campanhas de marketing etc. (REIMÃO, 2018, p.53).

Aos elementos externos acrescentaríamos os marcadores identitários cor, gênero e raça, como fatores importantes e determinantes na recepção de obras literárias. Como salienta Zilá Bernd em sua obra *Introdução à literatura negra*, “não podemos ser ingênuos a ponto de ignorar os processos de manipulação que sofrem os textos literários e que seu sucesso ou seu esquecimento podem ser forjados de acordo com determinados interesses” (BERND, 1988, p. 17).

Quem escreve, o faz para ser lido e com Carolina não era diferente. Ela preocupava-se com a recepção dos seus textos e demonstrava interesse sobre as opiniões de críticos, jornalistas e outros autores em relação ao que ela escrevia. “Quando cheguei em Osasco. Comprei o Estado de São Paulo para ler o mais vendido. Era o *Quarto de despejo*. Fiquei alegre.” (JESUS, 2021, p.57).

Assim como Carolina, pesquisadores, autores, leitores e público geral utilizam as listagens de vendas e premiações como referenciais para análise de recepção de obras literárias. São dados como os divulgados pelo SNEL (sindicato nacional dos editores de livros) que apontam um aumento de vendas de livros em 2021 de 33% em relação ao ano de 2020 e de 31% em relação ao ano de 2019 quando ainda não atravessávamos a pandemia da Covid-19.<sup>30</sup>

Conforme o exposto por Maria Aparecida Salgueiro, por razões diversas, a partir dos anos 90 do século XX presenciamos

O levante de uma grande virada que traz à luz e valoriza, entre outros adjetivos, as literaturas de origem afro. Grupos com pontos comum se (re)organizam na sociedade, tal organização é obviamente refletida na produção cultural, e a literatura desses grupos se posiciona sob a égide de um novo perfil. Ou seja, grupos até então considerados sem produção literária começam a apresentá-la, e principalmente, passa-se a conhecer produções anteriores suas até então desconhecidas ou julgadas inexistentes. (SALGUEIRO, 2004, p.38).

É possível constatar a presença de escritores e escritoras negras ocupando o topo das listagens de vendas e de premiações. No ano de 2020 o livro *O Pequeno manual antirracista* da filósofa Djamila Ribeiro pareceu como o livro mais vendido pela Amazon Brasil. O mesmo feito ocorreu com o romance *Torto arado* do escritor e geógrafo Itamar Vieira Junior

---

<sup>30</sup>Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/materias/2021/12/07/varejo-de-livros-supera-numeros-pre-pandemia-e-setor-fala-em-crescimento-de-25-em-relacao-a-2020>. Acesso em: 18 maio 2022.

no ano de 2021. O livro de Itamar, com tema que envolve questões sobre racismo e posse de terra, já havia vencido os prêmios Oceanos e Jabuti, este último é considerado a principal premiação da literatura brasileira. No ano de 2021, o livro vencedor na categoria romance literário na 60ª edição prêmio do Jabuti foi *O Averso da pele* de Jeferson Tenório, abordando questões sobre negritude, violência e relações familiares. Ainda no ano de 2021, a presença de autores negros ou de livros com questões raciais, tiveram destaque no prêmio *Camões*, o mais importante prêmio literário da língua portuguesa, tendo como vencedora a moçambicana Paulina Chiziane.

É possível afirmar, que vivemos um contexto da presença crescente de escritoras negras dentro do mercado editorial. Nomes como Conceição Evaristo, Elisa Lucinda, Eliana Alves Cruz, Cidinha da Silva, Cristiane Sobral, Sonia Rosa, Kiussam de Oliveira, Lia Vieira, Jarid Arraes entre outras vêm aparecendo como produtoras de narrativas literárias com certo reconhecimento na academia, entre os leitores e nas premiações.

Apesar dos dados acima mencionados, entretanto, a representação de escritoras não brancas no mercado editorial é ainda, bem pequena em relação a totalidade das obras publicadas, remetendo-nos à necessidade coletiva das mulheres negras para que suas histórias sejam lidas.

Embora os dados do PNAD de 2019 apontem um número maior de negros e pardos em relação ao número de brancos<sup>31</sup> e um número maior de mulheres em relação ao número de homens<sup>32</sup>, se ver dentro das histórias e ler narrativas com referenciais e experiências vividas, não é para negros e negras, algo tão fácil de ser experimentado.

Como nos mostra Regina Delcastagné, ainda mais gritante que a pouca presença de mulheres entre os autores publicados, é a discrepância quando o recorte é racial, sendo maciça a presença de autores brancos como categoria coletiva. (DELCASTAGNÉ, 2002, p.182).

Um ponto fundamental na argumentação de Cuti sobre a autoria e a recepção de obras literárias é o de que um escritor não deve ser julgado pela sua identidade racial. A identidade negra, apesar de profunda, é mais uma entre as muitas que constituem os indivíduos. Para o estudioso, “o que envolve qualquer identidade é a possibilidade de pensar-lhe as motivações e impedimentos projetados nos textos, pois elucidam aquilo que expõem e aquilo que camuflam e o que conseguem extrair de beleza.” (CUTI, 2010, p.86).

---

<sup>31</sup>Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 18 maio 2022.

<sup>32</sup>Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>. Acesso em: 18 maio 2022.

No capítulo 6 da *Literatura negro-brasileira, Identidade por dentro*, Cuti discorre sobre a questão identitária, analisando a presença de negros como personagens do ponto de vista de autores brancos. Na visão do autor, nessas narrativas essas personagens aparecem como caricaturas, com a humanidade bloqueada, sem função, sem história ou retratados em condição servil.

Cuti afirma também que a verossimilhança é como uma ilusão de testemunho importante para a literatura, isto é, quando lemos um texto ou um poema e isto nos parece uma verdade. A verossimilhança precisa ser referendada por alguém, e “este alguém só pode fazê-lo com base em seus referenciais, sua experiência de vida. Os sentimentos mais profundos vividos pelos indivíduos negros são o aporte para a verossimilhança da literatura negro-brasileira.” (CUTI, 2010, p.87). E continua “Compreender a história e se ver dentro dela leva o indivíduo a estabelecer vínculos afetivos capazes de gerar um comprometimento no campo das ideias.”, isto é, o indivíduo negro consciente das injustiças sofridas pela população negra no passado e no presente é envolvido pela idealização de um todo, compreendendo que ele também faz parte da trajetória desse todo. (CUTI, 2010, p.91).

Atualmente, embora o lugar da autoria continue sendo ocupado principalmente pela representação masculina e branca, estamos vivendo um cenário de discussões e ampliações de conquistas provenientes de lutas antigas por direitos básicos. Não se pode falar de uma literatura produzida no Brasil por homens e mulheres negras, sem falar de ações em conjunto ligadas aos movimentos negros principalmente a partir dos anos 1970, década marcada pelas ações combativas de grupos em relação à discriminação racial e busca de uma identidade negra positiva.

Foi no contraditório e efervescente ano de 1978, em que o governo militar, ao mesmo tempo que reprimia as greves do ABC, baseando-se em decretos-leis, revogava atos de banimento de dezenas de pessoas; em que houve eleição direta para deputados e senadores, porém sob uma nova lei de segurança nacional então imposta. (CUTI, 2010, p.126).

Essas movimentações culminaram com a criação em julho de 1978 do “MNUCDR (Movimento Negro Unificado contra Discriminação Racial) – hoje MNU – com um ato público em frente ao Teatro Municipal de São Paulo.” (CUTI, 2010, p.127).

A escritora Kiussam de Oliveira falou sobre o próprio engajamento e sobre a relevância dos movimentos negros nas lutas por espaços.

Eu faço parte desde a minha adolescência do MNU (Movimento Negro Unificado) que deu o tom da questão racial na Constituição Brasileira, por exemplo. É o grande movimento brasileiro, o movimento negro. O MNU é o pai de todos os contemporâneos que estão aqui agora. E ele é filho dos movimentos anteriores, da imprensa negra e de Zumbi e Dandara, enfim, nós temos tido conquistas incríveis. O movimento negro brasileiro se organizou, se abriu aos brancos, coisa que não era algo pensado. Eu defendia isso e era uma voz solitária[...]Entendo que sempre fomos estrategistas. O movimento negro brasileiro é formado, é constituído por pessoas extremamente estrategistas, porque afinal de contas negros que se entendem como negros nascidos no Brasil se conseguiram estar em movimentos socialmente organizados como os movimentos negros é porque, enfim, chegou vivo até hoje. Conseguiu driblar as violências de alguma forma e colocar à disposição da luta, seus corpos. Então o movimento negro, ele é fundamental. E o engajamento da sociedade civil em relação ao movimento, eu entendo que é um engajamento muito frágil e poderia ser muito maior, mas isso é fruto do racismo que tem estruturado o Brasil e pra mim é fruto de uma categoria que eu entendo que qualquer trabalho acadêmico precisa dar conta de trazer, qualquer trabalho acadêmico que trate das questões raciais, enfim, tratar a humilhação como categoria de análise. (OLIVEIRA, Entrevista 2021).

Sonia Rosa também destacou conquistas importantes a partir da atuação dos movimentos negros:

O movimento negro tem atuado bastante na formação de negros e negras desse país. As conquistas legais como as ações afirmativas, as leis de cotas e a lei da educação 10.639/2003 foram fruto de posicionamentos incisivos do Movimento negro que se fez presente na constituição de 1988. Historicamente falando, a contribuição do Movimento Negro tem sido fundamental para os avanços das pautas negras em nosso país. A doutora Nilma Lino Gomes em seu livro *O movimento negro educador* explicita muito bem todo o caminho dessa presença marcante para o fortalecimento das identidades negras com repercussões relevantes na sociedade civil. (ROSA, Entrevista 2021).

A escritora Simone Ricco traça um percurso da atuação desses grupos em movimento:

Então, o movimento negro brasileiro, a gente tem um momento que ele é abraçado, ele é reconhecido, ele é valorizado, mas o que predomina é um estigma que existiu no início e aí a gente teve uma tréga e esse estigma voltou a ser alimentado mais recentemente. Então eu percebo que esse movimento foi reconfigurado. Aquela coletividade que era mais forte e que as pessoas marcavam mais o seu lugar como pertencentes ao movimento negro, ela foi um pouco diluída. As pessoas se posicionam em sintonia com uma movimentação coletiva, mas hoje você vê muito menos a institucionalidade. Eu sou do MNU, eu sou da frente negra, né? Que isso em alguns momentos era bem marcado. Hoje são as posições, as posturas, os discursos é que marcam essa pertença. Então eu percebo que nós somos hoje muitos negros e negras em movimento. Em movimento que são diferenciados. Tem movimentos que acontecem na cultura, tem movimentos que acontecem dentro de outros segmentos, dentro da educação, mas a

institucionalidade, eu acho que aconteceu uma ruptura que é em parte boa e em parte fragiliza. Em parte é ruim e acho que acaba, acabou instituindo, de uma certa forma, uma perda de uma unidade mesmo, né? [...] Então eu vejo, os movimentos negros hoje como desafios que são assumidos individualmente, mas que vão ficar menos pesados e mais prazerosos se a gente coletivamente conseguir de fato se aquilombar, além dessa parte mais festiva, na parte real, na parte que nos dá proteção mesmo. Nos dá blindagem. Então eu vejo hoje como movimento, né? Ele tá muito singularizado e eu desejo muito que a gente consiga fortalecer a coletividade. (RICCO, Entrevista 2020).

Esta resposta é muito significativa para percebermos as mudanças ocorridas dentro dos movimentos negros desde a atuação inicial marcadamente revolucionária e contestadora até as estratégias para uma transformação mais ampla dentro da militância negra. Concomitantemente com essa movimentação de grupos negros de caráter militante, político e cultural, os anos de 1970 abrigaram as reuniões de poetas negros. Nesses encontros a poesia sempre se fazia presente, quer em representações dramáticas, quer em simples declamações”. (CUTI, 2010, p. 126). Eram encontros de manifestações artísticas e de conscientização política onde escritores mais novos encontravam-se com escritores de gerações anteriores. Entre esses grupos destaca-se o formado por Cuti, Hugo Ferreira, Jamu Minka, entre outros, que idealizou, organizou e publicou os *Cadernos negros*, já aqui mencionados.

O citado Cecan<sup>33</sup> (hoje extinto), local de reunião de diversas tendências, abrigou as primeiras discussões em torno de uma proposta conjunta entre poetas negros. Inicialmente Cuti (Luiz Silva) e Hugo Ferreira (quem sugeriu o nome *Cadernos negros*) propuseram o trabalho baseando-se em experiências anteriores. (CUTI, 2010, p.128).

Inicialmente, eram coletâneas mimeografadas de poesias de autores negros. Considerado um marco, os *Cadernos negros* foram publicados pela primeira vez em 1978 e nas palavras do poeta, Cuti:

É fundamentalmente um esforço coletivo de todos que participaram e participam com seus textos, dinheiro e confiança naqueles que, dentre eles, empenham-se na organização e realização prática do trabalho. A vida literária, dinamizada a partir dos *Cadernos*, é um outro capítulo desta pequena parcela da grande história do negro interagindo e, do dizer de Jamu Minka, literaturagindo no mundo inteiro. (CUTI, 2010, p.129).

---

<sup>33</sup> Cecan – Centro de Cultura e arte negra, naquela época situado na rua Maria José, nº 450, no bairro do Bexiga, capital paulista, foi o ponto de encontro entre escritores que iniciaram a série. Ali se articulou a Feabesp – Federação das Entidades Afro-brasileiras do estado de São Paulo – entidade responsável pela publicação do *Jornal negro* também lançado em 1978). (CUTI, 2010, p.126).

Inspirado em Carolina Maria de Jesus, Hugo Ferreira escolheu o nome de *Cadernos* para essas antologias de poesias e contos de escritores e escritoras negras.

Em 1977 tinha morrido a Carolina (Maria de Jesus), e ela escrevia em caderno; a gente também escrevia nossas poesias em cadernos, somos de uma geração anterior ao computador e muita gente não tinha máquina. Uma coisa muito simples se tornou uma coisa muito forte, os cadernos eram algo nosso. (COSTA, 2008, apud FERREIRA).

O grupo deu origem ao *Quilombhoje*, que a partir de 1983 passou a assumir coletivamente a feitura dos *Cadernos negros*.

Diferentemente das escritoras norte-americanas que não se envolvem diretamente no movimento negro que de certa forma as alija da ação política como se isso fosse prerrogativa do sexo masculino, as escritoras brasileiras participam ativamente principalmente dos grupos literários. O melhor exemplo é o grupo *Quilombhoje* de São Paulo no qual as mulheres associam suas vozes à denúncia comum do preconceito e da discriminação raciais sem deixarem de veicular a especificidade da problemática feminina. (BERND, 1989, p.140).

Os *cadernos* são considerados manifestações literárias importantes como instrumentos de luta e resistência de pessoas negras e a participação de mulheres vem aumentando gradativamente desde as primeiras publicações. Participações importantes, pois como nos mostra Carolina Costa, estas publicações servem também

Para dar visibilidade à produção literária da mulher negra, esta que foi e é tão importante no Movimento Negro e que nas primeiras edições esteve presente em pequeno número e que, no *Cadernos Negros* volume 30, aparece em maior quantidade, demonstrando assim que a escrita da mulher negra vem se articulando e ocupando seu espaço único e específico dentro da literatura afro-brasileira. (COSTA, 2009, p.37).

Simone Ricco também ressalta a publicação dos *Cadernos negros* como um marco importante nas trajetórias escritas de mulheres negras:

A gente marca ali os *Cadernos negros* que é de 1978, dali por diante ela veio crescendo, tanto que as primeiras edições começaram com pouquíssimas mulheres, uma mulher, duas mulheres e hoje em dia as mulheres são a maioria nas edições de contos e de poemas. Eu estarei na próxima edição de poemas que vai ser lançada em janeiro. Então essa descoberta, dessa possibilidade de colocar na rua a sua própria produção tem mobilizado cada vez mais mulheres que estão nos espaços de formação que são uma grande força de resistência na periferia, mas estas mulheres não

estão em grande número dentro do que a gente pode chamar dessa indústria literária, dessa produção editorial [...] então eu percebo que felizmente tem um encorajamento, um empoderamento das mulheres negra, entendendo que elas podem produzir suas próprias narrativas, colocando a mão na massa pra produzir, mas elas ainda não são vistas por essa parte mais industrial, a parte que movimenta o dinheiro e paga os cachês, os bons contratos ainda não é o espaço tão acessível e tão ocupado por mulheres negras na literatura brasileira. (RICCO, Entrevista 2020)

Conceição Evaristo, Cristiane Sobral, Esmeralda Ribeiro, Lia Vieira, Miriam Alves, dentre outras escritoras conhecidas do público geral, já colaboraram com contos ou poemas nos *Cadernos negros*. Entre as entrevistadas, Geni Guimarães e Simone Ricco já participaram das antologias que seguem sendo publicadas anualmente.

Após a discussão sobre os processos coletivos, propus uma reflexão sobre a importância das trajetórias individuais de mulheres negras que vêm se destacando em diferentes setores da sociedade.

Para Geni Guimarães, “Quando nós nos anunciamos através das nossas trajetórias de gente negra, estamos, como sempre digo, descrevendo a abolição dessa vez efetiva por estar gotejando as nossas verdades e sentimentos. Assim formamos, ensinamos e fazemos a comunicação e adeptos.” (GUIMARÃES, Entrevista 2022).

Para responder sobre o papel das trajetórias individuais, Kiussam de Oliveira, explicita a distinção entre literatura genérica e literatura negro-brasileira. Na visão da autora, enquanto a primeira causa prejuízos à identidade de mulheres negras, a segunda é o antídoto e a cura:

A literatura negro-brasileira, ela não foge da temática racial. Ela traz os conflitos das questões raciais para o campo literário e ali, pra mim é uma forma muito lúdica, mas também muito lúcida, trabalha a partir das emoções, zonas da psique humana que só o campo das artes conseguem trabalhar, entrar. Então, a literatura genérica pra mim, pouco tem contribuído para o empoderamento, para autoestima, resgate da autoestima, para autonomia, para a consciência coletiva das mulheres negras e a literatura negro-brasileira de encantamento infantil e juvenil, a linebeiju, que tenho trabalhado nesse campo teórico proposto por mim, tem o poder de curar as feridas tanto das crianças quanto de adultos negros e negras. (OLIVEIRA, Entrevista 2021).

Para Anamô Soares, quando mulheres ocupam espaços que até então eram ocupados predominantemente por homens brancos, elas estão conquistando territórios e na opinião da autora, quando uma mulher assume um papel de destaque, ela está mostrando que é possível.

A arte é um lugar assim muito sensível, né? É diferenciado. É claro que quando a gente encontra uma preta juíza, uma preta advogada, uma preta médica da mesma maneira é um norte pra gente espelhar, incentivar, crescer cada vez mais, mas quando você fala em arte em um país como o Brasil, a gente tem que dar um destaque especial, porque parece assim nas construções sociais do nosso país que a arte é algo irrelevante, você sabe. E não, é alimento básico. Hoje essas presenças dessas mulheres pretas na literatura, elas fazem um movimento totalmente diferenciado dizendo: olha eu posso estar aqui nesse lugar de deleite, nesse lugar de prazer. Então é como se fosse uma grande revolução humana, na minha leitura, né? A gente pode estar na arte também, não só no arado, não só no trabalho braçal, não só no magistério, porque o magistério é sempre o grande sonho de todas as mulheres. Hoje em dia tem milhares de possibilidades e a arte é uma dessas possibilidades. Quando mulheres fincam lá sua bandeira e mostram. Kiusam de Oliveira tá mostrando pra gente: olha eu posso, você pode também. (SOARES, Entrevista 2021).

Neusa Santos Souza, psiquiatra, afirma em sua obra *Tornar-se negro* que o projeto de democracia racial alicerçado na ideia da inexistência de barreira de cor e desigualdade racial, fazia com que o indivíduo percebesse o próprio grupo como referência negativa e de onde ele teria de escapar individualmente. A ênfase era dada à capacidade e responsabilidade individual e

Assim, o negro que conseguia romper com todas essas barreiras e ascender tornava-se exceção, e enquanto exceção, confirmava a regra, já que seu êxito não trazia como consequência uma reavaliação das condições de possibilidade do negro enquanto grupo, nem uma mudança de sua posição na ordem social vigente. Como exceção, perdia a cor. (SOUZA, 2021, p.52).

O reconhecimento profissional como o apontado pela escritora Anamô Soares, é o resultado de uma militância e incide diretamente na vida de outras pessoas. Nas palavras da professora Giovana Xavier:

O manuseio do sucesso como ferramenta de militância possibilita que nossos percursos sejam interpretados como histórias de reinvenção, em vez da perspectiva racista da superação. Nosso reinventar-se é sustentado coletivamente, representando um diferencial em relação a trajetórias de sucesso no grupo racial branco. Basta compararmos as biografias de Carolina Maria de Jesus e Clarice Lispector para identificarmos muitas diferenças. (XAVIER, 2019, p.27).

Assim, trajetórias de mulheres negras que se destacam em lugares historicamente negados ou imaginados, são importantes como caminho para se pensar meios de realização de sucessos coletivos.



Após a reflexão sobre a importância das trajetórias individuais para o coletivo, analisamos a produção literária das escritoras negras contemporâneas do ponto de vista da recorrência de temas e das marcas de memórias individuais e coletivas. Nas palavras de Maria Aparecida Salgueiro,

Escrevendo da perspectiva da mulher e negra, as escritoras de origem africana examinam a individualidade e as relações pessoais como uma forma de compreensão de questões sociais complexas. Analisando dados como racismo e sexismo, institucionalizados não só na sociedade mas também na própria família e relações íntimas, as referidas autoras focalizam dilemas que atingem a todos, independentemente de raça ou sexo. No entanto, através da dor e da raiva, valorizam acima de tudo a diferença, muitas vezes expressa com otimismo. Em que aquela aparece como elemento de construção e crescimento. (SALGUEIRO, 2010, p.15).

Ainda hoje quando nos debruçamos sobre a obra de Carolina Maria de Jesus com o objetivo de dimensionar a importância e o fenômeno literário produzido pela autora, podemos perceber que mesmo diante das transformações sociais e da luta pela conquista de espaço, temas desenvolvidos em 1960 continuam extremamente atuais e mulheres negras continuam buscando ter sua voz ouvida pela sociedade.

Ser negra num mundo dominado por brancos, ser mulher num espaço regido por homens, não conseguir fixar-se como pessoas de posses num território em que administrar o dinheiro é mais difícil do que ganhá-lo, publicar livros num ambiente intelectual de modelo refinado, tudo isto, reunido fez da experiência de Carolina um turbilhão. Altos e baixos marcaram suas peripécias.” (MEIHY; LEVINE, 2015, p. 70).

As sete escritoras participantes das entrevistas sinalizaram as confluências que marcam escritas de mulheres negras. A literatura, de acordo com as respostas dadas, é atravessada pela experiência de ser mulher e ser negra dentro da sociedade brasileira. Essas confluências, de acordo com Simone Ricco, acontecem na maioria das escritas, porque elas partem da autorrepresentação.

“Ela vai trazer características especialmente do diálogo com a ancestralidade. Características que vão ser ligadas às relações étnico-raciais, às relações raciais que se vive no Brasil.” (RICCO, Entrevista 2020).

Além da recorrência nos temas, as escritoras atribuíram à escrita produzida por mulheres negras o caráter transformador e de denúncia como nos traz Sonia Rosa:

Quando a gente escreve, a gente se inscreve... premissa importante que se costuma dizer por aí. Claro que uma escrita feminina e negra tem as marcas dessa racialidade e desse recorte de gênero. E isso faz toda a diferença. Vivemos em um país racista e sexista, logo a nossa maneira própria de dizer, de se anunciar, tem muita força. As escritas negras são referências para outras mulheres e podem atuar como letramento racial para os leitores não negros e não mulheres. (ROSA, Entrevista 2021).

Nas palavras de Geni Guimarães, “as narrativas escritas por mulheres negras surgem com as características de informar, denunciar e anunciar. (GUIMARÃES, Entrevista 2022).

Além dos sonhos, dos anseios, das lutas e crítica social, a mulher negra revelará o amor e o afeto em sua produção literária. A herança da escravização de negros deixou resquícios na maneira de sentir e externalizar o amor. A feminista bell hooks declara que ao falar sobre mulheres negras, geralmente falam da capacidade de sobrevivência e enfrentamento das adversidades, porém

Quando nós, mulheres negras, experimentamos a força transformadora do amor em nossas vidas, assumimos atitudes capazes de alterar completamente as estruturas sociais existentes. Assim poderemos acumular forças para enfrentar o genocídio que mata diariamente tantos homens, mulheres e crianças negras. Quando conhecemos o amor, quando amamos, é possível enxergar o passado com outros olhos; é possível transformar o presente e sonhar o futuro. Esse é o poder do amor. O amor cura. (HOOKS, 2021, p.7).

Kiussam de Oliveira afirma que as narrativas de escritoras negras são revolucionárias, chamando à atenção para a produção manifestada em primeira pessoa,

Quando elas traçam, quando nós traçamos um poema, nós traçamos a partir do mapa da nossa vida, das nossas experiências, das nossas realidades de exclusão e da necessidade de cura, da necessidade de falar de amor que nós sentimos. Então, uma dessas características pra mim é falar de dentro, é mergulhar nas experiências da exclusão. É refletir sobre o racismo, sobre os preconceitos, as discriminações e o quanto elas nos destroem, mas ao mesmo tempo nos fortalecem. Então é a característica de falar de amor, de falar de sobrevivência, de falar de poder, de falar de ancestralidade, de falar de força, de falar sobre o feminino, de falar sobre o sagrado feminino, de falar sobre as crias, de falar sobre sororidade, de falar sobre empoderamento, fortalecimento, coletividade. São escritas que buscam a cura do próprio eu, para assim compartilhar uma possibilidade de cura para outros eus entre aspas. (OLIVEIRA, Entrevista 2021).

A partir das conversas com as escritoras, podemos concluir que as escritas produzidas por mulheres negras vão além da arte e da estética, elas contribuem pra desvelar preconceitos

e discriminação racial, além de servirem como estratégias para disseminação de ideias e encorajamento para que outras mulheres compartilhem suas narrativas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Não existe neste mundo quem não acalenta  
um sonho intimamente.  
(Carolina Maria de Jesus)*

Quando faleceu em 1977, Carolina estava praticamente esquecida. Ignorada pela imprensa e pelas instituições acadêmicas brasileiras. Houve um apagamento de sua memória e pouco se sabia a seu respeito.

A Carolina do Quarto era um produto de uma sociedade, o Brasil dos fins dos anos 50, que convivia com uma má distribuição da economia e com extremos de riqueza/pobreza dos mais abismantes do mundo. Além do mais, depois que seu livro foi lançado e bem aceito, esperava-se que fosse porta voz dos pobres e rebeldes, conclamando todos para mudanças drásticas da sociedade. Como tal não ocorreu, nacionalmente foi-lhe dado o desprezo. O que se esquece nesta circunstância é que ela almejava simplesmente escapar da miséria absoluta e dar de comer a seus filhos. (MEIRY; LEVINE, 2015, p.57).

Em sua obra *Literatura Negro-Brasileira*, da coleção consciência em debate, Cuti apresenta a literatura como um importante fator de resistência diante do silenciamento imposto durante gerações a partir da questão racial brasileira.

Sob o manto de um silêncio midiático, livros individuais, antologias de poemas, contos e ensaios e obras de referências vêm se somando para revelar um Brasil que se quer negro também no campo da produção literária, pois o país plural se manifesta no entrelaço das ideias e nos intercâmbios de pontos de vista. (CUTI, 2010, p.13)

O emudecimento de Carolina coincidiu com o golpe civil militar ocorrido em 31 de março de 1964 e com a decisão política de preservação do crescimento industrial, independentemente da permanência da pobreza, como nos explica o professor Sebe Bom Meihy:

Então, se Carolina era exemplo de um tipo miserável e se o projeto de mudança da sociedade civil não encontra caminho para correr, a força militar vinha para garantir o desenvolvimento industrial, independentemente das modificações dos padrões de pobreza. (MEIHY; LEVINE 2015, p.150).

Longe dos holofotes, em 14 de fevereiro de 1977 os jornais anunciavam a morte da escritora, ocorrida no dia anterior em Parelheiros, distrito situado no extremo sul da cidade de

São Paulo, onde Carolina residia.

Dos muitos ingredientes necessários à produção de um *best-seller*, o momento psicológico do lançamento é decisivo, Maria Carolina de Jesus, semialfabetizada (1º e 2º ano do curso primário) não sabia dessa regra, mas seu livro *Quarto de despejo*, lançado em 1960, tornou-se *best-seller* traduzido em 13 línguas e lido em 40 países, inclusive a União Soviética e o Japão. Catadora de papéis e latas, moradora da favela do Canindé (São Paulo), nascida e criada em Sacramento, Minas Gerais, viu-se de um momento para o outro, transformada em personalidade literária nacional. (O GLOBO, 1977, p.).

A matéria de quase uma página, além de ostentar um equívoco recorrente na grafia do nome da autora, falava menos sobre o que Carolina havia escrito e mais sobre a sua condição de catadora de lixo e moradora da favela, contudo um dia depois, o mesmo jornal publicou o artigo *Luzes no quarto de despejo*, no qual o jornalista e escritor, Otto Lara Resende, rendia à Carolina, homenagem. Para o jornalista, a palavra é necessária desde que haja ouvinte e “O Brasil é hoje uma multidão de ouvintes, jovens, em grande parte disponíveis, desejosos de escutar qualquer coisa mais do que o silêncio”. Sobre a escrita e sobre uma explicação possível para a volta à pobreza e ao apagamento da escritora, escreveu o seguinte:

Carolina aprendeu a ler e a escrever mais ou menos como a larga maioria dos brasileiros que sabem ler e escrever, isto é com dois anos de ensino regular. Pobre diabo, tinha todos os títulos para ser escritora e mais um: era catadora de papel; como se sabe, o papel é de todos os ingredientes o mais indispensável ao ofício de escrever. Carolina catava papel e tinha o que dizer; tinha essa mistura de raiva e ternura que leva à vã tentativa de cuspir o que bloqueia a garganta e ameaça matar por asfixia, se não for dito; não sei se queria explicar o mundo, ou se queria transformá-lo; talvez quisesse explicar-se e transforma-se, com alguma impertinência, o que acabou por devolvê-la à pobreza e à obscuridade. O êxito frequentemente detesta os que o merecem. (RESENDE, 1977, p.7).

Somente nos 1980, a volta de Carolina à cena literária começou a acontecer. Carolina, então, é redescoberta num contexto de um Brasil que vivia o fim do regime militar e o início da Nova República, quando os movimentos negros e identitários estavam mais fortalecidos e um novo feminismo passava a contemplar identidades distintas, incluindo gênero e raça nas pautas de discussão, abrindo outro espaço para a leitura da produção da escritora. A partir daí vêm sendo lançados variados e significativos estudos trazendo à luz aspectos da biografia e da produção escrita de Carolina.

Outro fator a ser considerado para que o nome de Carolina fosse reincorporado ao campo literário é a formação das associações negras, entidades culturais e as iniciativas no meio acadêmico. Grupos que, de acordo com Cuti, contribuíram para a criação de uma vida literária e reforço de uma identidade racial. “É com vontade coletiva que se fazem as particularidades culturais dignas de serem estudadas e para servirem de aprendizado a fim de formar e fazer saber sobre o país.” (CUTI, 2010, p.115)

A partir de então, os diários de Carolina ganharam força para irem além da representação exótica e testemunho documental. A escritora foi resgatada por estes grupos e sua obra valorada pelo teor criativo, importância literária e posituação da representatividade negra.

No decorrer dessa pesquisa, pudemos refletir sobre o quanto a figura de Carolina é ainda nos dias atuais, lembrada pela possível representação de grupos específicos em detrimento da própria arte por ela produzida.

A recuperação de textos, personagens e narrativas de Carolina Maria de Jesus, podem contribuir para aproximar leitores e preencher lacunas em histórias de experiências e conquistas de outras pessoas, sobretudo, homens e mulheres negras. O conhecimento de fatos e eventos estabelecem contatos com integrantes de um mesmo grupo e, segundo Maurice Halbwachs,

Não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstituição funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo (HALBWACHS, 2013, p. 39).

A partir dos elementos materiais e simbólicos presentes no espólio literário de Carolina, outras memórias podem ser enriquecidas sim, porém além disso é possível pensar no feito literário de uma escritora, cuja escrita é um marco de alguém que rompeu as barreiras contra tudo e contra todos os obstáculos impostos a uma mulher negra, pobre e com pouca escolaridade.

Quando Carolina apareceu no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, estava posicionada na margem da margem e ainda assim, foi capaz de expressar com sensibilidade e talento, uma reflexão sobre a própria situação dentro da sociedade, produzindo uma obra tão vasta e tão rica. Carolina tinha consciência de que era uma escritora e o desejo inquestionável

de ser reconhecida como tal. Desejo este parcialmente atingido durante a vida, depois amainado e que na atualidade reaparece com muita força e consistência. Hoje ela é celebrada pelo que ela realmente foi: uma criadora, uma produtora, sensível e talentosa.

No capítulo 2 desta dissertação, buscamos entender o conceito de interseccionalidade apontando para a necessidade do entrecruzamento dos marcadores identitários para amplitude do entendimento das diversidades e conseqüentemente para nos auxiliar na compreensão do fenômeno Carolina. Se por um lado Carolina continua ainda hoje causando incômodo e rejeição, por outro vem sendo reconhecida com títulos, homenagens e uma gama de estudos sobre a sua obra.

Essa discussão teórico-metodológica nos impulsionou para as entrevistas com outras narradoras, mulheres e negras no contexto intelectual e cultural contemporâneo. Uma geração de escritoras negras apontando o que significa ser hoje uma mulher e negra dentro do mercado editorial e o papel da literatura que vai além do valor de resistência ideológica. Na análise das respostas podemos evidenciar congruências, percursos literários e de vida com algumas semelhanças e diferenças nas escolhas de caminhos para produção escrita. As escritoras contemporâneas por mim entrevistadas, assim como Carolina estão sendo reconhecidas pela qualidade literária de suas produções independentemente de serem mulheres e negras. Acreditamos que com a escrita comprometida de Carolina e destas escritoras podemos construir, reconstruir, insistir e existir na literatura, no mundo, na vida.

Sigamos tocando os corações por meio das palavras!

## REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- ALMEIDA, S. L. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro/Editora Jandaíra, 2019.
- BAGNO, M. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 56. ed. São Paulo: Parábola, 2015.
- BANDEIRA, M. A humilde verdade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1960. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015\\_08&pagfis=12523](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pagfis=12523). Acesso em: 10 de dezembro de 2021.
- BARBOSA, R. *A questão social e política no Brasil*. Local: Editora, 1999.
- BOURDIEU, P. *A ilusão biográfica*. Usos e, 2005.
- BARCELLOS, S. *Diários revisados – Sujeitos retocados*. Revista Escrita, v. 2006, n. 7, 2006.
- BARCELLOS, S. *Vida por escrito: guia do acervo de Carolina Maria de Jesus*. Rio de Janeiro: Bertolucci, 2015
- BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERND, Z. Introdução à literatura negra. Editora Brasiliense, 1988.
- BERND, Z. *A Construção do feminino e da consciência negra na literatura brasileira*. Organon, v. 16, n. 16, 1989.
- BOURDIEU, P. *A ilusão biográfica*. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (Orgs.). Usos e abusos da história oral. Trad. Glória Rodríguez, Luiz Alberto Monjardim, Maria Magalhães e Maria Carlota Gomes. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 183-191.
- BOSI, A. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- CAROLINA de Jesus morre em são Paulo aos 62 anos. Autora de *Quarto de despejo* deixa livro inédito. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1977.
- CASTRO, E. De M.; MACHADO, M. N. De M. *Muito bem, Carolina: Biografia de Carolina Maria de Jesus*. Belo Horizonte: C/Arte, 2007.
- COSTA, A. *Uma história que está apenas começando. Cadernos Negros: três décadas: ensaios, poemas, contos*. São Paulo: Quilombhoje, SEPPPIR, 2008.
- COUTINHO, S. Consuni aprova título de Doutora Honoris Causa a Carolina Maria de Jesus. *Centro de Filosofias e Ciências Humanas*, [s.l.], 25 de fevereiro de 2021. Disponível em:



<http://www.cfch.ufrj.br/index.php/27-noticias/1415-consuni-aprova-titulo-de-doutora-honoris-causa-a-carolina-maria-de-jesus>. Acesso em: 10 de dezembro de 2021.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista estudos feministas*, v. 10, p. 171-188, 2002.

CUTI, L. S. *Literatura negro-brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

DALCASTAGNÈ, R. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Rio de Janeiro, Vinhedo: Editora da UERJ, Horizonte, 2012.

DALCASTAGNÈ, R. *A auto representação de grupos marginalizados: tensões e estratégias na narrativa contemporânea*. *Letras de hoje*, v. 42, n. 4, 2007.

DE, J. *Carolina*. (14 min). Brasil, 2003.

EVARISTO, C. *Ponciá Vicêncio*. Rio de Janeiro: Pallas, 2020.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIAS, T. *Carolina: uma biografia*. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FARIAS, T. Com cadernos, relatórios e cartas, acervo inédito da escritora Carolina Maria de Jesus é descoberto. *O Globo*, [s.l.], 16 de novembro de 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/614733-com-cadernos-relatorios-cartas-acervo-inedito-da-escritora-carolina-maria-de-jesus-descoberto-25277957>. Acesso em: 10 de dezembro de 2021.

FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.

FERNANDEZ, R. A. *A poética de resíduos de Carolina Maria de Jesus*. São Paulo: Aetia Editorial, 2019.

FERNANDEZ, R. A. *Carolina Maria de Jesus, uma poética de resíduos*. 2006. Dissertação (Mestrado em Literatura e Vida Social) – Universidade Estadual Paulista, Assis, São Paulo, 2006. Disponível em: . Acesso em:

FERNANDEZ, R. A. *Processo criativo nos manuscritos do espólio literário de Carolina Maria de Jesus*. 2015. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 2015. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP\\_53c4bdbe95dba1b5a222dca6a9319a6a](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_53c4bdbe95dba1b5a222dca6a9319a6a). Acesso em: 30 de junho de 2021.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GABRIEL, R. S. Em carta de repúdio, estudiosos de Carolina Maria de Jesus pedem que família de Audálio Dantas entregue cadernos da escritora. *O Globo*, 19 de novembro de 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/em-carta-de-repudio-estudiosos-de>

carolina-maria-de-jesus-pedem-que-familia-de-audalio-dantas-entregue-cadernos-da-escritora-1-25282575. Acesso em: 10 de dezembro de 2021.

GOMES, N. *Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?* Revista brasileira de Educação, p. 40-51, 2002.

GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Organização: Flavia Rios; Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRAMSCI, A. Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: *Cadernos do Cárcere*. Vol.2. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro Editora. (Original Publicado em 1950), 2004

hooks, b. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

IBGE. Pretos ou pardos estão mais escolarizados, mas desigualdade em relação aos brancos permanece. *Agência IBGE Notícias*, [s.l.], 13 de novembro de 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25989-pretos-ou-pardos-estao-mais-escolarizados-mas-desigualdade-em-relacao-aos-brancos-permanece>. Acesso em: 29 de junho de 2021.

IBGE. POF 2017-2018: proporção de domicílios com segurança alimentar fica abaixo do resultado de 2004. *Agência IBGE Notícias*, [s.l.], 19 de setembro de 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28896-pof-2017-2018-proporcao-de-domicilios-com-seguranca-alimentar-fica-abaixo-do-resultado-de-2004>. Acesso em 10 de dezembro de 2021

IBGE. *Aglomerados Subnormais 2019: classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19*. Rio de Janeiro, 18 de maio de 2020. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101717\\_apresentacao.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101717_apresentacao.pdf). Acesso em: 02 de junho de 2021.

JESUS, C. M. de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

JESUS, C. M. de. *Provérbios*. São Paulo: Luzes, [196-].

JESUS, C. M. de. *Diário de Bitita*. São Paulo: SESI-SP editora, 2014.

JESUS, C. M. de. *Meu sonho é escrever*. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019.

JESUS, C. M. de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Série Sinal Aberto. São Paulo: Ática, 2001.

JESUS, C. M. de. *Casa de alvenaria*. São Paulo. Francisco Alves, 1961.

JESUS, C. M. de. *Casa de alvenaria*. São Paulo. Companhia das letras, 2021.

KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2020.

LACOMBE, A. J.; SILVA, E.; BARBOSA, F. de A. *Rui Barbosa e a queima dos arquivos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1988.

LAJOLO, M. *Poesia no quarto de despejo, ou um ramo de rosas para Carolina*. JESUS, Carolina Maria de. Antologia pessoal. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

LAJOLO, M. Por Dentro dos Acervos: Carolina é cânone. 2017. Disponível em: <https://ims.com.br/por-dentro-acervos/carolina-e-canone/>. Acesso em: 01janeiro 2022.

LE GOFF, J. *História e memória*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990.

LONGO, I. Professor branco diz que obra de Carolina Maria de Jesus não é literatura e provoca embate no RJ. *Forum*, [s.l.], 20 de abril de 2017. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/professor-branco-diz-que-obra-de-carolina-maria-de-jesus-nao-e-literatura-e-provoca-embate-no-rj/>. Acesso em: 10 de dezembro de 2021.

LUDEMIR, J; et al. (Org.). *Carolinas: a nova geração de escritoras brasileiras*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo; Flup, 2021. Janeiro 2022.

MAGNABOSCO, M. *Reconstruindo imaginários femininos através dos testemunhos de Carolina Maria de Jesus*. Tese (Doutorado em Estudos Literários) – FALE, Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002. Disponível em: . Acesso em: 01

MARTINS, W. Lenda Carolina. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1995. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_11&Pesq=mistifica%3%a7% c3%a3o%20liter%c3%a1ria&pagfis=141038](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_11&Pesq=mistifica%3%a7% c3%a3o%20liter%c3%a1ria&pagfis=141038). Acesso em: 10 de dezembro de 2021.

MARTINS, W. Mistificação literária. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1993. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_11&Pesq=%22wilson%20martins%22&pagfis=101454](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_11&Pesq=%22wilson%20martins%22&pagfis=101454). Acesso em: 10 de dezembro de 2021.

MEIHY, J. C. S. O inventário de uma certa poetisa. In: MEIHY, J. C. S. (Org.); JESUS, C. M.de. *Antologia pessoal*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

MEIHY, J. C. S.; LEVINE, R. M. *Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

MIRANDA, F. R. de. *Os caminhos literários de Carolina Maria de Jesus: experiência marginal e construção estética*. 2013. Tese (Doutorado em Estudos Comparados de Literatura – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponíveis em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8156/tde-13112013-100432/pt-br.php>. Acesso em: 10 de dezembro de 2021.

MIRANDA, F.R. de. *Silêncios prescritos: estudo de romances de autoras negras brasileiras (1859-2006)*. Rio de Janeiro: Malê, 2019.

MOSER, B. *Clarice: uma biografia*. São Paulo: Editora Cosac Naif, 2011.

MUNANGA, K. *Uma abordagem conceitual das questões de raça, racismo, identidade e etnia*. In: III Seminário Nacional das Relações Raciais e Educação. Rio de Janeiro, 5 de nov. 2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 30 de junho de 2021.

MUNDO LUSÍADA. Livro do Brasil chega às livrarias portuguesas 60 anos depois de proibido pela ditadura Salazar. *Mundo Lusíada*, [s.l.], 19 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.mundolusiada.com.br/cultura/livro-do-brasil-chega-as-livrarias-portuguesas-60-anos-depois-de-proibido-pela-ditadura-salazar/>. Acesso em: 10 de dezembro de 2021.

MUSEU AFRO BRASIL. *O Museu Afro Brasil*. São Paulo: Banco Safra, 2010.

NASCIMENTO, G. *Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*. Editora Letramento, 2020.

PERES, E. P. *Exuberância e Invisibilidade: populações moventes e cultura em São Paulo, 1942 ao início dos anos 70*. 2006. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-16072007-104536/pt-br.php>. Acesso em: 10 de dezembro de 2021.

PERPÉTUA, E. D. *A vida escrita de Carolina Maria de Jesus*. Belo Horizonte: Nandyala, 2014.

REBINSKI, L. Novas edições reacendem polêmicas sobre Carolina Maria de Jesus. *Rascunho*, Curitiba, [n.d.]. Disponível em: <https://rascunho.com.br/noticias/novas-edicoes-reascendem-polemicas-sobre-carolina-maria-de-jesus/>. Acesso em: 10 de dezembro de 2021.

REIMÃO, S. *Mercado editorial brasileiro* [recurso eletrônico] / Sandra Reimão - São Paulo: ECA-USP, 2018.

REIS, Diego dos Santos. Lélia Gonzales: por uma filosofia em pretuguês. Disponível em: <https://www.anpof.org/comunicacoes/coluna-anpof/lelia-gonzalez-por-uma-filosofia-em-pretugues>. Acesso em 28 de maio de 2022.

RESENDE, O. L. Luzes no quarto de despejo. *O Globo*, Rio de Janeiro, Ano LII, n. 15835, 1977.

RIBEIRO, E. In: *Cadernos negros*, 2008.

SAID, E. W. *Representações do intelectual: as conferências Reith de 1993*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2005.

SALGUEIRO, M. A. A. *Escritoras negras contemporâneas*. Estudo de narrativas Estados Unidos e Brasil. Rio de Janeiro: Editora Caetés, 2004.

SANTOS, J. R. dos. *Carolina Maria de Jesus: uma escritora improvável*. Rio de Janeiro: m

SANTOS, S. A. dos. *Movimentos negros, educação e ações afirmativas*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, Universidade Federal de Brasília, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/1973>. Acesso em: 10 de dezembro de 2021.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Minas Gerais: Editora UFMG, 2010.

VOGT, C. *Trabalho, pobreza e trabalho intelectual*. In: SCHWARZ, R. (Org.). Os pobres na literatura brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1983, pp. 204-213.

XAVIER, G. *Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história*. Rio de Janeiro: Editora Malê, 2019.

## ANEXO A

### **Transcrição da entrevista com Anamô Soares, realizada em 10 de dezembro de 2021.**

Gravação feita na plataforma Zoom com tempo estimado em 17 minutos e 19 segundos.

Entrevistada: Anamô Soares

Anamô Soares é professora, contadora de histórias, escritora, especialista em literatura infantil e juvenil, idealizadora do projeto *Lê comigo*, projeto que promove a leitura literária dentro e fora da escola, contemplado com o prêmio Paulo Freire da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro em 2019.

Clarice Campos (CC): Eu estou aqui com a professora e escritora Anamô Soares. Eu sou Clarice Campos, mestranda em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa e essa entrevista vai fazer parte da minha dissertação, uma pesquisa sobre as narrativas de escritoras negras brasileiras a partir da obra de Carolina Maria de Jesus. Então, a minha primeira pergunta é aquela mais clássica: que é, como você se aproximou da literatura?

Anamô Soares (AS): Nossa que pergunta difícil, Clarice. Eu me aproximei desde criança. Meus pais não tinham muitos recursos, né? Mas a minha mãe sempre entendeu que a leitura era muito importante. Então... eu não tinha, como minha filha tem hoje, por exemplo, uma assinatura da revista do Maurício de Sousa, sabe? Mas ela juntava as moedinhas e fazia questão, todo final de semana a gente comprava um exemplar na banca de jornal. As minhas primas, né? mandavam livros pra gente. A própria sala de leitura da escola, onde eu estudava quando criança era muito viva. Então eu acho que eu sempre quis ser professora e de sala de leitura, desde criança, por causa da minha professora que se chamava Sônia. Chama Sônia. Eu Tive um reencontro com ela recentemente. São bases lá da infância e que eu começo a entender na regência da sala de leitura daqui da Escola Dom João VI, por causa do convívio com os livros diariamente, né? E mediando a leitura literária eu também podia ter meus próprios escritos. Então, a minha escrita, ela é consequência de ser leitora. Por ser leitora desde pequena, por entender o prazer e a importância desse fazer na vida, meu fazer de escritora é consequência de ser leitora. Eu nunca sonhei em ser escritora, mas é consequência. Eu acho que todos os meus fazeres com a literatura são consequências de ser professora.

(CC): Essa aí já era até um pouco a segunda. Ainda bem que você já começou. Era exatamente pra você se apresentar um pouco mais como escritora. Eu sei que você tem um livro infantil e está em coleções e antologias. Eu queria que você falasse um pouco mais sobre isso.

(AS): Bom, como a gente tem contato com a literatura da Conceição Evaristo, ela diz da importância da gente publicar, né? É essencial a publicação e até ouvi também da Sonia Rosa algo muito parecido na última FLIP que teve presencial em 2019. Ela falou “não pare, continue”. Tipo não adianta ser de um livro só, né? E aí essa primeira publicação minha foi em 2017. O livro *No Quintal da vovó Lydia* em parceria com a ilustradora Dri Mesquita pela editora Conexão 7. E depois desse livro, eu participei também de muitas coletâneas, né? No tema da literatura africana e na capoeira. O mais recente com a organização da Ana Carolina Larcot e Michel Ferreira Saraiva. Então, a gente agora fica em volta dessa questão da literatura brasileira e africana, bem nessa pegada da Sonia Rosa que é uma literatura de afeto, né? de reconhecimento, de pertencimento, onde a gente vai se reconhecendo também, porque eu, por exemplo, tive que me entender negra a partir muito da literatura. Meus pais são muito humildes, então não tinham essa consciência de trazer pra gente esse pertencimento, né? e consciência de luta, e a gente vai buscando isso. Eu já busco isso depois da fase adulta, mais lá para os 25 anos de idade e aí eu percebo o quanto é urgente ser consciente e lúcida pra passar esses ensinamentos para os meus estudantes e as minhas estudantes. A gente não pode, simplesmente, achar que é um tema irrelevante. É um tema essencial. Não por acaso estamos amparados pelas leis, né? Na LDB, sempre incentivando a conscientização dentro das escolas. Então, hoje, eu me considero uma escritora, porque eu, realmente, tô muito focada nos temas de África, mas ao mesmo tempo também muito conectada com a minha liberdade de escrever sobre qualquer tema. O meu livro, o primeiro, fala sobre essa questão da proteção animal, que é uma frente que eu tenho muito forte. Então, a gente vai vivendo o tempo inteiro com a consciência que precisa tá dentro dessa esfera, desse ambiente, né? de uma educação antirracista e também exercitando outras escritas, né? Essas escritas outras que sejam do nosso prazer e do nosso afeto.

(CC): E a escritora Conceição Evaristo que você citou, ela fala que escrever é um ato político e que publicar também. Então realmente é o que você falou, não pode ficar num só, né? tem que publicar e publicar. E como você vê então, a participação atual de escritoras negras no mercado editorial brasileiro?

(AS) Lindíssima essa participação. A gente agora está numa edição, nesse momento dessa entrevista, né, Clarice? Com a edição, a vigésima edição da bienal do livro. Tem um espaço lindo lá da Prefeitura do Rio de Janeiro, chamado *Paixão de ler*, que é um projeto com mais de 20 anos de estrada, se eu não me engano são 26 anos ou 28 e tem acontecido coisas lindas, tanto nesse espaço reservado como em outros espaços da bienal. Outras festas literárias também. E pra isso nós temos referências muito importantes pra nortear o nosso olhar. Muitas escritoras negras. Então é essencial, é o tempo certo. Eu acredito que a gente tem um débito muito grande, social, assim que eu acho que é reparado. Não sei se eu estou muito otimista, mas é um débito muito sério, por isso eu acho que a gente tem que ser muito intensa, né? com as publicações e difusão, não só quem publicou, mas também quem media, né? Abrir esse livro, tornar essa história, porque no momento que você lê o texto, ele levanta e anda. Se o livro ficar fechado, de repente ele não vai atingir o objetivo dele que é a transformação. Então, tanto as escritoras, como as mediadoras de leitura literária, contadoras de histórias e as famílias, também, que fazem leitura sem ser profissionais. O gesto de abrir um livro de uma escritora negra já é um ato revolucionário. Tá um cenário bonito, né? E tá um cenário assim também muito justo nessa questão da reparação. Hoje acontece um movimento assim de vida, de incentivo a publicação. Existem escritoras maravilhosas aí chegando no cenário. Eu vou dar só um destaque pra Juliana Correia do *BaObazinho*, ela publicou recentemente *Futebol e assombração* e tem outras renomadas que a gente já conhece de longa data, né? A própria Sonia Rosa, a Sinara Rúbia, são nomes muito importante e a gente fica muito feliz, inclusive com uma iniciativa como a FLUP, que está sempre incentivando as mulheres a escreverem. Clarice tá na publicação das *Carolinas* e eu acredito hoje que o cenário está bonito, tá necessário e essencial.

(CC): É bom que você já vai falando que está sempre à frente. A próxima pergunta seria justamente essa: como a senhora analisa o movimento negro brasileiro, mas como a senhora percebe o engajamento da sociedade civil em relação ao movimento?

(AS): Hoje eu percebo muito mais conscientização e tem a vantagem da tecnologia. Esse advento da comunicação mais aproximada. Se a gente for fazer um contexto da década de 80, 90, a internet não tinha esse alcance que tem hoje. Então tudo hoje viraliza, como chamam, né? E aí, mesmo que seja uma opinião, de repente polêmica, às vezes, porque são movimentos negros, né? Não existe um movimento só. Às vezes, as pessoas querem debater. Tomara que



seja um debate sadio, né? porque eu acredito que quando se discorda também não tem que ser uma grande guerra. Não tem que ter um *hater*, porque você comentou uma coisa diferente, mas um debate sadio, assertivo, de crescimento. As pessoas hoje tem que focar nos assuntos, porque eu acho que se acreditava muito que não tinha que tocar no assunto, que isso não se discutia, tanto que veio a expressão preconceituosa *mimimi*, essa expressão ela é totalmente preconceituosa, porque é como você julgar a dor do outro, né? Quem tá sentindo sabe o que está sentindo. A gente tem que respeitar e exercitar a escuta. Eu acho que a sociedade com o advento da tecnologia, das comunicações, as redes sociais têm papel muito relevante nesse cenário. Hoje está num momento, que eu diria que é um momento de agitação. Aquele caos que precede a algo novo. A gente não chegou nesse algo novo, nessa nova realidade mais consciente e mais humana, né? De uma educação e uma cultura mais antirracista. Ainda não chegamos, mas estamos em movimento. Começou uma caminhada em direção a isso e aí eu sempre falo, realmente, muito otimista, né? Essa caminhada, eu acredito, está na direção certa, mas ainda tem muitos passos pra caminhar. É uma estrada muito longa e realmente precisa de muita união pra quando um tiver cansado, o outro vai lá e fortalece. Os movimentos têm que encontrar formas de diálogos, que sejam sadios, que sejam profícuos. Dialogar sim, mesmo num embate de ideias, num embate, mas com respeito sempre, mas dialogar bastante, procurar união no que for possível. Pra essa caminhada continuar sempre, ela tem que ter constância, porque a gente não pode parar. Não tem tempo pra parar pra beber água, sabe? Tem que andar, andar e andar. É como uma maratona, tem que andar pra frente, porque o débito é muito grande, Clarice.

(CC): Todas as minhas entrevistadas falam isso: Não acabou não. Não pode parar.

Bom, não só na literatura, mas as mulheres negras têm ocupado um espaço, aí, vem se destacando em diversos setores da sociedade como um todo, mas qual é a importância na literatura, das trajetórias individuais de mulheres negras que vêm se destacando em diversos setores da sociedade?

(AS): Na arte, a arte é um lugar assim muito sensível, né? E diferenciado. É claro que quando a gente encontra uma preta juíza, uma preta advogada, uma preta médica da mesma maneira é um norte pra gente espelhar, incentivar, crescer cada vez mais, mas quando você fala em arte num país como o Brasil, a gente tem que dar um destaque especial, porque parece assim nas construções sociais do nosso país que a arte é algo irrelevante, você sabe. E não, é alimento básico. Hoje essas presenças dessas mulheres pretas na literatura, elas fazem um movimento

totalmente diferenciado dizendo, “olha eu posso estar aqui nesse lugar de deleite, nesse lugar de prazer.” Então é como se fosse uma grande revolução humana, na minha leitura, né? A gente pode estar na arte também, não só no arado, não só no trabalho braçal, não só no magistério, porque o magistério é sempre o grande sonho de todas as mulheres. Hoje em dia, tem milhares de possibilidades e a arte é uma dessas possibilidades. Quando mulheres fincam lá sua bandeira e mostram. Kiusam de Oliveira, tá mostrando pra gente, olha eu posso, você pode também. Eu sou capaz, eu posso tá nesse espaço aqui, é uma busca de território mesmo, sabe? Porque a literatura foi muito tempo e ainda é de predominância masculina branca. Até nosso próprio Machado de Assis foi clareado na pele, nas fotos. Então, era uma predominância masculina branca que hoje os homens brancos devem tá todos se sacudindo aí de nervoso. Ainda bem, porque a gente chegou e chegou pra ficar.

(CC): Você até já falou um pouco sobre isso, sobre essa liberdade de escrever sobre tudo, mas ao mesmo tempo falou dessa literatura de afeto que é um conceito que ainda está sendo construído, eu acho, pela Sonia Rosa e falou também da escrevivência, que é esse conceito cunhado pela Conceição Evaristo e aí a última pergunta é essa: Existem características que marcam especificamente as narrativas escritas por mulheres negras?

(AS): Existem e aí a gente vai pensar até nas próprias *Cartas para Carolina*, né? Toda literatura, ela tem o aval, por ser arte, de ser um espaço de contação de mentira, de criação de mundos. A gente pode criar novos mundos e isso é bem-vindo, mas quando uma mulher preta escreve, quando ela tá com a caneta em punho ou o computador nos dedos, seja digitando ou redigindo, é impossível não ver aquela verdade daquela mulher saltando pelos poros. Seja uma trama que ela criou pra fazer um romance, ou a narrativa, ou conto, mas é imprescindível ali você ler, não tem caminho pra ser diferente, como a mulher se entrega naquela escrita. Tem muito da vivência dela, mesmo que ela crie um personagem totalmente diferente, mas tem ali as trajetórias, tem as marcas de vida, tem um diferencial. E a gente vai em contato com essas literaturas. Quando a gente pega os livros, eu sempre destaco pra Conceição Evaristo, não tem outro jeito pra mim. Quando você pega os livros da Conceição, ela cria outros mundo, mas como tem a Conceição ali em tudo, em cada página. Parece que se você pegar um texto sem saber de quem é, você vai reconhecer, tanto pelo estilo, tanto por esta entrega. Há pouco tempo, eu começo a montar meu acervo somente de literatura de mulheres negras, eu percebo que elas se entregam muito e isso porque tem muito mais verdade.

(CC): Então, é isso. Eu agradeço muito sua colaboração na minha pesquisa. Eu vou fazer a transcrição e dar a devolução pra sua aprovação, Muito obrigada mesmo.

(AS): Eu que agradeço, meu amor. Eu que agradeço pela oportunidade.

## ANEXO B

### **Transcrição da entrevista com Elisa Pereira, realizada em 11 de novembro de 2021.**

Gravação feita na plataforma Zoom com tempo estimado em 23 minutos e 39 segundos.

Entrevistada: Elisa Pereira.

Elisa Pereira nasceu em 1975, na cidade de Belo Horizonte e, atualmente, vive em Paraty, no Rio de Janeiro. É gestora ambiental, poeta e educadora. É autora do livro *Memórias da pele* (poesias), publicado em 2018 pela editora Chiado Books e *Sem fantasia* (contos) publicado em 2020 pela Editora Venas Abiertas.

Participou também das antologias: Prêmio Sesc de Poesias Carlos Drummond de Andrade. Coletânea de Contos. Edição 2016. Brasília: SESC-DF, 2017; Poesia Brasileira I. DF: SESC, 2017; Um girassol nos teus cabelos: poemas para Marielle Franco. Belo Horizonte: Quintal Edições, 2018; Entradas para cotidianos. Organização de Karine Oliveira. Belo Horizonte: Editora Vianas Abiertas, 2019.

Clarice Campos (CC): Então, eu estou com a Elisa Pereira. É uma escritora mineira, ela é autora do “*Sem fantasia*”, que é um livro de contos e “*Memórias da pele*” que é um livro de poemas. Eu vou fazer seis perguntas e a primeira é exatamente como a literatura chegou até você?

Elisa Pereira (EP): Bom, eu sempre estudei em escola pública e tive muita dificuldade em ter acesso a livros na minha infância e até a minha adolescência mais ou menos. Agora você tá perguntando, eu lembrei, a minha irmã lia muito aquelas revistas de banca, sabe? “*Bianca*”, aquelas revistas de romance que agora não lembro mais, mas parece que é uma escritora até assim famosa, de literatura e minha irmã lia e eu, às vezes, lia também esses livros dela, mas não era nada assim... Enfim, eu fui acessar literatura já mais velha com uns quinze anos, eu lembro que um livro que me marcou muito, que eu tenho lembrado muito também é o do Rubem Alves que é “*A toupeira que queria ver o cometa*” e eu gostei muito de ler esse livro. A partir de então, eu mesma comecei a correr atrás de bibliotecas públicas, de fazer carteirinha, pegar livro pra ler, mas tive muita dificuldade e até pouco tempo, na verdade, eu não comprava livro, eu lia sempre emprestado, né? de amigas. Mas agora eu consigo comprar

(risos), porque comprar livro era muito difícil, então agora está sendo até mais acessível. Também hoje tem as bibliotecas comunitárias, que eu falo que é uma revolução, né?

(CC): Eu falei, mas esqueci de falar exatamente o porquê da pesquisa. Eu sou mestranda da casa de Rui Barbosa e a minha pesquisa é sobre narrativas de escritoras negras brasileiras. Então, como você vê a participação atual de escritoras negras no mercado editorial?

(EP): Então, eu comecei a me envolver com a questão de publicação, de mercado editorial em 2017, comecei a pesquisar, comecei a ver como era o mercado, que foi em dois mil e dezessete. Então... eu tenho pouco conhecimento da área, nunca me aprofundi na pesquisa nem nada, mas é visível que está maior a participação de mulheres negras e homens. A gente tem muito pra caminhar, ainda, ainda temos muito pra melhorar sem dúvida alguma, mas digamos que a gente deu alguns passos dentro da área ou talvez, eu não sei se é porque eu tô envolvida. Deixa eu tentar tirar meu face aqui.

CC: É às vezes a gente não sabe se o público geral que tá envolvido, porque na realidade nós somos leitoras, mas ao mesmo tempo nós estamos envolvidas no meio acadêmico também...

(EP): Então, assim.... eu acho que, pelas pessoas que me cercam, eu acho que a gente tá em bolha mesmo. Acho que hoje eu tô circulando numa bolha de literatura. Tô cercada de escritores, tô cercada de poetas, tô cercada de professoras, tô cercada de pessoas militantes da questão do racismo. Então, eu tô vivendo isso, mas pelas pessoas que me seguem no trabalho, pela minha família, eu percebo que não é geral. Ano passado eu fiz a mediação da leitura de um clube do livro do meu trabalho, porque eu sou técnica administrativa, mas me convidaram pra fazer a mediação do clube de um grupo e era para adultos. Então, meu primeiro ou segundo livro eram da Maria Carolina de Jesus e ninguém conhecia. Eram quinze pessoas, quinze mulheres e ninguém conhecia.

(CC): E qual era a formação delas?

(EP): Ah de tudo! A maioria tem superior. Eu até convidei um amigo que tem um trabalho com a Carolina pra trazer uma palavra e tudo e, eu assim, fiquei impressionada. Nos últimos tempos, a gente tem falado muito da Maria Carolina. Então, quando eu perguntei e o pessoal falou que não conhecia, eu falei “ah realmente nós vivemos em bolhas “ [inaudível 6:17] Eu

acabei de mandar um áudio pro pessoal do Fuzuê, do sarau, falando que eu gostaria que a próxima edição fosse sobre ela, da gente falar sobre o legado de Carolina Maria de Jesus. E aí eu falei exatamente isso, que eu tô envolvida, que e sei que, o tempo todo, a gente está falando dela. Parece que tá demais, mas não tá! Tem um montão de gente que não sabe. Um monte de gente que nunca ouviu falar

(CC): Porque teve aquele movimento também, né? De apagamento. Aliás, a Carolina já teve algumas idas e vindas, né? E agora a gente tá num momento que tem se falado mais, mas não, necessariamente, lida mais e também ainda sendo colocada por outros num lugar ainda de uma não escritora. Existe uma parcela aí que é autorizada a falar quem pode escrever e sobre o que pode escrever e que, normalmente, são homens brancos e alguns desses espaços ainda não são autorizados, mas você falou até da questão da militância. Sei que você participa do movimento negro, mas de uma maneira geral, como que você analisa o movimento negro brasileiro e percebe esse engajamento da sociedade civil em relação ao movimento?

(EP): Então, eu não participo, não participo de nenhum coletivo diretamente, participo quando me convidam pra alguma coisa específica, mas eu não faço parte de nenhum coletivo. Eu acho que a gente teve muitos avanços, até de conversa, acho que a gente deu sim uma avançada, mas temos alguns percalços pelo caminho, sejam dentro do próprio movimento, as divisões que acontecem muitas vezes. E eu acho que, nos dois últimos anos, desse governo horroroso, eu acho que teve muita dispersão, porque são muitas demandas. Então tá todo mundo meio exausto, porque todo dia é uma coisa nova. Porque pra você avançar, você precisa focar, você tem que trabalhar, mas não dá pra avançar se todo dia você está correndo atrás de alguma coisa. Não tem um minuto de paz e é difícil avançar assim. Você tá catando caco o tempo todo, caco de gente também, porque as pessoas estão quebradas. Olha o horroroso daquele cara da Fundação Palmares.

(CC): Mas a importância da literatura e das trajetórias individuais de mulheres negras que vêm se destacando em diversos setores da sociedade. Então, não é só na literatura, mas de uma maneira geral a gente tem visto o protagonismo de mulheres negras, né? E a gente sabe que era um lugar da invisibilidade, do apagamento e é como você falou, isso aí é tudo avanço, mas não tem vitória nenhuma ainda, mas quando você tem visto, qual é a importância para nós mulheres negras e para a sociedade como um todo ?

(EP): Olha, eu acho assim fundamental, em quarenta e seis anos, e eu posso dizer que eu acho que não tem cinco anos que eu despertei assim pra várias situações. Eu sempre sofri, desde pequena minha família inteira também, mas a gente nunca falava sobre o assunto. Até hoje, pra minha família, isso não é tema. A ideia sempre foi relevar. Eu passei a minha vida inteira relevando. A gente viveu sempre cercado por pessoas brancas e nos relacionamos de forma normal, por um lado isso parece ser uma coisa boa, mas por outro lado te faz ficar alienado em relação a você mesma, porque parece que você é igual, mas você não é igual. Você se sente como se você fosse um igual, mas nem sempre o outro está te vendo ali como um igual, mas não cai a ficha, né? A ficha não cai, você vai levando e você ignora as piadas. Você passa batido o olhar. Eu acho que eu fiz isso, praticamente a minha vida inteira. Alisei meu cabelo a minha vida inteira desde os cinco até os quarenta e cinco. Então eu acho que agora acontece, agora acontece a revolução.

Então, agora é que acontece essa revolução dentro. E é difícil até... Pra achar um equilíbrio e pra não fazer merda também, porque é tão revoltante enxergar algumas coisas que sempre estiveram na minha frente, sabe? E eu acho que eu não via... E eu acho que tem tudo a ver com isso que você falou, por essa ascensão, principalmente de mulheres, né? que a gente sabe que tem diferença, entre um homem negro e uma mulher negra. Essa ascensão de mulheres negras na política é pra mim muito forte na cultura de uma forma geral. Na música, na literatura, na dança, e agora sem dúvida na política, né? Tudo que aconteceu, essa reviravolta deu uma balançada, uma chacoalhada pra gente também ver a importância, né? De ocupar esses lugares que, às vezes, a gente não quer, né? "aí não deixa pra lá", mas se a gente não quer tem um monte de gente ocupando. Então eu acho que foi fundamental, que é fundamental, e pra mim, eu enxergo que foi o que me ajudou a enxergar e tomar posse também, tomar força, sabe? Tem que ir junto, tem que ir agora. Eu tive uma experiência em 2017, lá no Itaú cultural. Nunca tinha ido, conhecia pouquíssimo São Paulo, se me jogar lá sozinha acho que eu até me perco. E eu ganhei de presente, tava acontecendo lá os diálogos ausentes, e me deram de presente uma passagem de volta e uma estadia pra participar de um evento que tava com a Elisa Lucinda. Aí eu conheci lá a Elisa Lucinda, Tatiana Nascimento, Daiane Serena, uma galera lá. Só que foi muito engraçado, porque quando eu cheguei no prédio tinha uma multidão de negros assim, sabe? Só tinha negro no lugar, de tudo quanto é jeito. De Black, de rasta, de trança, careca, tudo assim. E pra mim foi uma coisa tão impactante entrar naquele lugar e encontrar e sentir aquele lugar com as pessoas e ouvir aquelas mulheres. Acho que foi um divisor de águas em relação à escrita e literatura. É como se eu tivesse conseguido ver que eu posso fazer também, essa coisa da referência, sabe?

Lembro de voltar pro hotel e não conseguir dormir. Escrevi uma poesia nessa noite, depois até te mando e que nasceu disso, desse encontro. Um encontro comigo mesma, minha voz ali dentro, que já estava calada há mais de 40 anos.

(CC): E até do espaço físico, né? Por ser um espaço que normalmente não é frequentado por nós.

(EP): Exatamente!

CC: Não que a gente não tenha competência pra isso, mas é porque, também é um espaço que nos é negado.

EP: Foi na mesma época que estava acontecendo a ocupação da Conceição Evaristo. Eu tive a oportunidade de ver também e foi realmente um marco pra mim. Acho que é muito importante a referência.

CC: Sim! E talvez a surpresa porque em determinados lugares, às vezes, somos os únicos! Então, lugares de cultura, de entretenimento, de lazer. Normalmente os lugares que estão destinados aos negros são os de quem está servindo. Nós fazemos uma pós-graduação juntas que é de autoria feminina e a gente fala e discute bastante se existe uma literatura que é produzida por mulheres, se é diferente de uma literatura produzida por homens. Eu gostaria de perguntar pra você se existem características que marcam, especificamente, as narrativas escritas por mulheres negras?

(EP): Eu acredito que tenha. Não vou brigar com ninguém que fale ao contrário. Mas eu acredito que tenha. Tem coisas que são.

(CC): Você tem um romance aí?

(EP): Eu tenho ele dentro de mim! (Risadas) Eu tenho que trazer pra fora. Vamos ver se no próximo ano eu consigo. Vamos ver. Estou naquele momento de cortar coisas, sabe? Aquele momento de se trancar no quarto. Porque a gente vai inventando muita coisa e acaba não dando conta. E eu estou nesse momento de cortar coisas pra me concentrar mais.



(CC): E esse movimento, esse fuzuê?

(EP): Então, o sarau é uma ideia pra promover. Na verdade, no início era promover escrituras. A ideia era que fosse um espaço, meio que um palco em que a gente convidaria o escritor e o escritor apresentaria o trabalho dele, principalmente presencial. Mas a gente teve que se adaptar e online acabou tomando esse rumo. A gente começou a pensar em temas. O escritor também tem a oportunidade de mostrar o trabalho dele e de falar, enfim, a gente continua divulgando o trabalho do escritor, mas com a ideia de bater um papo sobre algum tema específico, que seja alguma coisa relevante. E está sendo bacana. Tá sendo legal. Mas o sarau não tem outras ações fora desse encontro com o sarau não, né? Pensei que fosse um projeto que tivesse outros braços. Ainda não, é um dos ciclos que eu estou querendo abrir. Um dos ciclos que a gente deve abrir pro ano que vem. E pensar, de repente, em levar pra escola. Queremos fazer uma proposta pro município. Mas, enfim, um projeto que está metade escrito. Tem que bater papo ainda com o povo, ir na secretaria, fazer uma proposta. O princípio é por aí. Tentar levar o sarau pra dentro das escolas.

(CC): Olha, terminaram as minhas perguntas, então muito obrigada por estar contribuindo com minha pesquisa. Eu espero fechar esse ciclo. Tenho que defender até dezembro, e até lá estar com a dissertação fechada. E não é mole não, né? Porque, muita coisa, como você falou e a Carolina é uma revolução. É um passo pra frente e dois pra trás, assim como temos falado do título de doutora, eu acho importante sim esse reconhecimento, mas a gente sabe que é uma pra frente dois pra trás. Porque tem também lá a academia carioca de Letras que vai fazer um evento pra homenagear e fica discutindo se é literatura ou não o que ela escreve, pois os parâmetros do que é considerado temas universais ou maneira de escrever são impostos também e determinados. Então a gente tem que levar pra academia sim. Pra todos os espaços.

(CC): Muito obrigada mesmo!

## ANEXO C

### **Transcrição da entrevista com Geni Guimarães, realizados em 02 de fevereiro de 2022.**

Respostas em áudio enviadas por email pela entrevistada

Entrevistada: Geni Guimarães.

Geni Guimarães é poeta, ficcionista e ativista. Geni Mariano Guimarães nasceu no município de São Manuel, interior de São Paulo no ano de 1947. Autora de uma vasta obra incluindo poemas, contos, literatura infantil e juvenil e uma novela. Nos anos de 1980, passou a frequentar os encontros de escritores negros em São Paulo e aproximou-se do grupo Quilomboje. A autora, também, já participou das coletâneas dos *Cadernos Negros* e foi ganhadora dos prêmios Jabuti e Adolfo Aisen com a obra *A Cor da ternura*.

Pergunta 1: Oi, Clarice, aqui vão as respostas que você me fez. Na infância, eu já escrevia versinhos e pequenos contos que eram analisados pela família. Todos me elogiavam e incentivavam a continuar escrevendo. Na verdade, não descobri o meu talento, me contaram que eu tinha. Meu primeiro livro nasceu em 79, um livro de poemas chamado Terceiro filho, graças ao incentivo de amigos e meu esposo.

Pergunta 2: A literatura de escritores negros está cada vez mais ocupando lugar no mercado editorial. Precisamos abranger também as editoras não negras para provarmos que somos melhores ou iguais as escritoras não negras. Temos que universalizar a nossa fala e a nossa luta.

Pergunta 3: O movimento negro é um veículo crescente e está a cada dia em constante engajamento pela veracidade da nossa fala e escrita. A literatura é uma condução também dos movimentos.

Pergunta 4: Quando nós anunciamos através das nossas trajetórias de gente negra estamos, como sempre digo, descrevendo a abolição, dessa vez, efetiva por estar gotejando as nossas verdades e sentimentos. Assim formamos, ensinamos e fazemos a comunicação e adeptos.

Pergunta 5: As narrativas escritas por mulheres negras surgem com as características de informar, denunciar e anunciar.

## ANEXO D

### **Transcrição da entrevista com Kiussam de Oliveira em 29 de dezembro de 2021.**

Gravação em áudio feita com o aplicativo Whatsapp com tempo estimado em 16 minutos 5 segundos.

Entrevistada: Kiussam de Oliveira

Kiussam de Oliveira é professora, mestre em Psicologia e doutora em Educação, atuando em formação de educadores. Canta, dança e conta histórias. Começou seus lançamentos literários em 2009, tendo conquistado o Prêmio ProAC Cultura Negra 2012 com o livro *O mundo no black power de Tayó*. Em 2019, comemorou os dez anos de lançamento de *Omo-Obá – Histórias de princesas*, que permanece em circulação.

Clarice Campos (CC): Professora, bom dia. Eu sou Clarice Campos, mestranda da Fundação Casa de Rui Barbosa. Pesquiso sobre as narrativas de escritoras negras brasileiras a partir de Carolina Maria de Jesus. Gostaria que a senhora me ajudasse respondendo a 5 perguntas para a minha dissertação de mestrado.

Kiussam de Oliveira (KO): Bom dia!

(CC): Como foi sua relação inicial com a literatura?

(KO): A relação com a literatura foi via o olhar da minha mãe. Eu comecei a ler muito cedo, bebezona. E quando eu completei 8 anos minha mãe comprou uma estante e ela disse que o sonho dela era ver aquela estante repleta de livros. Pra isso teve uma reunião em casa, ela e meu pai na hora do jantar, onde ela disse: minhas filhas terão a melhor educação possível, nem que a gente continue a dividir um ovo em quatro. E eu quero ficar associada, eu quero estar associada ao *Círculo do livro*, que os vendedores batiam no portão de casa com o catálogo e você escolhia o livro e em quinze dias eles traziam o livro escolhido através do catálogo, né? Era muito legal e foi assim que minha mãe colocou a enciclopédia *Barsa* e a *Bíblia sagrada* do *Círculo do livro*, né? Edições lindíssimas e eu pude escolher os meus livros, né? Meu primeiro livro foi *Os Lusíadas* e assim eu fui escolhendo, né? Sei lá, *A Insustentável leveza do ser*, *O Sol é para todos*. Enfim, livros da coleção que eu tenho até

hoje, com minhas anotações, o que significava aquela palavra, enfim, eu tive um estímulo da minha mãe para a literatura, para os livros. Na escola, era uma época em que indicavam Monteiro Lobato, né? O qual eu não me identificava de jeito algum. Era dor. Doía demais ler aqueles livros com aqueles xingamentos à pessoa negra que tornou minha vida, tornaram, né? Os livros e os xingamentos, o conteúdo dos livros de Monteiro Lobato tornaram a minha vida um inferno na década de 70 e 80 por conta dos xingamentos que as crianças viam ali, livremente, na boca daquela boneca insuportável que é a Emília e as crianças reproduziam isso em sala de aula, no pátio. Era muito sofrido. Então, eu costumo dizer que eu odeio Monteiro Lobato. É um ódio que vem da infância. Se tem alguém que eu odiei em minha vida, eu digo que eu conheci o ódio através dos livros de Monteiro Lobato. E da minha infância, isto é algo que eu não carrego com orgulho, mas é real e eu odeio me lembrar sobre isso.

(CC): Como a senhora vê a participação atual de escritoras negras no mercado editorial brasileiro?

(KO): Como eu vejo a participação das escritoras negras no mercado editorial brasileiro? Muito tímida, né? O mercado não abraçou de verdade essas escritoras negras. As editoras não conseguem ampliar o seu quadro de autoras negras. Principalmente as editoras grandes, né? As editoras grandes então, elas elegem aquela pessoa que tem uma projeção de alguma forma, que está fazendo sucesso de alguma forma e puxa pra editora e tão somente isso. Não vejo uma política efetiva de contratação e visibilização de autoras negras. O mercado é ainda muito tímido. As autoras negras que estão publicando aí estão fazendo a partir, muito a partir dos seus próprios esforços de bancar suas produções com gráficas e ilustradores outros. Enfim, um trabalho que deixa muito a desejar em termos de qualidade, de revisão, qualidade estética do livro e qualidade de ilustração. O que não afeta a qualidade da criação, da inspiração, enfim, dos textos, mas o campo literário requer um pouco mais de criatividade. Pra você colocar um livro no mercado é preciso juntar profissionais qualificados pra amarrar todas as pontas necessárias de serem amarradas para que o livro consiga uma projeção nacional e consiga sucesso.

(CC): Como a senhora analisa o movimento negro brasileiro e como a senhora percebe o engajamento da sociedade civil em relação ao movimento?

(KO): Como eu analiso o movimento negro brasileiro? Bom eu faço parte desde a minha adolescência do MNU (Movimento Negro Unificado) que deu o tom da questão racial na Constituição Brasileira, por exemplo. É o grande movimento brasileiro, o movimento negro. O MNU é o pai de todos os contemporâneos que estão aqui agora. E ele é filho dos movimentos anteriores, da imprensa negra e de Zumbi e Dandara, enfim, nós temos tido conquistas incríveis. O movimento negro brasileiro se organizou, se abriu aos brancos, coisa que não era algo pensado. Eu defendia isso e era uma voz solitária, praticamente, defendendo a parceria com brancos, até porque sempre entendi que a sociedade era estabelecida por eles e que, portanto, seria com eles e dentro das instituições deles, que coordenadas por eles, que as lutas deveriam ser tratadas, travadas. E hoje não está sendo diferente desse meu pensamento. Entendo que sempre fomos estrategistas. O movimento negro brasileiro é formado, é constituído por pessoas extremamente estrategistas, porque afinal de contas negros que se entendem como negros nascidos no Brasil, se conseguiram estar em movimentos socialmente organizados como os movimentos negros é porque, enfim, chegou vivo até hoje. Conseguiu driblar as violências de alguma forma e colocar à disposição da luta seus corpos. Então o movimento negro, ele é fundamental. E o engajamento da sociedade civil em relação ao movimento, eu entendo que é um engajamento muito frágil e poderia ser muito maior, mas isso é fruto do racismo que tem estruturado o Brasil e pra mim é fruto de uma categoria que eu entendo que qualquer trabalho acadêmico precisa dar conta de trazer, qualquer trabalho acadêmico que trate das questões raciais, enfim, tratar a humilhação como categoria de análise. Negros e negras são humilhados desde a mais tenra infância, no berçário e isto me parece um dado que é fundamental na constituição do ser negro e negra e de se colocar a luta com objetividade e de uma forma negritada pra que todos compreendam desde a infância a necessidade de colocar o corpo à luta, porque a luta está no corpo negro e vem para o corpo negro. Então, a criança precisa dar conta de entender isso desde cedo, portanto, quando a gente tem um país em que a maioria absoluta aqui é negra, mas a gente ainda tem somente 54%, 56% de negros assumidos, através da metodologia proposta pelo movimento negro, somar as categorias preto e pardo do IBGE é algo preocupante ainda. Ainda é algo preocupante e a gente precisa dar conta de aumentar esses dados pra que políticas efetivas sejam feitas. Não só políticas públicas efetivamente executadas e cobradas pela sociedade civil, mas que aumente, de fato, a consciência real de negros e negras no Brasil de que somos uma legião, um povo negro. O Brasil é um povo negro e essa consciência fará toda a diferença pra população negra em termos de luta e de ir em busca de seus direitos. Então, há um caminho muito grande de ser caminhado, mas que a Lei 10.639 de 2003 proporcionou,

inclusive, este aumento de negros e negras de autodeclararão registrados no IBGE, porque é uma Lei que efetivamente tem ajudado e apoiado negros e negras a resgatarem a sua autoestima, a se valorizarem.

(CC): Qual a importância na literatura, das trajetórias individuais de mulheres negras que vêm se destacando em diversos setores da sociedade?

(KO): Qual a importância na literatura, das trajetórias individuais de mulheres negras que vêm se destacando em diversos setores da sociedade? Bom, nenhuma. Se estiver falando, o tempo todo aqui você está falando de literatura, se estiver falando de literatura genérica, pra mim tem uma importância mínima na trajetória de mulheres negras. Inclusive, porque dados estatísticos nos mostram que o Brasil de forma geral tem encaminhado nessa linha de formação de leitores, mas também é algo muito recente. Essa literatura genérica, ela tem causado prejuízos tremendos para a identidade de mulheres negra, tá? E a literatura negro-brasileira é o antídoto, é a cura pra nós mulheres negras. E eu especificamente trabalhando com as crianças digo que a literatura negro-brasileira do encantamento infantil e juvenil, entre parênteses linebeiju e eu tenho produzido, tentado trabalhar nesse campo teórico, tem sido cura, não só para as crianças, mas também pra adultas e adultos, porque a literatura negro-brasileira, ela não foge da temática racial. Ela traz os conflitos das questões raciais para o campo literário e ali, pra mim, é uma forma muito lúdica, mas também muito lúcida, trabalha a partir das emoções, zonas da psique humana que só o campo das artes conseguem trabalhar, entrar. Então, a literatura genérica, pra mim, pouco tem contribuído pra mulheres negras ou nada, mas literatura negro-brasileira tem contribuído pra o empoderamento, pra autoestima, resgate da autoestima, pra autonomia, pra consciência coletiva das mulheres negras e a literatura negro-brasileira de encantamento infantil e juvenil, a linebeiju, que tenho trabalhado nesse campo teórico proposto por mim tem o poder de curar as feridas tanto das crianças quanto de adultos negros e negras.

(CC): Existem características que marcam especificamente as narrativas escritas por mulheres negras?

E a quinta, Se existem características que marcam especificamente as narrativas escritas por mulheres negras? Basicamente as escritas de mulheres negras que têm se debruçado sobre a literatura negro-brasileira sim. As que têm se debruçado sobre a literatura negra, as que têm se

debruçado sobre a literatura afro-brasileira, nem sempre. A literatura negro-brasileira produzida por mulheres negras, através de suas narrativas, são revolucionárias, porque as mulheres negras falam em primeira pessoa, se manifestam em primeira pessoa. Quando elas traçam, quando nós traçamos um poema, nós traçamos a partir do mapa da nossa vida, das nossas experiências, das nossas realidades de exclusão e da necessidade de cura, da necessidade de falar de amor que nós sentimos. Então, uma dessas características pra mim é falar de dentro, é mergulhar nas experiências da exclusão. É refletir sobre o racismo, sobre os preconceitos, as discriminações e o quanto elas nos destroem, mas ao mesmo tempo nos fortalecem. Então é a característica de falar de amor, de falar de sobrevivência, de falar de poder, de falar de ancestralidade, de falar de força, de falar sobre o feminino, de falar sobre o sagrado feminino, de falar sobre as crias, de falar sobre sororidade, de falar sobre empoderamento, fortalecimento, coletividade. São escritas que buscam a cura do próprio eu, para assim compartilhar uma possibilidade de cura para outros “eus” entre aspas.

(CC): Professora, eu não poderia encerrar o ano de maneira melhor. Que presente !!! muito obrigada mesmo. Farei a transcrição pra mostrar pra senhora e em fevereiro, se Deus quiser, está previsto para eu ir a São Paulo para o lançamento da Nandyala pra fazer esse agradecimento pessoalmente. Muito obrigada mesmo. Muito obrigada. Muito obrigada pela entrevista e eu agradeço também pela sua escrita, pela sua arte, pela sua dança, por tudo que você representa pra gente. Muito obrigada.

(KO): Flor! Gratidão e até fevereiro.



## ANEXO E

### **Transcrição da entrevista realizada com Simone Ricco, em 04 de dezembro de 2020.**

Gravação na plataforma Zoom com tempo estimado em 34 minutos e 12 segundos.

Entrevistada: Simone Ricco.

Simone Ricco é Mestre em Letras- Área Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Professora, atua na difusão de saberes de matriz africana em práticas afirmativas e antirracistas. Sua produção inclui entre outros: Organização do Livro *Vértice escritas Negras* (editora Malê), Participação no livro *Olhos de Azeviche: contos e crônicas*, orelha do Livro *Histórias de leves enganos e parecenças* de Conceição Evaristo e o prefácio de *Contos escolhidos* do escritor Cuti. Como curadora, assinou as exposições “A luz negra” de Aparecida Silva e “*Negras (fotos)grafias*” do coletivo homônimo. No audiovisual, sua trajetória reúne a participação no documentário “*Meninas black power*”, o exercício da educomunicação no curta “*Benjamin de Oliveira: o palhaço negro*” e a criação coletiva do curta “*Eleko*”, produção do coletivo Mulheres de Pedra, obra vencedora do Festival 72 horas/2015.

Clarice Campos (CC): Boa noite. Eu estou aqui com a professora Simone Ricco. Eu vou fazer uma entrevista com ela. Que é uma conversa, né? E essa conversa será usada na disciplina de Laboratório de história oral e pra enriquecimento da minha dissertação. É *Carolina Maria de Jesus*: a literatura produzida pela mulher negra brasileira como forma de resistência social e preservação da memória. Eu sou mestranda da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Bom, eu fiz aqui uma pesquisa, apesar de eu acompanhar já, há um tempinho, o trabalho da professora Simone, mas eu vi que ela é mestre em Letras na área de literaturas africanas de Língua portuguesa pela UFF. É professora da SME RJ, atua na difusão de saberes de matriz africana, práticas afirmativas e antirracistas. Sua produção inclui a organização do livro *Vértice*, que está aqui, das escritas negras da editora Malê. Também tem participação no *Olhos de Azeviche 1 e 2 contos e crônicas*, na orelha do livro da professora Conceição Evaristo que está aqui também. E também tem uma produção com audiovisual e dramaturgia também. Também, eu vi que agora dia 20 vai ter essa peça que acabei não assistindo que também sei que foi um trabalho premiado e tal. Enfim, eu fiz essa pesquisa, professora, mas eu gostaria que a senhora iniciasse com a sua apresentação, um pouco mais da sua trajetória.

Assim, como a senhora se vê, né? na questão profissional. Se quiser falar do pessoal também. Aí a senhora pode acrescentar ou retirar aí o que eu falei.

Simone Ricco (SR): É um prazer tá colaborando com a sua pesquisa. Você que é uma colega também. Professora e até pouco tempo esteve também no município. Que é onde eu tenho estado nas salas de aula. Esteve em salas de aula e salas de leitura e essa trajetória que é minha é parecida em alguns pontos com a da Carolina Maria de Jesus, em outros pontos se parece com a sua e se parece com a de muitas mulheres brasileiras que estão aí nesse terreno da educação e também no terreno literário, construindo expressão da própria linguagem e compreensão da linguagem que vem sendo produzida na literatura brasileira e despertou meu interesse muito cedo. Eu fui aluna da rede e me apaixonei aí pelas salas de leitura, bibliotecas que a gente chamava, na época, e as bibliotecas públicas, também, frequentava bastante. Então a leitura foi uma coisa que não fazia parte com muita força da minha família, mas que meu pai depois de mais velho começou a ler mais e a me incentivar e a escola também me incentivou muito. E eu segui a minha trajetória optando primeiro pela arte. Eu trabalhei com teatro, teatro periférico, experimental. Depois trabalhei na companhia Ensaio Aberto, que é uma companhia do centro do Rio, mais conhecida e aí depois fiz alguns concursos públicos pela questão de estar em uma área em que a sobrevivência eu percebia que era muito difícil, né? Nesse território do teatro. E aí nesses concursos. Num desses eu fui aprovada que era para a UERJ pra parte técnica administrativa e lá fui eu para UERJ, paralelamente continuei fazendo leitura, assistindo muito teatro, participando de oficinas, enfim, continuei o contato com as linguagens artísticas. E quando decidi fazer a graduação, eu já tinha alguns anos de UERJ e estava buscando algum outro caminho, eu fui fazer Letras e fazendo Letras, eu fiz num momento que começava uma efervescência até em torno da Lei 10.639. Então, querendo muito chegar mais próxima dessa Literatura que tava ligada a esses saberes aí, que traziam um pouco da história africana, um pouco da história e cultura afro-brasileira é que eu fui tomando consciência de que eu conhecia muito pouco. E aí eu terminei a graduação, emendei no mestrado na UFF e esse mestrado foi em Literaturas africanas. E até quando eu ingressei uma das perguntas que a banca me fez era: Ah, mas você quer fazer esse mestrado, você conhece muito pouco, você fez só duas disciplinas na graduação. Eu falei: bom talvez seja por isso, né? Porque eu entendo que a Universidade pública, que tem professores de excelência nessa área pode suprir aí essa lacuna que na graduação não pode ser suprida. E era exatamente isso que eu buscava. Quando eu terminei o mestrado, eu já comecei a dar algumas oficinas. Havia uma demanda muito grande, as pessoas querendo muito dialogar com as literaturas africanas.

Eu fui fazendo essas oficinas formativas. Então fiz para professores do IFRJ, fiz um curso na UERJ que foi muito marcante. Assim muita gente legal, que até hoje tá produzindo coisas, estava nesse curso e eu estava começando, né? E comecei então nesse circuito dos cursos de extensão e depois pós-graduação e só depois veio o concurso do Município e aí eu decidi fazer, porque dentro do trabalho que eu fazia eu já estava na fronteira, já não tinha mais como aplicar o conhecimento que eu tinha construído dentro daquele espaço, daquela área técnica e não podia conciliar, porque também era um cargo de quarenta horas e não conseguia conciliar. E aí eu fiz o concurso. Eu falei: ah eu vou fazer e ver o que acontece e aconteceu que eu passei. E aí eu tive que optar. E aí eu falei: poxa eu queria tanto conciliar, mas não teve jeito. E aí eu tive que optar e faz sete anos que eu optei. E optei com essa proposta de levar pra sala de aula, dentro da minha disciplina e também articulando dentro da escola esse conhecimento que eu fui buscar desde o momento que eu estava na graduação, que terminei a graduação e nessa área que eu vim desenvolvendo conhecimento e que me levaram a continuar dando aulas também nas pós-graduações. Então eu dou aula na pós-graduação do Instituto dos Pretos Novos, que é o IPN que até vai iniciar nova turma agora. Dou aula nas pós-graduações da Cândido Mendes. Já dei aula na pós-graduação de literatura infanto-juvenil da UFF e paralelamente a isso eu sempre vim atuando com o pessoal da cultura da zona oeste, que é a região onde eu moro e onde fica também a escola que eu dou aula. E muitos coletivos nessa região são importantes pra que a circulação das linguagens artísticas continue e eu sempre gosto de trocar, de colaborar e já estive atuando em alguns deles, né? Na Pedra de Guaratiba, no Mulheres de Pedra, no Cine Garagem que é em Rocha Miranda, no Museu casa Bumba meu boi em movimento, que é o único museu que a gente tem aqui em Bangu, na casa do Catiri, que é um espaço de cultura e artes lúdicas que a gente tem aqui em Santa Cruz e Nacer Cidadão que é uma ONG que trabalha com pré-vestibular e algumas oficinas. Então meu trabalho tem sido esse trabalho de tentar mesmo articular e mobilizar e fazer circular esses saberes e, assim, como eu senti falta numa certa altura da minha vida, percebo que várias pessoas hoje, ainda, desconhecem muito essa produção cultural que não se resume a produção literária, pelo contrário, a produção literária, ela vem crescendo à medida que as pessoas vão entendendo essa potência, essa possibilidade de desenvolver a própria escrita e de escrever sobre aquelas temáticas que sejam interessantes e, principalmente, de entender que elas enquanto pessoas negras e as suas histórias, são histórias interessantes pra muita gente e histórias que precisam ser contadas. Então, o que eu tenho feito é tentar articular e fazer circular esses conhecimentos em diferentes linguagens artísticas.

(CC): A senhora já respondeu outras minhas aqui e era justamente sobre essa relação inicial com a literatura. A senhora já foi lá no seu pai e tal, então eu vou passar aqui: como a senhora vê a participação atual das escritoras negras no mercado editorial brasileiro?

(SR): Então... a gente tem percebido, né? Que as mulheres negras, até recentemente um jornal paulista colocou que a década passada, né? Colocou os negros no ensino universitário e tal e a gente sabe que essa década não é uma década. Não é um conjunto de anos. É um conjunto de ações e esse conjunto de ações tá diretamente ligado ao movimento negro e grande parte desses integrantes e dessas integrantes de movimento negro são professoras e professores. Então, esse caminho aí, ele veio pela educação. Mulheres deram continuidade aos seus estudos e perceberam a sua própria... perceberam e desenvolveram a sua própria habilidade pra contar essas histórias e esse interesse fez com que insurgisse uma busca por aquelas que nos antecederam. Então... se descobriu que você não era a única que queria escrever. Antes de você várias mulheres negras já vinham escrevendo e foi sendo buscado conhecimento dessas mulheres que escreviam, sobre o que elas escreviam e a escrita delas foi muito motivadora de novas escritas. Então, a gente tem lá na década de 1970, 80, uma geração de escritoras brasileiras que estava muito em contato com as literaturas africanas e foi produzindo um material que foi conectando mulheres brasileiras. Elas estavam, a princípio, mais conectadas com as afro-americanas e com as africanas e elas começaram, né? E aí eu tô falando de Conceição Evaristo, Sueli Carneiro, Geni Guimarães, a própria Lélia Gonzalez. Elas estavam ligadas à educação, ligadas ao movimento negro, ligadas já ao espaço acadêmico e elas começaram a produzir uma movimentação cultural em torno da produção literária que despertou muitas outras mulheres pra essa produção e essa produção, ela veio crescendo da década de 1970 /80. A gente marca ali o *Cadernos Negros* que é de 1978, dali por diante ela veio crescendo tanto, que as edições dos *Cadernos Negros*, elas começaram assim com pouquíssimas mulheres, uma mulher, duas mulheres e, hoje em dia, as mulheres são a maioria nas edições de contos e de poemas. Eu vou tá na próxima edição de poemas que vai ser lançada agora, acho que em janeiro. Então essa descoberta, né? dessa possibilidade de colocar na rua a sua própria produção tem mobilizado cada vez mais mulheres. Mulheres que, muitas vezes, estão dentro de cursos universitários, outras mulheres que estão nos espaços periféricos, na cultura dos saraus, por exemplo, nas rodas de leitura e nos espaços de formação que são uma grande força de resistência na periferia, mas estas mulheres não estão em grande número dentro do que a gente pode chamar dessa indústria literária, dessa produção editorial que chegou num nível, que é um nível industrial que movimenta recursos e

que é capaz de pagar a esses autores e autoras. Então, eu observo como uma presença expressiva de mulheres negras produzindo suas narrativas, mas observo que esse número maciço, ele se concentra ainda numa forma de produção que é muito colaborativa e que, muitas vezes, é precarizada, porque vai passar por essas estratégias de colaboração, de reunião de recursos pra produzir e pra colocar na rua um material que não vai remunerar grande parte dessas autoras que são como é o meu caso, professoras, funcionárias públicas ou comerciantes, enfim, que têm outras atividades. Então eu percebo que felizmente tem um encorajamento, um empoderamento das mulheres negras, entendendo que elas podem produzir suas próprias narrativas, colocando a mão na massa pra produzir, mas elas ainda não são vistas por essa parte mais industrial, a parte que movimenta o dinheiro e paga os cachês. Os bons contratos ainda não é um espaço tão acessível e tão ocupado por mulheres negras na literatura brasileira.

(CC): São poucas que vivem, né? que vivem somente da literatura, né?

(SR): Poucas. Pouquíssimas. Até aquelas que a gente considera grandes escritoras têm feito grandes malabarismos pra conseguir viver. A gente pode olhar que a maior parte das que estão aí que a gente considera as nossas mais velhas, elas estão na condição de aposentada. A Conceição Evaristo trabalhou até o momento que pudesse se aposentar e hoje é também aposentada. É claro que a gente imagina que ela já chegou num outro patamar, mas é uma coisa de pouquíssimo tempo. Não é uma coisa de estar vivendo disso, porque pode abrir mão, por exemplo, de uma outra renda. Não. Mirian Alves também é aposentada. A Esmeralda Ribeiro já não sei afirmar se é aposentada ou não, mas tá trabalhando ainda na quilombo hoje produzindo os Cadernos Negros. Então a situação é muito essa, viver ser remunerada ainda não é uma característica da escritora negra brasileira.

(CC): A senhora acha que existem características que marcam especificamente as narrativas escritas por mulheres negras?

(SR): Acho que acabam ... é havendo confluências, porque essas escritas, elas são marcadas por essa experiência de ser uma mulher negra na sociedade brasileira. Você vai encontrar um número até menor, pelo menos que eu conheça de escritoras que são escritoras negras e que estão escrevendo sobre outros temas. Então a gente não pode generalizar também, que ah que todas vão falar das dores, da dororidade. Todas vão colocar a escrevivência. Não, a gente já

chegou num contingente tão grande que a gente vai encontrar escritas que vão buscar outros caminhos que não fazem essa confluência, mas essa confluência, ela vai acontecer na maioria das escritas, porque elas vão partir dessa auto-representação. Ela vai trazer características especialmente do diálogo com a ancestralidade e características que vão ser ligadas as relações étnico-raciais, as relações raciais que se vive no Brasil. Então essas narrativas muitas vezes, elas vão atravessar ou elas vão trazer temáticas que são marcadas pela forma como as pessoas negras, mulheres negras são vistas dentro do mercado de trabalho. Então eu vou escrever sobre uma determinada personagem e essa personagem é uma cantora, mas a escrita dessa escritora negra, ela vai trazer algumas características, algumas temáticas, alguns personagens que acabam sendo muito comuns em muitas obras, porque eles vão espelhar e essa vivência que tem sido a vivência comum aos sujeitos negros, as mulheres negras e homens negros na sociedade brasileira. Às vezes, por opção também, algumas características mesmo estilística, de buscar um diálogo, uma expressividade mais forte da oralidade. Um texto que é muito marcado pela liberdade de linguagem, um texto que talvez se preocupe menos com a forma canônica e isso não por desconhecimento, mas por uma opção de se criar também uma tradição, né? As escritoras negras hoje, acho que elas já se reconhecem dentro de uma tradição literária brasileira que tem Maria Firmina, que tem Carolina Maria de Jesus, que tem Conceição Evaristo e essa tradição ela é muito essa da escrevivência, de falar das suas próprias questões, de olhar a sociedade brasileira a partir desse lugar de fala ou desses diversos lugares de fala e ter liberdade pra construir as narrativas colocando nelas também traços estéticos que tenham haver com a religiosidade de matriz africana, mas também com a religiosidade católica, que foi ... com o sincretismo, né? que é uma marca dos escravizados aqui nessa diáspora negra que a gente compõe no Brasil. Então eu acho que tem aquelas escritas que escolhem essa confluência e vão circular e vão fortalecer determinadas características, mas acho bacana também que há liberdade para escritas como a da Ana Paula Maia que vai por um caminho que não vai buscar essa confluência.

(CC): A senhora escreve pra quem?

(SR): Eu escrevo pra todos. Pra que todos possam visualizar a partir de onde meu personagem tá olhando. Então eu não escrevo direcionada pra um leitor específico, mas eu escrevo a partir de um sentimento específico de colocar naquela personagem algo que eu quero que chegue a um grande número de pessoas. Eu sempre quero que chegue a um grande número de pessoas. É ... como elas vão receber de certa forma me importa menos, mas eu sempre quero que

chegue, porque eu quero que mexa em algum lugar. Eu quero e gosto muito de ouvir essa reação. Como é que a Clarice recebeu? Mas como é que um homem branco de um determinado lugar recebeu? Como é que alguém escreveu? Mas eu estou escrevendo em nome, eu penso que estou escrevendo em nome de pessoas que viveram aquelas situações que as personagens estão vivendo. Estou escrevendo em nome dessas pessoas, mas não diretamente pra um determinado público.

(CC): A senhora já falou um pouco, mas eu vou direcionar um pouco mais: Como a senhora analisa o movimento negro brasileiro e como a senhora percebe o engajamento da sociedade civil em relação ao movimento?

(SR): Então, o movimento negro brasileiro, a gente tem um momento que esse movimento ele é abraçado, ele é reconhecido, ele é valorizado, mas o que predomina é um estigma que existiu no início e aí a gente teve uma trégua e esse estigma voltou a ser alimentado mais recentemente. Então eu percebo que o movimento ele foi se reconfigurando. Aquela coletividade que era mais forte e que as pessoas marcavam mais o seu lugar como pertencentes ao movimento negro, ela foi um pouco diluída. As pessoas se posicionam em sintonia com uma movimentação coletiva, mas você vê muito menos hoje a institucionalidade. Eu sou do MNU, eu sou da frente negra, né? Que isso em alguns momentos era bem marcado. Hoje são as posições, as posturas, os discursos é que marcam essa pertença. Então eu percebo que nós somos hoje muitos negros e negras em movimento. Em movimentos que são diferenciados. Tem movimentos que acontecem na cultura, tem movimentos que acontecem dentro de outros segmentos, dentro da educação, mas a institucionalidade, eu acho que ela... que aconteceu uma ruptura, que em parte é boa e em parte fragiliza, em parte é ruim e acho que acaba, acabou instituindo de uma certa forma uma perda de uma unidade mesmo, né? Todos estamos levando determinados discursos que são parecidos, mas estamos seguindo sozinhos e pode ser um pouco uma romantização, mas quando eu leio sobre a frente negra, quando eu leio sobre o momento mais forte do MNU e os outros movimentos mais parecidos que o nome eu não tô lembrando agora, eu percebo que as pessoas se sentiam muito mais acompanhadas, né? E hoje em dia muitas vezes dentro de uma escola, por exemplo, a gente levanta ali o nosso discurso sozinha. A gente não traz uma institucionalidade que nos respalde, que abra mais os caminhos, que nos dê mais conforto, né? E talvez a gente possa, como eu vejo o movimento negro hoje? Eu vejo com uma esperança de que a gente possa tomar consciência da melhor forma de organização pra que a gente siga

sem se fragilizar. Então, eu vejo os movimentos negros hoje como desafios que são assumidos individualmente, mas que vão ficar menos pesados e mais prazerosos se a gente coletivamente conseguir de fato se aquilombar, além dessa parte mais festiva, na parte real, na parte que nos dá proteção mesmo, nos dá blindagem. Então, eu vejo hoje como movimentos, né? Ele tá muito singularizado e eu desejo muito que a gente consiga fortalecer a coletividade desses movimentos.

(CC): Em Carolina. Assim, voltando pra Literatura, né? Da publicação de Quarto de despejo em 1960 pra agora, temos a própria literatura, resistência. Eu acho que avançamos, né?

(SR): Sim, avançamos, mas esse avanço também traz alguns perigos assim da gente, né? Em alguns momentos pensar que esse avançar foi aceito, ele não foi aceito. O que a gente tá vendo hoje é uma reação ao que existe de real e o que existe de real são homens e mulheres, principalmente mulheres negras, ocupando espaços e não mais brigando por esses espaços. E então quando a gente vê, às vezes, dentro de secretarias de educação, dentro de direções de instituições de ensino, mulheres negras que instituíram alguns departamentos, alguns NEABs, alguns núcleos que realmente atuam, que realmente colocam na prática da instituição esse discurso pra ser partilhado por todos, a reação vem e a gente vem vivendo aí a reação a esse avanço. Não significa que nós não demos um passo, mas significa que pra cada passo que nós demos a resistência a essa mudança também foi se reposicionando. Então a gente, infelizmente, tem uma condição de não relaxar nunca, né? Eu pelo menos entendo que a gente tá numa prova que não tem nem pódio. A gente vai ter que ficar em disputa o tempo inteiro. Essas narrativas que nós trazemos e que gente vem nas últimas décadas dando validade a elas. Elas vêm sendo desqualificadas assim de uma forma bem institucional, né? A gente olha pra Fundação Palmares hoje e é isso. E dói muito, né? Quando a forma de dar resposta é coabitando ou abraçando uma pessoa que traz na sua própria pele uma legitimidade pra falar coisas que não são discursos de todos nós, né? Ou da maioria de nós. Mas isso é muito emblemático pra gente. É pra gente entender que a gente não vai poder, ah que bom agora eu vou tirar férias, porque chegamos lá. Eu acho mesmo que nunca chegaremos, né? Nós tamos aí vendo os africanos que são maratonistas e que correm longas distâncias. Acho que é uma boa metáfora. A gente tá numa prova de longa distância. A gente não vai chegar nunca. A gente não pode é parar.



(CC): Verdade. Olha, eu quero agradecer antes que esse negócio interrompa aqui sem nenhuma educação e assim agradecer, mas ainda pedindo, né? Se tem alguma coisa a mais que a senhora gostaria de falar pra mim como estudante, né? Não à toa, né? Fazendo aí um mestrado aos 59 anos e não por incompetência, porque eu tenho a certeza de que eu era tão boa aluna quanto os filhos dos patrões da minha mãe, né? Mas assim, você chegar ao mestrado com 59 anos não é um acaso. Não é, né? E então assim....

(SR): Tem a ver com o que eu trouxe falando das autoras mesmo. É isso. As pessoas, a gente precisa, primeira coisa que a gente entende é que a gente precisa garantir a própria sobrevivência. A gente não tem. A herança do meu pai são os livros que ele comprou pra mim e o incentivo que ele deu pra que eu aproveitasse ali a liberdade, pra que eu fizesse alguma coisa que eu gostasse de fazer, mas eu percebi que não dava pra ser só o que eu gostava de fazer. O que eu gostava de fazer precisava ser sustentado e ele foi embora cedo e aí quem ia sustentar ia ser meu próprio sustento? E isso acontece com muitas de nós. Com a maioria de nós e aí acho que você fazer seu mestrado aos 50, quem está fazendo aos 60, aos 70, é conquista, né? Porque é algo que você se permitiu e permitiu ter um autocuidado, um auto amor e te blindou pra você atravessar toda uma vida profissional e manter o prazer de continuar construindo. De entender que sair de um espaço que é a sala de aula pra ocupar um outro lugar na sala de aula como aquela que está aprendendo e a continuar na sala de aula. Você sabe que vai continuar ensinando e esse material é muito importante pra nós. Esse material humano, as professoras que por um acaso não queiram mais estar dentro do ensino institucional, elas são de uma importância imensa pra, de repente, ajudar a fazer um trabalho. Vamos pensar aqui na zona oeste, a gente tem o Jessé Andarilho, abriu agora o espaço dele, a biblioteca dele. Talvez ele não tenha como pagar uma pessoa pra estar lá, mas tem um monte de mulheres maravilhosas como você, como outras que já ocuparam esse espaço da ocupação e que podem de repente cada uma falar uma, duas vezes por semana. Então é isso que a gente precisa. A gente não pode ter esse ego que todo mundo que vai fazer o mestrado, vai ocupar uma vaga dentro de uma Universidade. Por que a gente vai dar aula pra quem? A gente vai dar aula não para os nossos, a gente vai dar aula pra outros. Então algumas vezes quando eu falo que é um desafio estar no Município, porque a gente sabe o perfil do nosso alunado, mas é importante que a gente tope esse desafio pra que a gente possa chegar em alguns e pra que a gente possa fazer dessa escola um lugar onde as profissionais que acreditam naquelas crianças permaneçam ali acreditando na prática. Então acho maravilhoso que você siga acreditando na criança que você foi, porque acho que quando você nesse mestrado agora, você está se dando

uma chance que você não pode desfrutar dela antes, mas que você... é uma conquista. Você construiu isso e quando você opta por fazer essa construção olhando pra essa sua ancestralidade literária, pra olhar pra Carolina e pra perseguir as trajetórias e pra ser uma mediadora desse conhecimento daqui por diante, você tá fazendo algo que interessa muito que seja feito por nós. Como o Emicida disse, né? “Tudo que nós têm é nós.” É isso, né? É o prazer de ter as pessoas negras se apropriando da sua própria narrativa, da sua própria história, ocupando esse espaço e sendo exemplo pra mulheres que como a gente vê hoje, estão fazendo a graduação quando conseguem, algumas que conseguiram ainda pelo regime antigo uma aposentadoria com um espaço de tempo menor e estão percebendo, ah agora eu posso cursar Direito, eu sempre quis cursar, agora eu posso cursar alguma outra coisa. Então, o que eu posso dizer pra você é, que isso é lindo, isso é motivador e que a gente seja cada vez mais o espelho para as pessoas que olham pra nós perceberem que as nossas trajetórias, elas não seguem aquela... aquele curso idealizado, mas a gente tem tido muitos exemplos de pessoas que transformam o que parecia impossível em coisas possíveis, em coisas reais e realizáveis. Então, acho que a sua pesquisa e a forma como você vai fazer dela um instrumento de atuação, com certeza é algo que vai motivar outras histórias e isso é bom demais a academia saber. Título, pelo menos pra mim ele só vale se ele puder ter essa circularidade. Se for pra gente disputar com todo mundo que tá com título por aí, fica vazio demais, porque a gente tem muita gente com título, mas acho que interessa muito como você constrói esse título e como você faz dele um instrumento de outras construções. Eu tenho a certeza que o teu caminho vai ser nessa direção e fico muito feliz.

(CC): Muito obrigada, professora. Obrigada aí por estar disponível. Você é muito inspiradora. Muito obrigada mesmo. Eu vou então. Esse negócio é trabalhoso, hein? Eu vou. Eu espero que esteja tudo salvo aqui direitinho. Aí vou fazer essa transcrição. Aí apresento pra senhora pra ver se tá tudo certinho. Tá bom?

(SR): Tá bom. Bom trabalho então. Eu tava até lendo um livro aqui. Tô terminando ainda. Tô lendo dois ao mesmo tempo que é *O Caminho de casa* e hoje eu li uma parte que o personagem é um professor de História e ele fala, pergunta, pede pra um aluno... Os alunos falam Twi, que é uma língua dos axantes e ele pede para os alunos traduzirem, alguém traduzir o que está escrito em Inglês e aí o que está escrito lá é “*A história são as histórias que se contam.*” E eu falei: olha tem tudo a ver com esse trabalho de História oral, né? porque é isso, as histórias que se contam e alguém precisa traduzir essas histórias ou da maneira que

você vai fazer transcrevendo ou traduzir literariamente deixando a imaginação voar e assim a gente vai fazendo o caminho de volta.

(CC): O caminho de casa. Muito bom.

(SR): É voltando pra essa casa aqui que a gente conheceu tão pouco e tá retomando o caminho a ela. A Carolina falava muito, né? Dessa origem africana e a gente sabe tão pouco dela e é bom que a gente vá buscando e a Literatura ajuda.

(CC): Gratidão. E como ajuda. Muito obrigada.

(SR): Nada, Clarice. Bom trabalho.

(CC): Obrigada

## ANEXO F

### **Transcrição da entrevista com Sonia Rosa, realizada em 29 de dezembro de 2021.**

Resposta escrita e enviada pela autora.

Entrevistada: Sonia Rosa

Sonia Rosa é escritora de literatura negro afetiva voltada para crianças e jovens, mestre em Relações Étnico-Raciais pelo CEFET/RJ. É contadora de histórias, professora e pedagoga. É uma das maiores referências nacionais em literatura negra, já publicou mais de 50 livros, com destaque para a coleção “Lembranças africanas” (iniciada em 2004; Pallas Editora), com a qual ganhou o selo de altamente recomendável da FNLIJ. Protagonismo negro é o principal foco da escritora em seus contos para as infâncias. Em 2021 foi a homenageada da 29ª edição do festival Paixão de Ler, projeto da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Clarice Campos (CC): Como foi sua relação inicial com a literatura?

Sonia Rosa (SR): A minha relação inicial se deu com muitas dificuldades. Já tinha uma intimidade com a escrita poética desde a adolescência, mas nunca havia escrito para crianças, apesar de conviver intensamente com elas, sendo professora. Esta decisão de “entrar no mundo dos livros como escritora” foi fruto também de, ao longo de anos de trabalho docente, contar muitas histórias para meus alunos. Todo dia lia livros para eles. Um dia, sem mais, nem porque, resolvi inventar minhas próprias histórias. E a coisa se fez. Junto com a escrita veio o desejo de compartilhar a história para mais crianças que não fossem meus alunos, meu filho, minha família... Mas não foi fácil o processo. Tudo apontava para desistir da realização desse sonho de ter um livro de literatura infantil de minha autoria, editado. Nessa época quando escrevi o meu primeiro texto infantil *O Menino Nito* em 1988, o mercado editorial era bem fechado às novas propostas e aos novos autores. Na ocasião, era uma ilustre desconhecida editorialmente falando. E ainda ousei em ter um personagem negro protagonista já em minha primeira história. O mercado da época era muito resistente. E a gente não tinha ainda a Lei 10.639/2003, que deu uma mexida significativa no mercado editorial, no tocante racialidade e/ou representatividade negra com observações visíveis na tonalidade de pele dos personagens dos livros do catálogo.

Tive muita paciência e persistência para atingir o objetivo de publicar o meu primeiro livro. Levei oito anos esperando esta alegria. Enquanto esperava, ia tendo mais filhos, conhecendo mais os autores, entendendo ainda mais a ambiência/rede de livros: livrarias, editoras, bienais afins, feiras de livros... Fui, também, fazendo cursos e estudando sobre formação de leitor, promoção da leitura, representatividade negra na literatura... E, claro, fazendo mais histórias.

Acrescento que desde o começo de minha carreira, apesar das inúmeras dificuldades que encontrei, já sabia que não desejava apenas “publicar um livro”. Tinha uma pretensão bem maior: queria me tornar, de fato uma escritora com vários livros. Gosto de crianças e escrever, especialmente, para elas foi uma maneira criativa de garantir estar perto delas para sempre. Acho que atingir meu objetivo. Estou perto das crianças pelo Brasil afora.

(CC): Como a senhora vê a participação atual de escritoras negras no mercado editorial brasileiro?

(SR): Vejo em expansão. Ainda longe do ideal, mas em processo visível de aumento de escritoras negras dentro deste mercado. Além das editoras independentes, que cada vez mais se impõe, de maneira muito criativa ao mercado editorial publicando mulheres negras (e também homens). Quero aqui ressaltar a presença das editoras ditas negras e/ou que tem essa especificidade racial em seu catálogo elas são relevantes nesse processo: editora Malê, a editora Pallas, a editora Mazza, a editora Nandyala para citar apenas alguns. O trabalho de Conceição Evaristo junto ao mercado editorial e sua presença forte nos eventos literários de grande repercussão, como Jabuti, FLIP, Bienais e feiras literárias espalhadas pelo Brasil, fizeram a diferença nessa transformação do mercado editorial que reafirmo aqui que ainda está longe do ideal, mas com conquistas satisfatórias.

(CC): Como a senhora analisa o movimento negro brasileiro e como a senhora percebe o engajamento da sociedade civil em relação ao movimento?

(SR): O Movimento Negro tem atuado bastante na formação dos negros e negras desse país. As conquistas legais como: as ações afirmativas, as leis de cotas e a lei da educação 10.639/2003 foram fruto de posicionamentos incisivos do Movimento Negro que se fez presente na constituição de 1988. Historicamente falando, a contribuição do Movimento Negro tem sido fundamental para os avanços das pautas negras em nosso país. A doutora

Nilma Lino Gomes em seu livro *O Movimento Negro Educador* explicita muito bem todo o caminho dessa presença marcante para o fortalecimento das identidades negras com repercussões relevantes na sociedade civil.

(CC): Qual a importância na Literatura, das trajetórias individuais de mulheres negras que vêm se destacando em diversos setores da sociedade?

(SR): O Movimento Negro tem atuado bastante na formação dos negros e negras desse país. As conquistas legais como; as ações afirmativas, as leis de cotas e a lei da educação 10.639/2003 foram fruto de posicionamentos incisivos do Movimento Negro que se fez presente na constituição de 1988. Historicamente falando, a contribuição do Movimento Negro tem sido fundamental para os avanços das pautas negras em nosso país. A doutora Nilma Lino Gomes em seu livro *O Movimento Negro Educador* explicita muito bem todo o caminho dessa presença marcante para o fortalecimento das identidades negras com repercussões relevantes na sociedade civil.

(CC): Qual a importância na Literatura, das trajetórias individuais de mulheres negras que vem se destacando em diversos setores da sociedade?

(SR): A literatura liberta porque ela abre várias janelas para o pensar, no seu sentido mais amplo. A literatura desconstrói, aponta, reflete, repensa a existência e aguça a criticidade. Mas a Literatura negro-brasileira apresenta uma literatura específica. O escritor, poeta e doutor Cuti nos fala sobre isso em seu livro *Literatura negro brasileira*. E a escritora e doutora Conceição Evaristo nos reafirma este caminho com o seu conceito de *escrevivências*, que tem características muito próprias. Estamos tratando de uma literatura de qualidade onde apresenta outros assuntos, muitas vezes fora dos assuntos elencados pelos ditos cânones... Essa riqueza de temas, essa singularidade negra de ser e de escrever, provoca muito empatia nos leitores negros e negras fortalecendo suas identidades e contribuindo para o aumento de sua autoestima. Este fortalecimento atua como um bom movimento de expansão em outros campos de poder dentro na sociedade. As mulheres negras estão se destacando neste aspecto e está dinâmica está cada vez mais intensa. A propagação de uma literatura dita negra fortalece cada vez mais esse processo e é muito bem vinda, apesar de tardia.

(CC): Existem características que marcam especificamente as narrativas escritas por mulheres negras?

(SR): Quando a gente escreve a gente se inscreve... premissa importante que se costuma dizer por aí... Claro, que uma escrita feminina e negra tem as marcas dessa racialidade e desse recorte de gênero. E isso faz toda a diferença. Vivemos em um país racista e sexista, logo, a nossa maneira própria de dizer, de se anunciar, tem muita força. As escritas negras são referências para outras mulheres e podem atuar como letramento racial para os leitores não negros e não mulheres...

## ANEXO G

### **Transcrição da entrevista realizada com Taís Espírito Santo, em 29 de dezembro de 2021.**

Gravação em áudio feita com o aplicativo *Whatsapp* com tempo estimado em 11 minutos e 16 segundos.

Entrevistada: Taís Espírito Santo.

Taís Espírito Santo é carioca de Campo Grande, Zona Oeste do Rio de Janeiro. É escritora, assessora literária e gestora cultural. Autora de *Ashanti: nossa pretinha*, lançado em 2021 pela editora Malê. Participou das coletâneas *Olhos de azeviche: dez escritoras negras que estão renovando a literatura brasileira também da editora Malê em 2017*, *Favela em mim*, da Oriki Editora, em 2019, *Narrativas Negras: biografias ilustradas de mulheres pretas brasileiras*, da editora Voo, em 2020. É coordenadora de cultura das Josefinas Colab. (Organização não governamental, colaborativo de promoção de formação e valorização da mulher e mãe empreendedora.)

Clarice Campos (CC) Bom dia. Eu sou Clarice Campos, mestranda da Fundação Casa de Rui Barbosa. Pesquiso sobre as narrativas de escritoras negras brasileiras a partir de Carolina Maria de Jesus. Gostaria que a senhora me ajudasse respondendo cinco perguntas para a minha dissertação de mestrado.

Taís Espírito Santo (TES) Olá. Então eu vou respondendo aos pouquinhos, mas eu já vou te respondendo, tá bem?

(CC): Como foi sua relação inicial com a literatura?

(TES): Então, a leitura, ela sempre foi muito presente na minha vida. Meus pais são professores e assim, meu pai também teve uma grande época que ele, ele comprava os livros, né? Ele comprava os livros pra vender na escola. Então eu ia com ele de manhãzinha cedinho, porque a gente não mora perto do centro e eu ia com ele, pra ele, pra ele escolher os livros. Muitas vezes eu escolhia também. Então assim, a minha relação com a leitura sempre foi muito cedo, né? Minha mãe também, ela, ela fazia assinatura pra mim da *Turma da Mônica*,



pra mim e pra meus irmãos só que eu sempre ficava ali, né? Mas eu sempre quis querer mais, né? E também eu sempre tinha diário. Adorava diário. Então assim, a leitura na minha vida sempre foi muito, muito, muito, muito presente.

(CC): Como a senhora vê a participação atual de escritoras negras no mercado editorial brasileiro?

(TES): Então, é, eu vejo uma grande, uma grande mudança em relação a escrita preta, né? Tanto a escrita que fale sobre pretitude, mas também os pretos escrevendo sobre os pretos, né? Nós escrevendo sobre a gente. É, ainda é pequeno, né? A gente sabe que ainda é pequeno, mas que a gente tem conseguido chegar a muitos lugares, né? E eu acredito muito nesse, no mercado, né? Nesse mercado, é pequeno, mas que tem sido muito, muito relevante, né? As editoras, as editoras é, Malê, né? Oriki Editora, é Nandyala e a Maza, né? E tantas outras que estão vindo, estão fazendo pra que a gente possa, a gente possa chegar, né? Que a gente possa chegar em todos os lugares.

(CC): Como a senhora analisa o movimento negro brasileiro e como a senhora percebe o engajamento da sociedade civil em relação ao movimento?

(TES): Então, é, eu tenho 34 anos, né? Então, é, eu ainda sou, é, sei um pouco, né? Mas também não saberei tudo pra, pra te responder, pra responder de uma forma, mais concisa, não é nem mais concisa, mas de uma forma mais estruturada, digamos assim, né? Mas eu tenho analisado que o mercado, né? O nosso mercado, o mercado preto, ele tava, ele tava realmente com uma, com uma, não é nem saudade, né? Não é nem saudade, porque a gente nunca tinha tido isso, mas tava com uma necessidade, né? De que isso acontecesse. É, eu recebo relatos de crianças e a maioria é crianças pretas que, que se veem no livro. As crianças pretas estão se vendo no livro e estão se sentindo, é, estão sentindo ali. Elas se veem, né? e agradecem, porque elas estão fazendo parte, né? desse livro, desse momento e eu vejo, né? E eu vejo o movimento negro, né? o nosso povo mesmo, fazendo isso. Comprando, adquirindo e passando também de um para o outro. Então é, eu acredito que a gente só tava na espera, né? disso acontecer. Na espera de que, de que a gente tivesse algo nosso. Na espera que a gente tivesse algo nosso. Eu acho que essa é grande, é a grande, não é a grande sacada, mas essa foi o grande diferencial, né? Claro a gente, nós temos as empresas, né? As editoras grandes e tal, mas a gente tava esperando algo nosso. Algo que falasse com a gente.

(CC): Qual a importância na literatura, das trajetórias individuais de mulheres negras que vêm se destacando em diversos setores da sociedade?

(TES): Então, a importância na literatura das trajetórias individuais das mulheres negras. A literatura, ela, ela vem, né? Ela vem de uma forma muito tranquila ou não, né? porque dependendo do que você estiver lendo, mas, mas ela vem pra ajudar, né? Ela vem pra você se identificar. Ela vem pra você saber que você não tá sozinha, né? Ela vem pra informar. Um exemplo, né? O *Olhos de Azeviche* é quando, né? Meu texto, quando parei pra mandar beijos, eu vi que quando eu estava me vendo como escritora e tal, eu percebi que, que assim o que eu tinha escrito chegava ao encontro de muitas outras pessoas, né? negras também e mais de outros lugares, né? Eu quando parei de mandar beijos, falar da minha boca, mas o outro fala de nariz, do outro da pele, do outro do cabelo e de tantas outras formas. Então, eu via a importância, né? de chegar pra outras pessoas e aí a gente também sai dessa situação que é muito, agora eu acho que não tanto, mas antes, é que não era. A gente via como se a gente tivesse errando, né, a gente via o racismo. A gente não via o racismo. A gente via uma situação como se a gente fosse o errado. Um exemplo, quando eu fui no Irecê no interior da Bahia, né? No sertão, a escola estava me lendo, né? E a professora veio falar comigo antes, porque muitos alunos estavam descobrindo o racismo a partir desse conto. Muitos alunos, eles estavam percebendo que eles iam nos lugares, não era porque eles estavam de boné ou não, não era porque eles estavam de chinelo ou não. Era porque existia o racismo. Então, é muito importante a gente ter a literatura pra várias mulheres, pra todas as mulheres, né? mulheres negras com certeza pra que a gente possa saber, a gente possa se orientar e ver também que nós não estamos sozinhos. Eu acho que isso é totalmente importante

(CC): Existem características que marcam especificamente as narrativas escritas por mulheres negras?

(TES): Existem. Eu acho que... Eu acho que na verdade a primeira coisa que eu vejo, que dá pra perceber, né? Quando a gente fala sobre ancestralidade, quando a gente fala sobre família, quando a gente fala sobre afeto, dengo. Existem muitas, muitas características, muitas formas, muitos jeitos da gente falar. Porque é diferente, né? É muito diferente. Até mesmo se a gente falar algo de família vai ser diferente uma família preta e uma família branca, né? Então existe. Existe, existe muita coisa de diferente mesmo, né? Eu vejo muito o afeto quando a

gente fala de afeto. Eu acho que, eu não sei, né? Cada um tem uma sensação, mas quando fala de afeto me lembra muito um bolo, um café saindo, né? Da garrafa. Me lembra muito família, me lembra muito a comunidade. Então, eu acho que algumas palavras, muitas palavras quando a gente fala na ancestralidade, afeto, denço, axé, é muito diferente, até porque do jeito de colocar, porque é nosso, porque aquilo que a gente tem. Então, existe e que bom, que bom que existe, porque eu acho que se a gente colocar uma pessoa não negra e uma pessoa preta. Vamos escrever sobre ancestralidade e sem a gente ver e a gente ler, vai ter essa diferença. Então existem sim características que marcam, marcam a nossa escrita, marcam a nossa escrevivência como diz a nossa querida Conceição Evaristo.

(TES): Então, Clarice tá aqui. Se você não entender alguma coisa e se você precisar, você pode falar comigo, tá bem? Eu não sei se você soube, eu tive um AVC recentemente, mas eu acho que eu consegui levar, mas aí você me fala. Um beijo.

(CC): Eu soube sim. Vai ficar bem. Muito obrigada mesmo. Enviarei a transcrição para a senhora e certamente conseguirei algum evento para ter meu livro autografado. Eu gosto autografado

.

(TES): Obrigada, viu? Com certeza será autografado.